

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TESE**

**PEQUENOS AGRICULTORES NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE (GO):**  
**TRAJETÓRIA, TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIA**

**Emival da Cunha Ribeiro**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**PEQUENOS AGRICULTORES NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE (GO):  
TRAJETÓRIA, TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIA**

**EMIVAL DA CUNHA RIBEIRO**

Sob a Orientação da Professora  
**Eli de Fátima Napoleão de Lima**

Tese submetida como requisito parcial para  
obtenção do grau de **Doutor em Ciências  
Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de  
Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade

Rio de Janeiro, RJ  
Agosto de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R484p      Ribeiro, Emival da Cunha, 1973-  
              Pequenos agricultores no município de Rio Verde  
              (GO): trajetória, transformações e resistência / Emival  
              da Cunha Ribeiro. - Rio de Janeiro, 2021.  
              133 f.: il.

              Orientadora: Eli de Fátima Napoleão de Lima.  
              Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
              de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências  
              Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,  
              2021.

              1. Campesinato. 2. Pequenos agricultores. 3.  
              Industrialização da agricultura. I. Napoleão de Lima,  
              Eli de Fátima, 1954-, orient. II Universidade Federal  
              Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de  
              Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
              Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

## **EMIVAL DA CUNHA RIBEIRO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 18/08/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações, as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e, neste caso, a folha com as assinaturas deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ELI DE FATIMA NAPOLEAO DE LIMA (CPDA/UFRRJ)  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> CARMEN SILVIA ANDRIOLLI (CPDA/UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> DEBORA FRANCO LERRER (CPDA/UFRRJ)

---

Prof. Dr. CLAUDECIR GONÇALES (IFGOIANO)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> SUSANA CESCO (UFF)



Emitido em 18/08/2021

**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 10951/2021 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 23/08/2021 11:03 )*

CARMEN SILVIA ANDRIOLLI  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)  
Matrícula: 1146432

*(Assinado digitalmente em 23/08/2021 11:21 )*

ELI DE FÁTIMA NAPOLEAO DE LIMA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)  
Matrícula: 387276

*(Assinado digitalmente em 24/08/2021*

*10:45 )*

CLAUDECIR GONÇALES  
ASSINANTE  
EXTERNO  
CPF:

*(Assinado digitalmente em 24/08/2021*

*15:11 )*

SUSANA CESCO  
ASSINANTE  
EXTERNO  
CPF:

*(Assinado digitalmente em 25/08/2021*

*18:56 )*

DEBORA FRANCO LERRER  
PROFESSOR DO MAGISTERIO  
SUPERIOR DeptDAS  
(12.28.01.00.00.84)  
Matrícula: 1923291

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio, carinho e pelas orações, e à minha irmã, pelas palavras de otimismo. Ao meu filho e à minha esposa, que acompanharam minha trajetória, inicialmente marcada pela ausência, durante minha estadia no Rio de Janeiro. E, mesmo depois, quando retornei, o tempo continuou dividido entre as aulas por mim ministradas e o trabalho da tese. Nos últimos 15 meses, não mais a ausência, mas a presença constante em casa foi, dividida entre o trabalho e os estudos, em razão das medidas de isolamento social.

Agradecimento especial à minha orientadora, professora Eli de Fátima Napoleão de Lima, que inspirou a forma de escrever este trabalho. Sua influência transcendeu as orientações, pois, durante suas aulas, das quais tive o privilégio de participar em 2017, senti a possibilidade de usar as temáticas ali trabalhadas como suporte para interpretar a realidade do local onde moro e trabalho atualmente.

Às professoras Susana Cesco e Carmen Andriolli pela participação na banca de qualificação e pelas valiosas contribuições e sugestões para o andamento do trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), que, de alguma forma, contribuíram para minha formação e meu trabalho.

Não poderia deixar de mencionar os professores das disciplinas cursadas de agosto de 2016 até junho de 2018: Roberto Moreira, John Wilkinson, Eli Lima, Andrey Ferreira, Débora Lerrer, Leonilde de Medeiros, Raimundo Santos (*In memoriam*), Francisco Teixeira da Silva, Regina Bruno, Nelson Delgado e Sérgio Leite.

Aos participantes do Doutorado Interinstitucional (DINTER), com os quais, apesar de sermos colegas de trabalho, mas por estarmos lotados em diferentes campi, tínhamos tido, até então, pouco convívio.

Aos demais colegas do CPDA, de diferentes lugares do Brasil (e até do exterior) que, por mais de um ano, convivemos, estudamos, discutimos, dividimos dificuldades, angústias e alegrias de cursar a pós-graduação.

Estendo meus agradecimentos aos dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que viabilizaram o convênio para a efetivação do DINTER, realizado pelo CPDA. Destaco a coordenação do DINTER formada pelos professores Débora Lerrer e Fabiano Guimarães, atual diretor do Campus Rio Verde que, na época da assinatura do convênio, ocupava a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IF Goiano.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos recursos da bolsa para a permanência no período em que estive no Rio de Janeiro.

Ao IF Goiano, por meio do Programa Institucional de Qualificação (PIQ), pelo apoio na formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, dos integrantes do quadro de pessoal permanente da instituição com a concessão de bolsas de estudo.

Quando se escreve uma tese, muitas são as contribuições para que o trabalho esteja no formato atual. Assim, quero afirmar que, apesar de não estarem citados nesses agradecimentos, muitos contribuíram, uns de forma direta e outros de forma indireta.

A todos(as), o meu sincero obrigado!

[...] E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os dois meninos.

Graciliano Ramos, Vidas Secas

## BIOGRAFIA

Este item objetiva apresentar minha trajetória pessoal e acadêmica até o momento em que fui aceito como aluno do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Iniciei minha carreira acadêmica em 1997, quando fui aprovado no vestibular para cursar licenciatura em Geografia, na Universidade Federal de Goiás (UFG), no Campus Avançado de Jataí (CAJ), atual Universidade Federal de Jataí. A duração do curso foi de quatro anos, porém, devido a uma greve, o término do ano letivo só ocorreu em fevereiro de 2001, quando recebi o título de licenciado em Geografia.

No ano anterior, já na iminência de concluir o curso e decidido a exercer o magistério, voltei a Rio Verde, minha cidade natal, e distribuí vários currículos, inclusive na Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde. Para minha surpresa, meu currículo foi aprovado para preencher uma das vagas de docente das escolas rurais municipais.

Voltei para Jataí para terminar as aulas da graduação já contratado. Assim que concluí as aulas, já na semana seguinte, me apresentei na Secretaria Municipal de Educação. Antes de assumir, fui informado de que trabalharia em sete escolas rurais, por meio de sistema de rodízio, e que em cada semana eu atenderia uma escola diferente. O sistema de ensino na época era por módulos. A cada semana, dois ou mais professores, dependendo do tamanho da escola, se deslocariam e aplicariam todas as atividades relacionadas à sua disciplina, só voltando novamente à escola no mês seguinte.

Na primeira semana de trabalho, fui escalado com um professor de Biologia. Como essa escola se situava a 36 km de Rio Verde e não possuía alojamento, dormíamos em casa e, na madrugada, o transporte nos conduzia à escola, voltando à noite, após o término das aulas. Fui informado de que a estrutura era precária e, assim, deveríamos levar refeições e água, pois a água de lá era imprópria para o consumo. Não funcionava cantina e eram servidos aos alunos apenas lanches prontos, como bolachas, biscoitos e outros alimentos que não precisavam ser preparados na escola.

A primeira atividade da semana consistiu em limpar o prédio escolar. Eu e o outro professor lavamos as salas com a ajuda de alguns alunos. A água utilizada para a limpeza era de uma cisterna, mas, como não havia energia elétrica na escola, a retirada da água era feita manualmente. Essa escola funcionou por mais um ano. Após minha saída do ensino rural e sua extinção, os alunos passaram a ser transportados para a cidade.

Trabalhei em mais seis escolas rurais, em diferentes localidades do município. Essas

escolas, na época, poderiam ser classificadas da seguinte forma: duas estavam situadas dentro de assentamentos rurais e atendiam basicamente os filhos dos assentados; duas estavam localizadas em áreas de grande agricultura, com plantações de soja e milho nos arredores e, nestas, a maioria dos alunos era composta por filhos de trabalhadores assalariados das grandes fazendas, suas estruturas físicas eram melhores e havia alojamentos para os professores, cantina e energia elétrica; as outras duas escolas estavam próximas à comunidade de pequenos proprietários rurais. Essas pequenas escolas atendiam basicamente os filhos desses pequenos proprietários, e suas estruturas físicas eram muito precárias. Nenhuma dessas escolas possuía energia elétrica. Os professores eram alojados nas casas de pais de alunos e somente iam para a escola durante o período da aula.

No ano letivo de 2002, deixei as escolas rurais, pois consegui ser aprovado em concurso público como professor da rede urbana. Posteriormente, fui aprovado em concurso para professor efetivo no CEFET Goiás, na área de Geografia. Entrei em exercício em junho de 2008, lotado na Unidade Regional Inhumas da Escola Técnica Federal de Goiás. No ano de 2012, fui redistribuído para o Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde – e assumi disciplinas a partir do primeiro semestre de 2012, em cursos técnicos e de graduação.

O Campus Rio Verde, em que trabalho atualmente, foi criado em 1967, inicialmente como Ginásio Agrícola, transformado em Colégio Agrícola em 1969. No ano de 1979, passou a ser Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde. Em 2002, houve nova mudança e surgiu o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde (CEFET - Rio Verde). Este novo modelo possibilitou à instituição ministrar cursos superiores. No ano de 2008, com a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o CEFET - Rio Verde transformou-se no Campus Rio Verde do IF Goiano.

Ingressei como aluno regular no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e o concluí em setembro de 2015. Minha dissertação procurou entender como ocorre a relação entre o ensino de Geografia e a cidadania nas escolas rurais que ofereciam Ensino Médio, no município de Rio Verde.

Minha vida profissional e trajetória pessoal também foram ligadas ao campo. Meus pais são pequenos proprietários, distantes cerca de 75 km de Rio Verde. Desde meu nascimento, até os 10 anos, morei no campo. Fui alfabetizado numa escola rural multisseriada, em que estudei por quatro anos. Quando a escola ficou sem professora, fui para a cidade e morei com uma tia para continuar os estudos.

Fiquei em Rio Verde por cinco anos, mas, devido às dificuldades financeiras pela qual

minha família passava, tive que abandonar os estudos. Nesse período, meu pai dedicava-se à atividade leiteira, e, assim, dos 15 aos 21 anos, vivi novamente no campo. A rentabilidade da atividade era muito baixa e, para ampliar a produção, eram necessários investimentos altos para a realidade da família. Diante das dificuldades financeiras e da falta de perspectivas, voltei para a cidade, comecei a trabalhar e continuei os estudos.

Os períodos em que vivi no campo foram tempos difíceis, mas tive uma vida social extremamente rica e convivi com tipos humanos, costumes e visões de mundo ligados aos camponeses. Convivi, também, com famílias de agregados, meeiros e trabalhadores rurais. Muitos eram vizinhos da minha família ou parentes. Vi por muitas vezes as folias que todo ano passavam pela região, acompanhei terços, novenas, todas derivadas de um catolicismo rústico, tão comum naquele tempo e local. Também participei da alegria das festas religiosas e de casamentos, nas quais havia danças e muita alegria.

Quando iniciei o doutorado, em agosto de 2016, entrei em contato com rica literatura sobre o mundo rural, parcialmente desconhecida por mim. Na graduação – e mesmo no mestrado –, trabalhei muitas obras desses estudiosos e autores, mas, apenas de maneira colateral. Tento, com dificuldade, manter o afastamento necessário do senso comum e da vivência que tive no campo, para compreender as complexidades do meio rural a partir das interpretações dos professores do CPDA, dos teóricos e estudos relacionados ao tema.

## RESUMO

RIBEIRO, Emival da Cunha. **Pequenos agricultores no município de Rio Verde (GO): trajetória, transformações e resistência**. 2021. 133p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

Este estudo tem como objetivo compreender manifestações de tradições camponesas (valores, técnicas e saberes) dos pequenos agricultores no município de Rio Verde (GO), em face das transformações provocadas pela industrialização da agricultura. Este município nasceu da égide da pecuária extensiva, mas, por muito tempo, conviveu com a agricultura de subsistência, dependeu dela, porém foi pioneiro nos processos de mecanização da agricultura em Goiás. A produção de cereais em larga escala, principalmente da soja, cujo cultivo se iniciou na década de 1970, impôs novas demandas ao campo. A partir desse período, as formas de produção e a organização social ligadas ao campesinato passaram por grandes alterações, impactando diretamente na vida das populações que viviam no meio rural. O trabalho da numerosa população que vivia no campo, mas geralmente não detendo a posse da terra, tornou-se desnecessário. Formas tradicionais de vida, de relações de trabalho foram sendo abandonadas ou adaptadas para atender às exigências do modelo produtivista imposto. Mesmo ocorrendo mudanças significativas no meio rural, foi possível identificar significativo número de pequenas propriedades controladas sob a forma ou como expressão do que observamos como agricultura familiar. E por meio de entrevistas de pequenos agricultores, muitos incluídos na agricultura familiar, identificaram-se modos de vida e culturas próprias, ou adaptados das antigas formas camponesas.

**Palavras-chave:** Campesinato. Pequenos agricultores. Industrialização da agricultura.

## ABSTRACT

RIBEIRO, Emival da Cunha. **Small farmers in the municipality of Rio Verde (GO): trajectory, transformations and resistance.** 2021. 133p. Thesis (Doctorate in Social Sciences) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

This study aims to understand the trajectory, resistances and transformations of peasant traditions (values, techniques and knowledge) of small farmers in the municipality of Rio Verde (GO), in view of the transformations caused by the industrialization of agriculture. This municipality was born under the aegis of extensive cattle raising, but for a long time it lived with subsistence agriculture, depended on it and was one of the pioneers in the processes of mechanization of agriculture in Goiás. Large-scale cereal production, mainly soy , whose cultivation began in the 1970s, imposed new demands on rural areas. From that period onwards, the old forms of production and the social organization of the countryside underwent major changes, directly impacting the lives of populations living in rural areas. The work of the large population who lived in the countryside, but who almost always did not own the land, became unnecessary. Traditional ways of life and work relationships were either abandoned or adapted to meet the demands of the imposed productivist model. Even with significant changes occurring in rural areas, it is possible to identify a significant number of small properties controlled in the form or expression of what we observe as family farming. And through interviews with small farmers, many of them included in family farming, ways of life and their own cultures, or those adapted from old peasant ways, were identified.

**Keywords:** Peasantry. Small farmers. Industrialization of agriculture.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

<b>Fotografia 1</b> – Bovino da raça Curraleiro Pé-duro	23
<b>Fotografia 2</b> – Secagem de arroz na rua central de Rio Verde (GO) – 1976	47
<b>Fotografia 3</b> – Colheita do feijão no Monte Alegre – Rio Verde (GO)	101
<b>Fotografia 4</b> – Colheita manual de arroz safra 2021 no Monte Alegre – Rio Verde (GO)	116
<b>Fotografia 5</b> – Casa dos entrevistados III	117
<b>Figura 1</b> – Goiás – Áreas de mineração nos séculos XVIII e XIX	24
<b>Figura 2</b> – Unidades de relevo de Goiás	30
<b>Figura 3</b> – Microrregião do Sudoeste de Goiás	43
<b>Figura 4</b> – Municípios desmembrados de Rio Verde (GO) no século XX	45
<b>Figura 5</b> – Biomas do Brasil	64
<b>Figura 6</b> – Áreas ocupadas com a plantação de soja no município de Rio Verde (GO)	80
<b>Figura 7</b> – Rio Verde – Propriedades cadastradas no CAR	92
<b>Gráfico 1</b> – População urbana do município de Rio Verde (GO) - 1950 a 2010	51
<b>Gráfico 2</b> – Evolução populacional do município de Rio Verde (GO) - 1872 a 2010	52
<b>Gráfico 3</b> – Oferta anual de crédito rural em reais - (1969-2016)	69
<b>Gráfico 4</b> – Quantidade produzida (t) de soja por regiões	85
<b>Gráfico 5</b> – Número de tratores em Goiás	106
<b>Gráfico 6</b> – Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares) – Rio Verde (GO)	112
<b>Gráfico 7</b> – Estabelecimentos agropecuários (unidades) – Rio Verde (GO)	113
<b>Tabela 1</b> – Municípios mais populosos de Goiás (1920)	36
<b>Tabela 2</b> – Estrutura fundiária do município de Rio Verde (GO)	53
<b>Tabela 3</b> – População urbana e rural (%) da microrregião do Sudoeste de Goiás	72

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CAI	Complexo Agroindustrial
CAR	Cadastro Ambiental Rural
Comigo	Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Emater	Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fesurv	Fundação do Ensino Superior de Rio Verde
Funrural	Fundo de Assistência Rural
ha	hectare
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF Goiano	Instituto Federal Goiano
IGP-DI	Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna
IMB	Instituto Mauro Borges
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Polocentro	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Prodecet	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UniRV	Universidade de Rio Verde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>1 ANTECEDENTES DA AGROPECUÁRIA GOIANA E O MUNICÍPIO DE RIO VERDE (GO)</b>	<b>19</b>
1.1 Goiás: impressões	19
1.2 Goiânia (GO): rumo à modernidade	36
1.3 O município de Rio Verde (GO)	42
<b>2 TRANSFORMAÇÃO DO AGRÁRIO TRADICIONAL EM AGRÁRIO MODERNO NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE (GO) – EFEITOS DESAGREGADORES</b>	<b>56</b>
2.1 Do sertão ao Cerrado (ou do apagamento do sertão)	57
2.2 Rio Verde (GO) e a agricultura moderna	67
2.2.1 Urbanização no município de Rio Verde (GO)	70
2.2.2 O rural em Rio Verde (GO): entre a modernidade e a pós-modernidade	72
2.2.3 A formação do complexo agroindustrial e suas implicações locais	82
<b>3 PEQUENOS AGRICULTORES: CAMPONESES DE ONTEM E HOJE NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE (GO)</b>	<b>86</b>
3.1 Campesinato: acordos e desacordos	86
3.2 Campesinato em Rio Verde (GO): moradores do bairro Monte Alegre-Pindaíbas nos anos de 1960	91
3.3 O campesinato e a agricultura familiar	107
3.3.1 O pequeno agricultor no município: existência através da agricultura familiar	110
3.4 A atualidade dos pequenos agricultores no município de Rio Verde (GO)	113
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>124</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

Os pequenos agricultores estão presentes desde o início da formação econômica e social do Brasil. No período colonial, a ênfase dada à grande produção de produtos agrícolas, destinados ao mercado externo, não significou que esses atores estivessem ausentes da realidade brasileira. As grandes extensões de plantações de cana-de-açúcar, desde os primeiros tempos da colonização, contaram com o consórcio desses grupos para fornecer o necessário a esses empreendimentos, inclusive alimentos. Tais atores ocuparam áreas de fronteira e abriram as trilhas para o estabelecimento da grande propriedade.

A pequena produção ocupava terras mais afastadas e de menor fertilidade. Essas atividades subsidiárias foram marginalizadas, mas, nem por isso, menos importantes para o desenvolvimento e a manutenção do modelo produtivo implantado nos tempos coloniais. Mesmo após a independência do país, quando o café ganhou importância para a economia nacional, essas atividades funcionaram como válvulas de escape para parcelas da população não incluídas nos processos produtivos hegemônicos.

Ao menos dois elementos centrais podem ser evidenciados para demonstrar a importância da pequena produção. Primeiro, foi o cultivo de alimentos para o sustento dos grandes engenhos e, posteriormente, para as fazendas de café. As cidades também eram abastecidas por essa produção “marginal”. O segundo elemento foi a abertura de novas áreas de cultivo para a agricultura exportadora. Aqueles que se dedicavam à pequena produção tinham que limpar e preparar as terras para seus cultivos e, à medida que a grande produção necessitava, estas áreas eram incorporadas.

A ocupação do território nacional, de acordo com a lógica da civilização europeia ocidental, não aconteceria sem a ação desses personagens “ambíguos”. Vítimas do modelo que os ignorava, foram, muitas vezes, alcoses de populações indígenas e, também, destruidores de muitas riquezas ambientais, dentro do raciocínio de exploração colonial. Em muitos casos, foram os elementos que cruzaram a civilização europeia com a indígena, por meio da mestiçagem e da adaptação do conhecimento/saber indígena.

Essa população possuía composição étnica diversificada e era formada por brancos pobres e excluídos das atividades diretas da grande produção, por grandes parcelas de índios que passaram por processos de perda parcial de sua cultura, adaptando-se aos novos arranjos econômicos, e por negros escravizados que, em muitos casos, conseguiram desenvolver plantio de alimentos para a sua sobrevivência, como demonstrou *Ciro Flamarion Cardoso* (2004), em

*Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas.*

Parte significativa dessa população mestiça acabou recorrendo às atividades agrícolas para sua subsistência, ocupando terras de forma precária, sempre nas franjas da grande produção ou em locais distantes dos centros populacionais mais ou menos densos.

Para Martins (1990), essas populações, ao longo da história, receberam várias designações, muitas das quais pejorativas. Na década de 1950, em razão das circunstâncias políticas, esses grupos foram unificados sob o termo de campesinato. Essa nova situação favoreceu a identificação do problema central que afligia e aflige essas populações: o uso e a posse da terra. Sua sobrevivência, os modos de vida, a sociabilidade, os valores e as tradições estavam e estão diretamente ligados à terra.

No estado de Goiás, as atividades agrícolas e pecuárias funcionaram como a única alternativa para a decadência do ouro, que se acentuava já em fins do século XVIII. Assim, as fazendas para criação de gado coexistiram com as roças mantidas, principalmente, por camponeses<sup>1</sup>, até os anos 1960. Nessa época, os processos de modernização da agricultura, apoiados nos pressupostos da Revolução Verde, passaram a influir cada vez mais no meio rural goiano.

Para acompanhar a trajetória do pequeno agricultor, especificamente os residentes no município de Rio Verde, até a contemporaneidade, este trabalho foi dividido em três capítulos. Cada um deles aborda tempos e lugares fundamentais para entender as mudanças e as manifestações desses atores tão singulares, e muitas vezes ignorados pelas classes hegemônicas.

O primeiro capítulo aborda como as pequenas agriculturas e, conseqüentemente, o pequeno agricultor tiveram papel secundário no processo de colonização de Goiás e no surgimento do município de Rio Verde. Eram as atividades mineradoras ligadas ao ouro que atraíam pessoas ligadas à civilização europeia para Goiás, e o que a agricultura produzia basicamente era para o consumo local. No município de Rio Verde, diferente do que ocorreu na parte central de Goiás, a ocupação ocorre devido à criação de gado. A agricultura tinha papel secundário. Tanto durante a exploração do ouro em Goiás, como na ocupação do sul de Goiás, a partir de atividades pecuárias, o pequeno agricultor esteve presente como agregado ou simplesmente posseiro, sendo tolerado, pois a sua produção, apesar de pequena, era vital em ambas as situações.

Esse capítulo ainda demonstra como, no processo de ocupação do território goiano, a

---

<sup>1</sup> Em termos gerais, são aqueles dedicados à agricultura de subsistência, com vinculação fraca aos mercados, com modos de vida, sociabilidade, valores e tradições diretamente ligados à terra.

presença fugaz do ouro e a criação de gado contribuíram para manter, até poucas décadas atrás, parte considerável da população vivendo no meio rural. Ao mesmo tempo, há a manifestação de desejos de modernização ligados aos interesses de parte das elites locais, manifestados na mudança da capital do estado.

O segundo capítulo investiga como a industrialização da agricultura impactou a organização do território goiano, os efeitos da intensificação da urbanização como consequência direta da adoção de técnicas e pacotes da chamada Revolução Verde, no município de Rio Verde, e o efeito imediato da saída do campo de milhares de pequenos agricultores, elevando a população urbana no município.

Nesse capítulo, ainda há a discussão da utilização do termo “sertão” para identificar diferentes espaços do Brasil, inclusive no interior de Goiás. De acordo com Lima (2001), este termo representa um polo negativo da realidade brasileira, resistente à mudança, ao moderno e à civilização. E, finalmente, os esforços para abandonar o seu uso devido às conotações pejorativas e a substituição pelo vocábulo Cerrado, como forma de demonstrar a superação do atraso e dos tempos passados.

O último capítulo aponta como a adoção do termo campesinato foi importante para unificar os agrupamentos heterogêneos que viviam no meio rural e possibilitar sua visibilidade. Há uma demonstração de como uma comunidade camponesa se organizava no município de Rio Verde, antes dos efeitos modernizadores e como as mudanças naqueles locais e em outras partes do município não eliminaram completamente a presença desses pequenos agricultores, devido a sua força numérica, agora sob a designação de agricultura familiar. Através de entrevistas e visitas nos locais de moradia e produção, foi possível fazer a descrição de seus modos de vida e sua cultura.

Para a reconstituição do ano agrícola camponês na localidade do Monte Alegre-Pindaíbas, foram entrevistados três moradores e outro morador do campo que na década de 1960 vivia em outra localidade rural do município. Dois foram entrevistados por telefone e outros dois de forma presencial. Na identificação dos modos de vida e da cultura dos pequenos agricultores da atualidade, 4 foram entrevistados de forma presencial e 1 através de contato telefônico, pois a partir de março de 2020, não foi mais possível a ida ao campo, devido às medidas de isolamento social decorrentes da pandemia da Covid-19.

## **1 ANTECEDENTES DA AGROPECUÁRIA GOIANA E O MUNICÍPIO DE RIO VERDE (GO)**

*A economia do Estado tinha na pecuária o seu elemento fundamental. Desde a decadência da mineração que a criação de gado se tornou a atividade econômica principal de Goiás. Situado no interior do Brasil, longe dos mercados consumidores, carente de estradas, a criação era, talvez, a única alternativa possível para a região. A lavoura se restringia a poucos produtos necessários ao consumo da rarefeita população estadual. E essa situação parece ter assim se mantido durante toda a Primeira República.*

Campos (1983, p. 27).

### **1.1 Goiás: impressões**

O estado de Goiás, cuja capital é Goiânia, na década de 1970, possuía uma população rural superior à urbana. De acordo com o IBGE, no ano de 1970, 58% da população era rural, e 42% urbana, comparando com os dados do Censo de 2010, no qual a população rural era composta de 583.074 pessoas, e a urbana de 5.420.714. Já no ano de 2015, segundo o Instituto Mauro Borges (IMB), a taxa de urbanização atingiu 91,63%. Portanto, o estado apresentou significativo crescimento populacional urbano nos últimos 50 anos.

O povoamento do território goiano, a partir da civilização portuguesa, foi marcado por irregularidades devido à distância do litoral do país. Entretanto, a localização na parte central do território brasileiro facilitava o contato com diversas localidades. Nos dois primeiros séculos, após a chegada dos portugueses ao Brasil, o povoamento era rarefeito, e o território era muitas vezes utilizado como passagem para acessar outros locais, como o Mato Grosso e a grande região amazônica.

As primeiras atividades aqui desenvolvidas eram ligadas principalmente à busca por metais preciosos e à escravização de índios. A partir daí, começou-se a desenvolver uma agropecuária tradicional, que apoiaria e daria sustentação à mineração. No início do século XVIII, foram encontradas as primeiras jazidas de ouro, possibilitando o surgimento dos primeiros núcleos de povoamento urbano.

Palacín e Moraes (1994) afirmam que há registros de 16 bandeiras que atravessaram o território goiano. A primeira delas foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau, nos anos de 1590-1593. Mas, foi somente no século XVIII que a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva,

o Anhanguera, saiu de São Paulo, em 3 de julho de 1722, retornou em 21 de outubro de 1725 e conseguiu encontrar quantidades significativas de ouro nas nascentes do Rio Vermelho. Algum tempo depois, Bartolomeu Bueno retornou e, em 1727, ocorreu a fundação do primeiro arraial em Goiás, o de Sant'Ana.

Poucos meses depois da volta da bandeira, organizou-se, em São Paulo, uma nova expedição para explorar as minas. Bartolomeu Bueno voltava com o título de superintendente das minas, e Ortiz com o de guarda-mor. A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho, onde se fundou o arraial de Sant'Ana, que depois seria chamado de Vila Boa, e, mais tarde, cidade de Goiás, sendo durante 200 anos a capital do território. Nas proximidades de Sant'Ana, surgiram numerosos arraiais, nas margens de córregos e rios, como centros de garimpo: Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, Santa Rita etc. (PALACÍN; MORAES, 1994, p.11-12).

A presença do ouro despertou diferentes interesses sobre a parte central do Brasil, incluindo o atual estado de Goiás. Assim, para Barbosa, Neto e Gomes (2005), a partir dos vários territórios de povos indígenas, como Goyá, Kayapó, Karajá, Javaé, Xavante, Avá-Canoeiro, Xerente, Akroá, Xakriobá, Apinajé e Krahô, foi institucionalizado um outro território, o da capitania de Goiás.

A posição geográfica fez surgir uma nova capitania no interior, distante, portanto, do litoral. Nos dois primeiros séculos da colonização brasileira, a orla marítima atlântica concentrava grande parte da população de origem europeia e as principais atividades econômicas. Apenas a partir da descoberta de ouro é que surgiu, de fato, a necessidade de o colonizador se fixar nessa região para explorar as riquezas minerais.

No ano de 1744, foi criada a capitania de Goiás, desmembrada da capitania de São Paulo. Os limites, precariamente estabelecidos no ano de 1750, apresentavam terras: a leste da Serra Geral de Goiás; ao norte e a oeste, tendo o rio Araguaia como divisa; a oeste, em direção ao sul, o rio das Mortes; no sul, avançando pelas nascentes do Rio Pardo, até sua foz com o Rio Paraná, separando o Mato Grosso; na divisa de Minas Gerais, a confluência do Rio Pardo em direção à confluência do Rio Grande e Paranaíba; e a partir do Rio Grande, até as latitudes próximas à Serra Geral de Goiás.

A extensão do território de Goiás, quando da sua criação, possuía uma superfície de aproximadamente 1.000.000 de km<sup>2</sup>. Devido às constantes perdas territoriais desde a época colonial, a área do estado de Goiás reduziu para os atuais 340.106 km<sup>2</sup>. As perdas ocorreram pelos mais variados motivos, desde questões estratégicas e políticas até caprichos pessoais de membros da elite.

O Mato Grosso, que era uma capitania tão pobre quanto Goiás, conseguiu apropriar-se

das áreas entre o Rio das Mortes e o Araguaia. Mais ao sul, a divisa deslocou-se do Rio Pardo para o Rio Aporé. A própria coroa portuguesa e depois os governos brasileiros se apoiavam na ideia de que Mato Grosso estava na divisa com países como a Bolívia, o Paraguai e a Argentina e deveria ser favorecido nas disputas territoriais, como forma de consolidar as fronteiras nacionais.

No ano de 1816, Minas Gerais recebeu a área do “Sertão da Farinha Podre”, atual “Triângulo Mineiro”. Essa transferência ocorreu por causa da força da capitania de Minas Gerais e das pressões da própria sociedade local, que desejava essa incorporação. Uma das personalidades que atuou para que a metrópole, transferisse o Triângulo Mineiro para Minas Gerais, foi a cortesã Dona Beja, pela proximidade com o ouvidor real Joaquim Inácio Silveira da Motta.

A construção de Brasília, na década de 1950, na parte central do Brasil, necessitou de terras pertencentes a Goiás. Assim, mais de 5.000 Km<sup>2</sup> foram retirados para a criação do Distrito Federal. Três décadas mais tarde, a Constituição de 1988 criou, na parte norte do estado de Goiás, uma nova unidade da federação, o estado do Tocantins. Assim, somente após todas essas perdas territoriais é que Goiás consolidou suas fronteiras estaduais.

As fazendas de gado foram importantes para a ocupação do interior do Brasil. O gado bovino foi trazido pelos primeiros capitães donatários, a partir da instituição das capitanias hereditárias. A criação de gado era extremamente importante para o fornecimento de carne e leite para o consumo da colônia. Também se utilizava esse tipo de animal como força de tração para puxar os carros de bois e mover as moendas dos engenhos.

A criação de gado era feita de maneira tradicional. Os bois e as vacas alimentavam-se de pastagem natural, como no período colonial, no Brasil. Esta prática diminuiu muito nos últimos tempos, mas não está totalmente extinta. A criação extensiva de gado no litoral concorreu com as plantações, principalmente com a de cana-de-açúcar. Como o gado solto atacava as plantações, houve restrições à sua criação nas áreas litorâneas.

A necessidade de afastar o gado das plantações de cana-de-açúcar no litoral estimulou o avanço dos criadores de gado para o interior. Assim, vastas áreas do Brasil, como o Vale do Rio São Francisco, depois o sertão nordestino, o sul do Rio Grande do Sul e a parte central do Brasil foram se tornando áreas em que a criação de gado ganhou importância.

Mesmo no auge da mineração, a agropecuária era praticada, apesar de ser considerada, naquele momento, uma atividade menos atraente. O sonho da riqueza gerada pelo ouro concentrava a maioria dos esforços na atividade mineradora. O declínio da mineração, a partir

do início do século XIX, serviu como estímulo para o desenvolvimento dessas atividades. Para o estado de Goiás, a pecuária extensiva, conjugada com a agricultura, principalmente de subsistência, foi elemento central para espalhar a população pelas suas várias regiões.

O resto do território goiano, dois terços pelo menos do atual estado de Goiás, ficava ainda sem nenhuma povoação: o sul e o sudeste, todo o Araguaia e o norte, desde Porto Nacional até o Estreito. A ocupação humana destas zonas processar-se-ia com a extensão da pecuária e da lavoura, durante os séculos XIX e XX (PALACÍN; MORAES, 1994, p. 12-13).

O bioma Cerrado, característico da parte central do Brasil, possui fitofisionomias com formações florestais, savânicas e campestres. Nas formações florestais, predominam-se as espécies arbóreas. No tipo savânico é comum árvores e arbustos, mas é possível encontrar gramíneas. No tipo campo, predominam-se espécies herbáceas e algumas arbustivas. Nas localidades de Goiás, em que predominava o Cerrado dos tipos savânico e campestre, favoreceu-se a criação de gado, pois essa vegetação era usada na alimentação dos rebanhos.

Do período colonial até mesmo no século XX, muitos locais de Goiás praticavam a pecuária extensiva e criavam raças (Foto 1) adaptadas às durezas do ambiente. Conforme Chaul (2001, p. 93), “Predominava o gado ‘curraleiro’ ou o cognominado ‘pé-duro’, espécie adaptada ao sistema de criação goiana. O gado zebu penetrou no sul de Goiás em 1875. Tiveram destaque as raças *gyr* e *guzerath*, de onde, através de cruzamentos, se originou o chamado ‘*Indubrasil*’”.

**Fotografia 1** – Bovino da raça Curraleiro Pé-duro

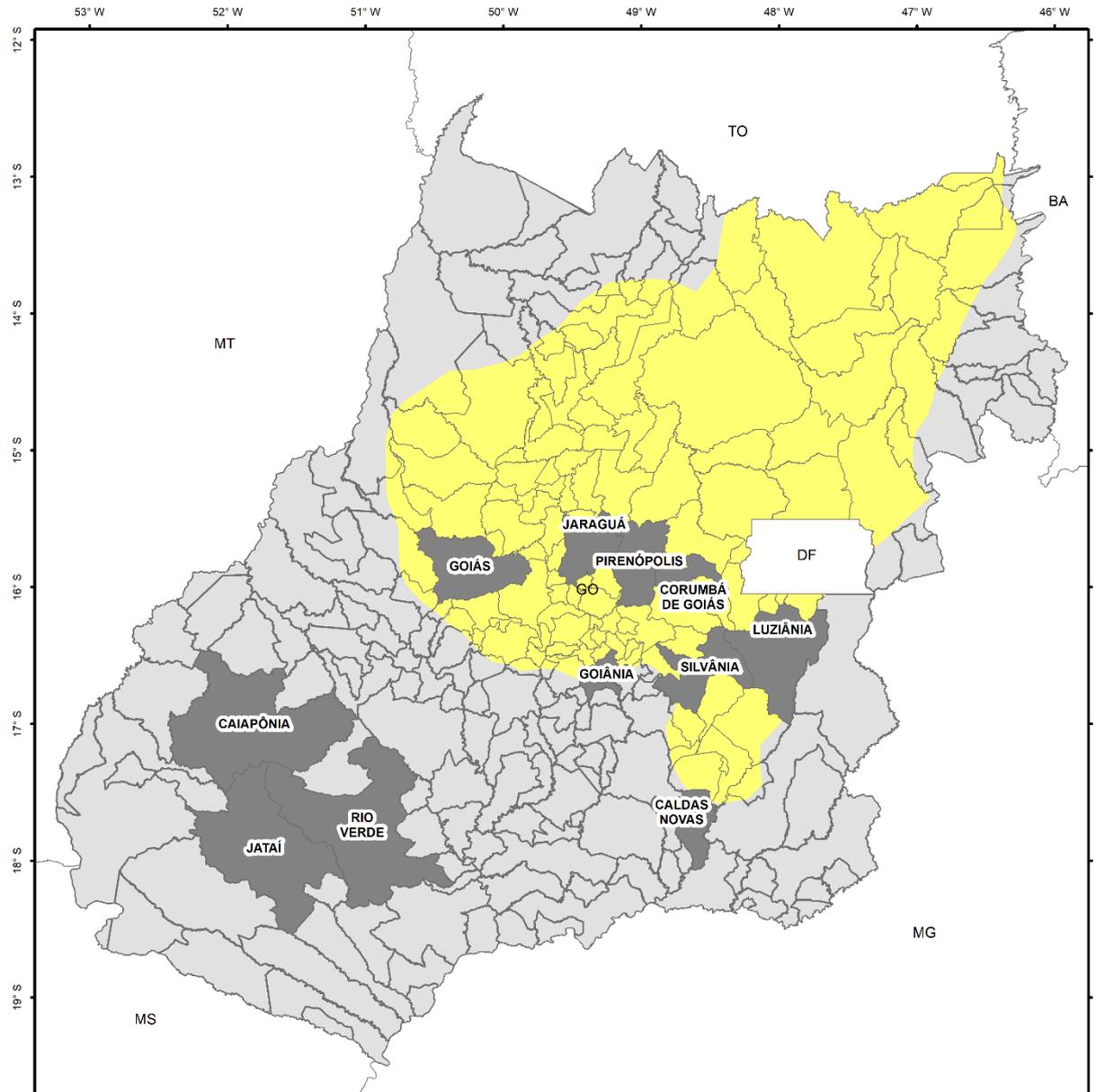


Fonte: Embrapa. Multimídias imagens (RIBEIRO, 2020).

As localidades mineradoras (Mapa 1), concentradas principalmente na parte central e leste do estado, correspondiam às áreas mais dinâmicas de Goiás durante o período colonial. Eram onde se concentravam a maior parte da população, a maioria das vilas e dos arraiais. Contudo, com a diminuição do ouro, essas localidades entraram em decadência, e a atividade agropecuária, antes relegada a um segundo plano, passou a ser a única alternativa econômica para garantir a própria existência da capitania e depois província de Goiás.

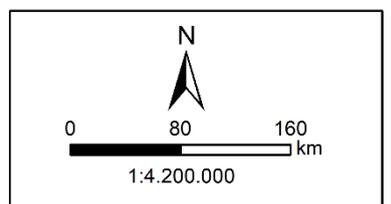
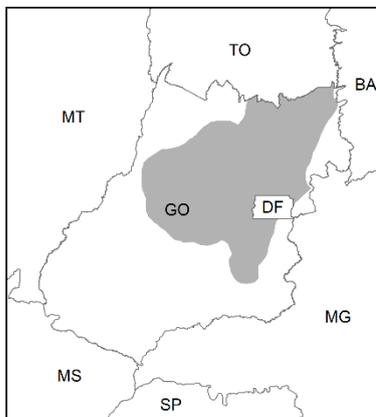
A descoberta do ouro em Goiás provocou a chegada de pessoas para se dedicarem à mineração. Vieram os mineiros, seus escravos e todos os tipos de aventureiros que queriam se dedicar a essa atividade. Essa corrida do ouro provocou o surgimento de arraiais em enorme quantidade e, como a produção foi efêmera, muitos entraram em total decadência ou desapareceram.

**Figura 1 – Goiás - Áreas de mineração nos séculos XVIII e XIX**



**Legenda**

- Polígono do ouro (séc. 18 e 19)
- Municípios em destaque
- Municípios de Goiás
- Unidades Federativas Estaduais



Sistema de Informações Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Fonte: IBGE, 2020  
 Elaboração: FARIA, A.S.  
 Elaborado em 2021

O período do ouro em Goiás foi relativamente curto e sua produção pequena, comparado com as áreas de Minas Gerais. Mas, assim como lá, a presença do ouro aqui despertou o imaginário de muitos que desejavam ficar ricos do dia para a noite. Todos, ou quase todos, sonhavam em participar da riqueza extraída do solo. A maioria dos que aqui chegavam desejavam participar das atividades ligadas a essa atividade. Palacín e Moraes (2001), inclusive, afirmam que os mineiros possuíam *status* elevado em relação às outras profissões.

Ser mineiro era a profissão mais honrosa, significava o mais alto status social. Todos queriam ser mineiros, e ninguém queria ser chamado de roceiro, profissão desprezada. Mesmo após muitos anos de decadência da mineração, esta continuava a ser a forma de pensar do povo em Goiás. Isto explica que, além da mineração, não se desenvolvessem outras formas importantes de economia durante o século XVIII, e que só fossem ocupadas as áreas auríferas (PALACÍN; MORAES, 2001, p. 19).

O declínio da produção do ouro pode ser observado pelo pagamento da arrecadação do quinto, ou seja, 20% do que era extraído pertencia à Coroa portuguesa. Esse imposto era cobrado quando os mineiros e comerciantes desejavam levar seu ouro para fora da capitania. O ouro precisava ser levado à Casa de Fundição, onde era transformado em barra, carimbado e guiado. No século XVIII, havia duas casas de fundição: uma em Vila Boa, criada em 1752, e outra em São Félix, arraial presente apenas nos mapas antigos.

Antes da criação das casas de fundições, foi instituída, entre os anos de 1735 e 1751, uma nova forma de cobrança de impostos, a capitação. O valor seria cobrado pelo número de escravos, pois as autoridades reais imaginavam que era mais difícil esconder os escravos do que o ouro. Esse formato de arrecadação gerou muito descontentamento, uma vez que o valor era fixo por escravo e não se levava em conta a produção da lavra. O dono de uma mina decadente pagava o mesmo valor do dono de uma mina de grande produção.

O contrabando do ouro em Goiás deve ter sido muito alto, pois muitos mineiros arriscavam retirar seu ouro clandestinamente. Mesmo com a sonegação, Chaul (2001) afirma que, a partir da arrecadação do quinto, foi possível perceber o auge e o declínio da produção aurífera em Goiás. No ano de 1753, foram arrecadadas 40 arrobas de ouro (a partir daí, a arrecadação só declinou), 22 arrobas em 1768, oito arrobas em 1788, quatro em 1808 e, no ano de 1823, apenas 0,5 arroba.

A diminuição da produção aurífera impactou diretamente a população de Goiás, como afirma Prado Jr (2011). De acordo com sua descrição, os impactos do despovoamento foram mais intensos em Goiás do que em Minas Gerais e Mato Grosso. Para comprovar suas afirmações, são utilizadas as descrições do brigadeiro Cunha Matos, que relatou a decadência

de muitos arraiais.

O território goiano do século XVI, até o início do século XVIII, foi rota de muitos aventureiros, com seus variados adjetivos: paulistas, sertanistas e bandeirantes. Sempre estavam a procurar índios para escravizar ou atrás de metais preciosos. Esses homens rudes, muitas vezes mestiços da população indígena, no sangue ou nos costumes. Aprenderam com os índios a sobreviver no sertão e, ao mesmo tempo, foram agentes da degradação das comunidades indígenas. Também aprenderam técnicas de caça, pesca e cultivo, como exemplo, a utilização das queimadas para preparar o solo para as roças. A própria linguagem era mais próxima da realidade indígena do que a língua falada em Portugal.

Já no século XIX, vários viajantes estrangeiros, originários da Europa, estiveram em Goiás. Enquanto os dos séculos anteriores eram pessoas adaptadas às duras realidades do sertão, aqueles eram cultos. Com interesses em registrar as impressões sobre os locais por onde passavam, fizeram relatos da situação econômica e da vida social da capitania, posterior província de Goiás. O início do século XIX é o período em que o ouro significava pouco mais que uma lembrança áurea do passado. A agropecuária goiana ainda não era significativa e não despertava otimismo nesses cronistas.

Esses viajantes tinham a visão eurocêntrica de que aqui faltava o progresso, pois estavam acostumados à velocidade da emergente indústria na Europa e à ideia de que o avanço do comércio e a vida urbana eram ideais de civilidade. Deste modo, viam aqui a decadência econômica, social e até moral. Assim, seus relatos transpareceram não somente o que era a realidade goiana, como também exprimiam seus desejos de como deveria ser a sociedade.

Era comum homens com ascendência branca viverem uma relação conjugal com mulheres índias, negras ou mestiças. A situação era tão corriqueira que até um dos governadores de Goiás vivia maritalmente com a filha de um carpinteiro. Fernando Delgado Freire de Castillo, governador da província de Goiás entre 1809 e 1820, teve vários filhos desta relação. A mancebia era prática recorrente. Um dos viajantes ficou escandalizado com a falta de casamento entre os goianos, como afirma Chaul (2001):

A população, de difícil quantificação, se constituía de brancos, mestiços, índios, pardos e negros. O concubinato era generalizado, o que chocou Saint-Hilaire ao percorrer a Capitania, que já contava com quase um século de prática desse costume. Alguns autores atribuem-no ao alto preço do casamento e à prática atávica de os casais simplesmente se 'juntarem' (CHAUL, 2001, p. 37).

A chegada da família real no Brasil, em 1808, abriu a possibilidade da vinda de vários naturalistas estrangeiros ao Brasil. Após o fim das guerras napoleônicas, foi enviada ao Brasil

uma missão diplomática francesa, que tinha como um dos objetivos regularizar as relações entre Portugal e França. Junto com a missão, chegou o viajante naturalista Auguste Saint-Hilaire, que permaneceu no Brasil entre os anos de 1816 e 1822. Ele explorou áreas da Mata Atlântica e do Cerrado, descreveu a natureza e a vida (cultura) e viajou pelas províncias do Espírito Santo, de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e até a Cisplatina. Catalogou mais de 30 mil espécies vegetais e animais e descreveu os costumes e os modos de vida por onde passou.

Saint-Hilaire esteve em Goiás no ano de 1819 e passou por localidades como Santa Luzia (atual Luziânia), Corumbá (atual Corumbá de Goiás), Meia Ponte (atual Pirenópolis), Serra dos Pirineus, Córrego Jaraguá (atual Jaraguá), Ouro Fino, Ferreiro, Goiás (município), Serra Dourada, Caldas Novas e Rio Paranaíba. O roteiro percorrido corresponde em grande parte ao polígono do ouro, no período de grande retração ou mesmo abandono das atividades auríferas. As suas descrições não foram nada abonadoras do que ele percebeu na dura realidade da sociedade de então. Notaram-se, ainda, inércia e falta de vontade e de iniciativa para a produção e os negócios.

Para Saint-Hilaire, era incompreensível uma região de tamanhas potencialidades não se desenvolver. Após tecer um rosário de receitas do que poderia ser feito para tal, exausto, afirmava: “simples, conselhos, exortações, talvez mesmo alguns bons exemplos, não serão nunca suficientes para arrancar os lavradores goianos à profunda apatia em que estão imersos”. Quando Saint-Hilaire vê a apatia (o campo), gostaria de estar vendo o trabalho, o progresso, o capital (a cidade), enfim, o conjunto de razões que lhe explicava o sentido da existência de uma sociedade (CHAUL, 2001, p. 56-57).

Mello (2021), destaca as percepções de Saint-Hilaire, a respeito da agricultura goiana. Para o naturalista francês havia no território da província de Goiás locais de excelente fertilidade, como a região do “Mato Grosso goiano”. Nesses locais poderiam ser cultivados vários produtos e, não apenas os habitualmente produzidos. Ao mesmo tempo que defendia uma melhoria no precários sistemas de cultivos como forma de evitar a destruição desnecessária das matas.

Outro estrangeiro que esteve em Goiás no início do século XIX foi o português Raimundo José da Cunha Matos, que não veio como viajante, mas como um alto funcionário a serviço do recém-criado Império do Brasil. Assumiu a função de Comandante de Armas da província de Goiás entre os anos de 1823 e 1826 e, posteriormente, foi deputado na corte entre os anos de 1826 a 1833. Deixou escritos vários textos, inclusive um sobre Goiás, a “Corografia Histórica da Província de Goiás”, em que deixa transparecer toda a sua decepção com a situação encontrada. Para ele, aqui havia uma apatia do povo, e as forças governamentais deveriam

auxiliar a reestabelecer a fé no comércio e obrigar os homens à agricultura.

A diminuição da exploração do ouro impactou diretamente o povoamento do território goiano e houve uma redução da população quando se esgotou o ouro. A retomada do povoamento ocorreu em outros moldes, mais esparramada, pois a agricultura e a pecuária utilizavam áreas muito maiores que a mineração. Como a parte central do país, até o século XIX, era marcada por “grandes vazios demográficos”, isso favoreceu a ocupação de populações de diversos lugares.

A chama provocada pelas descobertas e pela exploração de ouro no início do século XIX estava quase extinta em Goiás. A pecuária existente até então não tinha destaque, mas, como afirma Prado Jr.(2011), já havia exportações de algumas boiadas anuais para a Bahia. Contudo, a pecuária, ao longo do século XIX, foi um vetor importante para a ocupação de várias partes do território goiano. Para o sul de Goiás e o Triângulo Mineiro, vieram os mineiros após a própria decadência da produção aurífera de Minas Gerais. No norte, destacam-se os baianos, maranhenses e paraenses. No centro-sul de Goiás, predominam os grupos oriundos do período minerador.

Nesse conjunto de penúrias em que o período pós-mineração é comumente descrito, salvava-se o gado. Consta que entre 1820 e 1920, a população e as cabeças de gado exportadas se multiplicaram por dez. Com relação ao gado, não era muito em relação ao século decorrido, mas era o clímax atingido por Goiás e, se levarmos em conta a terra descrita pelos viajantes, era a promessa de esperança se desenhando nos céus do cerrado, diante do nada prometido, diante da falta total de perspectiva – era algo em que se podia vislumbrar a penumbra deixada no lugar do brilho do ouro (CHAUL, 2001, p. 96).

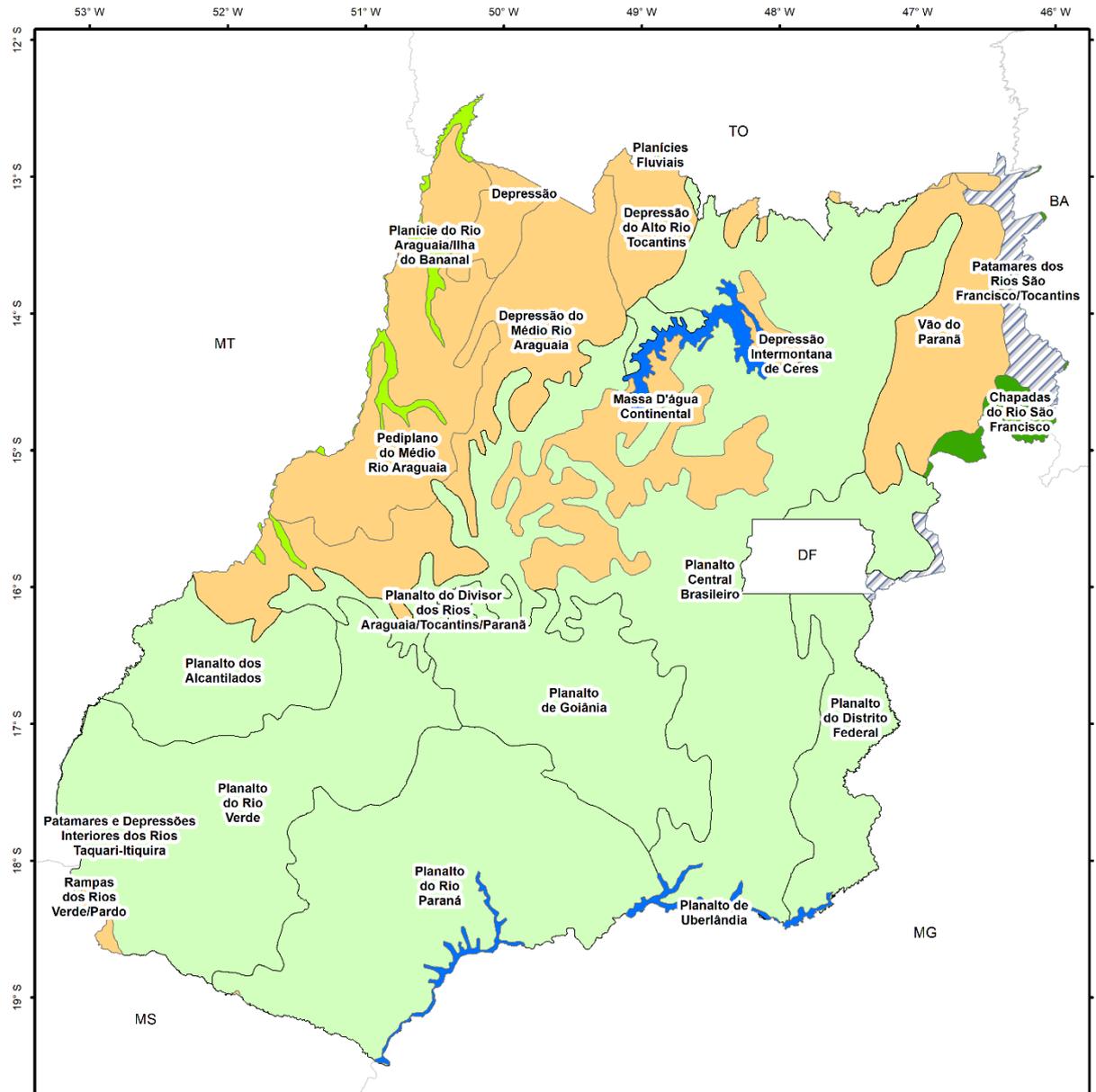
A vida em Goiás, nos fins dos anos 1800 e no início dos 1900, ligada à pecuária bovina, foi exemplarmente retratada pela literatura na obra *Tropas e Boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos. A descrição das rotinas, dos tipos humanos e da vida ligada à criação de gado demonstra como essa atividade, que por muito tempo havia sido algo menor, se tornou, no imaginário e na representação, elemento importante. A partir desse período, a atividade de criação de gado passou a ser valorizada, e aqueles que se dedicavam a essa atividade passaram a desfrutar do prestígio que outrora os mineiros tiveram.

Espaços do território goiano, que por muito tempo estiveram esquecidos do ponto de vista da exploração capitalista, passaram a ser ocupados pela criação de gado. O sul de Goiás e os vales dos rios Araguaia, Tocantins e Crixás-Açú são locais em que a atividade pecuária passou a ganhar cada vez mais importância, apesar da existência de localidades com exploração de ouro, como afirma Barbosa, Neto e Gomes (2005). Algumas cidades antigas, como Crixás e

Porangatu, e outras, como São Miguel do Araguaia, Santa Terezinha de Goiás e Mozarlândia foram reanimadas com atividade pastoril.

Já no Sudoeste de Goiás, a criação extensiva de gado foi favorecida pelos imensos chapadões, classificados como Planalto do Rio Paraná, Planalto de Rio Verde e Planalto dos Alcantilados (Figura 2), cobertos por gramíneas entremeadas a vegetações arbustivas e arbóreas típicas do Cerrado. O surgimento das fazendas foi comum neste espaço. Muitas cidades originaram-se do atendimento das necessidades dessas fazendas, sejam estas religiosas, comerciais e/ou políticas. Cidades como Rio Verde, Jataí, Caiapônia, Serranópolis, Montividiu, Cachoeira Alta, Santa Helena de Goiás e Quirinópolis surgiram das relações com fazendas de criação de gado.

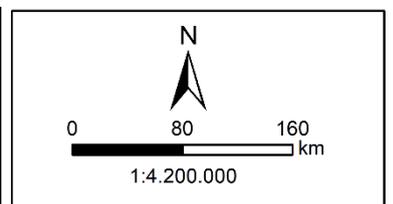
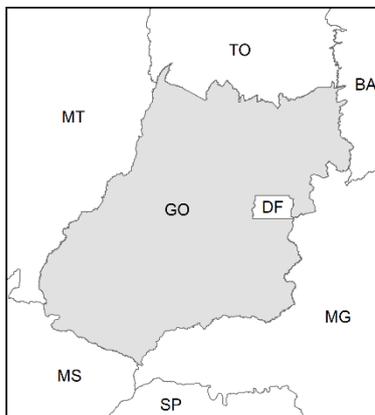
Figura 2 - Unidades de relevo de Goiás



**Legenda**

**Unidades de Relevo**

- Massa D'água
- Chapadas
- Depressões
- Patamares
- Planaltos
- Planícies
- Unidades Federativas Estaduais



Sistema de Informações Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Fonte: IBGE, 2006 e 2020  
 Elaboração: FARIA, A.S.  
 Elaborado em 2021

A pecuária não foi alternativa revolucionária para a situação econômica de Goiás. Aliás, foi uma possibilidade lenta, mas crescente. Muitos dos problemas enfrentados na mineração continuavam presentes. As estradas eram poucas, mal cuidadas e, às vezes, abandonadas. Para transpor rios e córregos, o mais comum era a travessia a vau ou mesmo por pequenas embarcações, pois as pontes eram raras, quando não destruídas pelos anos.

O gado tinha a vantagem de que ele mesmo se transportava. O problema é que, durante as longas viagens, o rebanho perdia muito peso. Muitas reses não resistiam e acabavam sendo abandonadas ou morrendo pelos caminhos. Assim que chegavam próximo aos centros consumidores, os animais precisavam ser engordados nas chamadas invernadas. Neste contexto, os criadores acabavam recebendo valores baixos pelas boiadas.

A distância entre o litoral e Goiás gerava outro problema para os criadores de gado, que era o preço do sal, utilizado para compensar a deficiência mineral da alimentação baseada nas plantas pobres em nutrientes das áreas de Cerrado. Em algumas localidades do nordeste brasileiro, os solos salinos possibilitavam aos animais obterem nutrientes em alguns locais chamados de “lambedouros”. Em Goiás, esse complemento necessário ao desenvolvimento dos animais tinha que ser fornecido pelos criadores.

A dificuldade para obter sal constituía um grave obstáculo para a criação de gado. Muitos animais buscavam suprir essa deficiência ingerindo plantas não apropriadas ao consumo, prejudicando seu sistema digestivo. A própria população tinha dificuldade em conseguir sal para o consumo humano. O sal tinha ainda outra importância para a atividade pecuária, que era facilitar a domesticação dos animais. O fornecimento do sal era o momento em que o peão ou o vaqueiro mantinha um contato direto com os animais, os quais, desejosos de consumir o sal, se aproximavam do local, facilitando o trabalho dos vaqueiros.

O gado criado solto não exigia grande quantidade de mão de obra. Assim, a forma de trabalho mais comum era o trabalho livre. Antes da abolição, houve casos de utilização de trabalho escravo, pois a escravidão negra esteve presente com maior ou menor intensidade em todos os recantos do Brasil. Contudo, essa não foi a forma de trabalho predominante na criação de gado em Goiás. A própria atividade exigia um trabalhador em constante movimentação para cuidar dos rebanhos.

O tipo que surgiu e entrou no imaginário goiano foi o do peão de boiadeiro ou vaqueiro. Este quase sempre levava a vida ligada ao movimento dos rebanhos, sobre o lombo de cavalos e com espírito de aventura, ao estar em contato com as imensidões desconhecidas e selvagens da paisagem goiana até meados do século XX. Esse espírito de aventura pode ser encontrado

na interpretação que Holanda (2014) faz das formas de vida coletiva da expansão da colonização portuguesa na América. Assim, nas sociedades tradicionais, os aventureiros estariam relacionados aos caçadores ou coletores das sociedades rudimentares, cujo limite de atuação não respeitava fronteiras e vivia em espaços limitados apenas pelos longínquos horizontes. Já a outra forma de vida coletiva seria a do trabalhador e estava associada ao lavrador, cujo esforço lento e persistência eram essenciais para a sobrevivência.

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo (HOLANDA, 2014, p. 51).

A partilha era a forma de remuneração comum à atividade pecuária, e era combinado um percentual entre o fazendeiro e o responsável pelo rebanho. Desta forma, ao final do período de um ano, geralmente no mês de setembro ou próximo ao início do período chuvoso, o gado era reunido e marcado a ferro em brasa, para, depois, ser feita a separação da parte que caberia a cada um.

A importância da pecuária para Goiás foi crescente. Até o início do século XX, foi a atividade responsável pela maior parte da arrecadação de impostos. Não significou a redenção econômica nos moldes desejados pelos viajantes europeus que por aqui passaram no início do século XIX, mas provocou mudanças significativas no território goiano. Vastas regiões que eram pouco povoadas e sem nenhuma atividade econômica foram, pouco a pouco, sendo ocupadas pelas atividades da pecuária, juntamente com a agricultura de subsistência.

Terras em abundância, formas legítimas e ilegítimas de posse, produção para subsistência no início e crescente desenvolvimento da criação de gado davam a tônica da economia goiana pós-mineração. A baixa fertilidade do solo goiano e as técnicas rudimentares de exploração da terra, somadas às relações de produção no campo e à forte concentração fundiária, uniam-se à carência de transportes e formavam o quadro inicial da produção agrícola em Goiás (CHAUL, 2001, p. 105).

A agricultura esteve presente desde os tempos áureos da mineração e associada à expansão da pecuária. Até o início do século XX, predominou a agricultura de subsistência, mas, em fins do século XIX, em algumas localidades, era possível haver excedentes que eram processados artesanalmente, vendidos localmente ou mesmo levados para fora do estado, como afirma Borges (1990):

No entanto, alguns ramos da produção agrícola encontravam-se inseridos na economia de mercado, principalmente quando esta produção se achava associada a algumas agroindústrias regionais, as quais até valorizavam e dinamizavam a produção do campo em algumas regiões, produzindo, mesmo de forma artesanal, mercadorias que eram vendidas no mercado local ou exportadas para outros Estados, como a marmelada, rapadura, cachaça, tecido de algodão etc. (BORGES, 1990, p. 51-52).

A realidade econômica de Goiás pós-mineração não permitia a utilização maciça do trabalho escravo. As relações de trabalho que surgiram após o declínio da mineração estão baseadas em duas figuras: o agregado e o camarada. O agregado era o trabalhador despossuído de terras, que tinha permissão para cultivar uma pequena parcela de terras e, às vezes, entregava parte da produção ao proprietário ou mesmo prestava serviços eventuais. Já o camarada era ajustado para trabalhar de maneira regular. Chaul (2001), baseado nos relatos de Saint-Hilaire, destaca que a figura do agregado já era presente em Goiás desde antes do fim da escravidão.

Saint-Hilaire já observara os agregados como “indivíduos que nada possuem de seu, e que se estabelecem em terrenos de outrem, vivendo em estado precário, mal vestidos, indolentes e embrutecidos pela falta de convivência com seus semelhantes”. O agregado que passou a fazer parte da paisagem goiana era predominantemente pardo e solteiro, embora não raro se encontrassem famílias inteiras empregadas com agregadas nas fazendas goianas (CHAUL, 2001, p. 106).

A agropecuária goiana era carente de capitais e, à medida que o preço dos escravos subia, devido à proibição tráfico-negreira e à importância crescente do café, passou-se a utilizar indivíduos livres. Foi tornando-se comum a utilização das formas de agregação e camaradagem.

Quanto às relações de trabalho no Estado, após a extinção formal do escravismo, o regime de trabalho dominante no campo era o da “camaradagem”, regime esse que, ao que tudo indica, foi um seguimento tardio da escravidão, redefinido pelas novas relações sociais de trabalho no campo. O “camarada”, portanto, “[...] é qualquer tipo social denominado no sertão, que desde o momento do ‘ajuste’ com o patrão passa a pertencer-lhe por tempo indeterminado, quase sempre vitalício. O que define sua condição social é o salário que não aparece e que o mantém ‘escravo’ da classe proprietária” (BORGES, 1990, p. 53).

A prática da camaradagem consolidou-se em Goiás e, ao final do século XIX, o governo estadual, inclusive, criou legislação específica para tratar do tema. O camarada, chamado de locador, trabalhava para o proprietário (locatário), e este fornecia os itens necessários para sua alimentação. Na maioria das vezes, os camaradas contraíam dívidas enormes, o que os obrigava a continuar trabalhando por longos períodos para saldá-las. O artigo 9º da Lei estadual nº 11, de 20 de julho de 1892, chegava a determinar o período que o trabalhador deveria permanecer na propriedade para saldar suas dívidas. Em caso de reclamação junto à justiça, o livro de conta-corrente escriturado pelo próprio proprietário é que era utilizado como base para o julgamento.

Art. 9º. Findo o tempo estipulado, o locador, ainda mesmo que esteja devendo ao locatário, poderá despedir-se, pagando a dívida; não o fazendo, será obrigado a continuar a servir ao locatário por tanto tempo, nunca mais de três anos, quanto seja necessário para pagá-la com duas terças partes do salário estipulado, sendo-lhe entregue mensalmente a outra parte.

Art. 10. O locatário terá um livro de conta-corrente com os locadores, do qual devem constar chronologica e sucessivamente aos artigos de débito e crédito. Este livro ser exhibido em juízo toda vez que o locador reclame (GOIÁS, 1982).

Se, para a mineração e a pecuária, as dificuldades de transporte eram barreiras enormes, para os produtos oriundos da agricultura essa situação era mais grave, pois levar os produtos para mercados fora de Goiás era trabalhoso e tinha um custo enorme. Os produtos eram transportados a partir de carros de boi ou nos lombos das tropas para serem comercializados, principalmente, nas cidades mineiras de Araguari e Uberabinha (atual Uberlândia). As viagens para acessar os principais centros comerciais eram longas e custosas. As despesas com os animais que faziam o transporte, com os tropeiros e com os carreiros consumiam grandes valores da produção. Uma viagem de Santa Cruz de Goiás até a cidade de Araguari, em Minas Gerais, que desde o ano de 1896 já tinha recebido a estrada de ferro, que a ligava ao Sudeste, durava aproximadamente 16 dias.

A produção agrícola, ao longo do século XIX, manteve-se quase estagnada pela falta de transporte moderno que possibilitasse o escoamento da produção regional para os grandes mercados localizados fora de Goiás. Este setor permaneceu, na maior parte do Estado, organizado como atividade secundária ou como atividade subsidiária da produção pecuarista (BORGES, 1990, p. 51).

A implantação de estrada de ferro no Brasil a partir da segunda metade do século XIX abriu possibilidades ainda que remotas para integrar Goiás aos principais centros econômicos do país. Três anos antes mesmo da inauguração da Estrada de Ferro Mauá, em 1854, um deputado apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de integração nacional, por meio da construção de estrada de ferro ligando Rio-Goiás-Cuiabá. Este e outros projetos para integrar o Brasil por meio de trilhos nunca saíram do papel, pois a construção de estradas de ferro até o final do Império ficaria concentrada, principalmente, na região cafeeira.

Somente no início do século XX é que a estrada de ferro chegou a Goiás. As dificuldades financeiras do estado brasileiro e até mesmo a falta de interesse político atrasaram a chegada dos trilhos. A maioria das oligarquias que controlavam politicamente o estado era ligada às atividades pecuárias, exercendo seu poder a partir da cidade de Goiás. A estrada de ferro, no início, não era defendida com muita convicção pelos políticos do estado, uma vez que a pecuária não dependia tanto da melhoria dos meios de transporte quanto outras atividades. Contudo,

alguns representantes de Goiás no Congresso acabaram travando grandes disputas com grupos políticos de outros estados, principalmente os de Minas Gerais, para que a estrada de ferro fosse construída.

A construção da estrada de ferro sofria a oposição de grupos econômicos situados, principalmente, na cidade de Araguari (MG), cuja estrada de ferro havia chegado em 1896. Lá, os terminais comercializavam produtos do sul de Goiás e temiam que a ligação direta pela estrada tiraria da cidade o controle do comércio entre Goiás e o restante do país. Assim, defendia-se um novo traçado dos trilhos, partindo de Formiga (MG) até Catalão (GO), com o argumento de beneficiar muitas localidades do estado de Minas Gerais que não estavam conectadas à malha ferroviária. No entanto, o que se pretendia mesmo era retardar a construção dos trilhos para Goiás.

A chegada da estrada de ferro em Goiás só foi viabilizada a partir da criação da Companhia Estrada de Ferro Goiás, pelo Decreto nº 5.949, de março de 1909, assinado pelo presidente da república Rodrigues Alves. O projeto era conectar Goiás à rede ferroviária existente, possibilitando contanto direto com cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. O trecho partiria de Araguari (MG) até a cidade de Goiás, então capital do estado. Os trilhos só chegaram à capital do estado em 1950 e, nessa época, a capital já havia sido transferida para Goiânia, encerrando-se a possibilidade de a cidade de Goiás receber a tão sonhada ligação com a rede ferroviária nacional.

O primeiro trecho da estrada de ferro em Goiás foi concluído em 1912. A execução lenta do projeto inicial fez os trilhos chegarem à cidade de Anápolis, em 1935. Posteriormente, houve ligação com Goiânia, encerrando-se a expansão dos trilhos na primeira metade do século XX, em Goiás. O pouco avanço da estrada de ferro em terras goianas foi o suficiente para dinamizar a economia do sudeste, com reflexos na região sudoeste. A agropecuária pode desenvolver seu potencial até então limitado pelas dificuldades de transporte.

A região passou a ser o principal centro econômico do estado. Observando-se a Tabela 1, no ano de 1920, dos cinco municípios mais populosos do estado, três estavam situados na região da estrada de ferro: Catalão, Morrinhos e Ypamery, enquanto a capital do estado ocupava apenas o quarto lugar. A principal cidade do estado naquele período era Catalão, uma das primeiras a receber os trilhos.

**Tabela 1 – Municípios mais populosos de Goiás (1920)**

	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>População</b>
1º	Catalão	38.574
2º	Boa Vista do Tocantins	25.786
3º	Morrinhos	24.502
4º	Goyaz	21.223
5º	Ypamery	19.227
6º	Pedro Affonso	18.971
7º	Annapolis	16.037
8º	Formosa	15.872
9º	Corumbá	14.636
10º	Porto Nacional	14.120
11º	Pouso Alto	13.714
12º	Jaraguá	13.508
13º	Currãozinho	13.376
14º	Rio Verde	12.661
15º	Bonfim	12.521

Fonte: adaptada de Campos (1983) e organizada pelo autor.

O sucesso da estrada de ferro foi enorme e, de acordo com Borges (1990), já no ano de 1920, entre as vias férreas administradas pelo governo federal, a estrada de ferro de Goiás apresentou o terceiro maior superávit. Em 1922, foi a única entre todas as vias férreas administradas pela União a apresentar lucro. A enorme demanda pela utilização da estrada de ferro demonstra o quanto o estado era carente de meios de transporte. A região da estrada de ferro transformou-se na maior arrecadadora de impostos para o estado.

A ferrovia elevou, também, as arrecadações fiscais do Estado. A partir de 1915, os impostos sobre as exportações de mercadorias pela Estrada de Ferro passaram a ser uma das principais fontes de divisas do Governo Estadual. Estes impostos eram, até 1918, recolhidos pela companhia ferroviária nas suas estações de embarque. Em dezembro daquele mesmo ano o contrato com a Estrada de Ferro foi rescindido devido às irregularidades e à grande dívida da companhia para com o Estado, decorrente do não reembolso das arrecadações em favor do Governo Estadual (BORGES, 1990, p. 77).

## **1.2 Goiânia (GO): rumo à modernidade**

Goiânia, criada como uma cidade planejada e construída para ser a capital do estado e com o objetivo de representar a modernidade, tinha, em 2020, uma população estimada de 1.536.097 habitantes. Surgiu mais como um desejo de determinados grupos da elite política e econômica de criarem um símbolo que pudesse funcionar como elo entre o rural e o urbano, o

atrasado e o moderno. A data do lançamento de sua pedra fundamental, em 24 de outubro de 1933, foi escolhida pelo então interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, para homenagear a Revolução de 1930<sup>2</sup>. Assim, o aniversário da cidade é comemorado nesta data.

O projeto da construção de Goiânia foi levado adiante pelo grupo político associado a mudanças econômicas provocadas pela ampliação e pelo desenvolvimento da agricultura no sul e sudoeste do estado. A construção da estrada de ferro que provocou o deslocamento do eixo econômico para o sul do estado não encontrou consonância nas estruturas políticas vigentes no início do século XX.

O poder político ainda estava ligado aos grupos que assumiram o poder logo após a Proclamação da República, dirigentes ligados aos grandes proprietários de terra e ao setor pecuário. Os grupos oligárquicos que controlavam a política goiana, sediados na cidade de Goiás, então capital do estado, disputavam entre si o poder e não deixavam espaço ou possibilidades para outros grupos ascenderem aos altos cargos políticos. Neste período, estava em vigor a política do café com leite. O poder estadual tinha grande autonomia, desde que aliado aos interesses do governo federal. Goiás, nessa época, não tinha grande destaque econômico ou político, e seus dirigentes procuravam estar ao lado dos presidentes da época.

Os grupos que controlaram a política no estado, até a década de 1930, se fortaleceram com a Proclamação da República. As famílias Bulhões, Caiado e Xavier de Almeida tiveram grande influência nesse período. Leopoldo de Bulhões, inclusive, chegou a ocupar o Ministério da Fazenda por duas ocasiões, a primeira entre 1902 e 1906, e a segunda entre 1909 e 1910. Inicialmente, os bulhonistas associaram-se a José Xavier de Almeida, que foi eleito governador em 1901. No seu governo, houve esforços para consolidar os projetos ferroviários e dinamizar as comunicações em Goiás.

A aliança entre Bulhões e Xavier de Almeida foi rompida na eleição de 1904, quando este quis fazer seu sucessor. Os adversários dos xavieristas formaram uma aliança composta pelos principais líderes políticos daquele momento: Leopoldo de Bulhões, Antônio Ramos Caiado, Braz Abrantes e Eugênio Jardim. Esse grupo atuou junto ao governo federal e pediu a deposição do governador xavierista.

A morte do Presidente da República Afonso Pena, em 1909, favoreceu os oposicionistas, uma vez que o vice-presidente Nilo Coelho era amigo de Leopoldo de Bulhões.

---

<sup>2</sup> A “Revolução de 1930” depôs o então presidente da república, Washington Luís, em 24 de outubro de 1930. Esse movimento permitiu a ascensão de Getúlio Vargas como presidente do Brasil, e em Goiás o domínio do grupo político ligado a Pedro Ludovico Teixeira pelos 15 anos seguintes.

Assim, em 1909, os candidatos xavieristas à Câmara e ao Senado foram depurados pelo Congresso Nacional. Urbano Coelho de Gouvêa foi reconhecido como governador de Goiás, e o grupo Xavier de Almeida foi afastado da política goiana.

Os acordos políticos dos responsáveis pela queda do grupo xavierista logo entraram em crise. Já em 1912, devido às interferências da política de salvação, Leopoldo de Bulhões foi derrotado e quem assumiu o controle político do estado foi Antônio Ramos Caiado, o Totó Caiado. Este foi deputado federal por várias legislaturas, desde 1909 até 1920, e senador de 1920 até 1930. Apesar de não ter sido eleito governador, foi a principal liderança política no estado, exercendo sua influência a partir do Partido Democrata.

Em relação ao quadro político goiano, discutido anteriormente, podemos observar que, após a queda dos Bulhões, os Caiados passam a dominar a política local, controlando todo o processo eleitoral, escolhendo os representantes para os cargos mais importantes em níveis estadual e municipal (CHAUL, 2001, p. 167).

Os novos grupos que ganharam importância política com o desenvolvimento econômico do sul e sudeste do estado continuaram alijados do acesso aos cargos políticos. Durante a 1ª República ou República Velha (1889-1930), essas regiões conseguiram eleger apenas dois senadores e dois deputados federais. Nesse período, as eleições não eram para ser disputadas, mas vencidas. E, para isso, eram comuns fraudes e toda forma de pressão sobre os eleitores, inclusive violência física. O resultado era sempre o esperado, o que provocava descontentamentos das lideranças de localidades como Ipameri, Inhumas, Jataí e Rio Verde.

Um dos opositoristas que se destacaria nas próximas décadas foi Pedro Ludovico Teixeira, médico, formado no Rio de Janeiro, e que, no ano de 1917, se estabeleceu em Rio Verde. Casou-se com a filha de Antônio Martins Borges, influente político local e fazendeiro, inicialmente aliado do grupo Caiado, cujo rompimento ocorreu no ano de 1924. No ano de 1927, juntamente com o sogro, tornou-se um dos fundadores do novo Partido Republicano, adversário dos Caiados. A partir daí, Ludovico foi um dos opositoristas mais combativos à oligarquia sediada na cidade de Goiás.

A oposição à política vigente no estado era pontual, pouco articulada e não chegava a ameaçar o poder vigente na época. As principais contestações vinham de fora das fronteiras estaduais. A Coluna Prestes atravessou Goiás no ano de 1925, com sua mensagem crítica às práticas eleitorais, provocando preocupação nos poderes constituídos. Foi organizada uma milícia denominada de Coluna Caiado para combatê-la. Os grandes fazendeiros e os políticos fomentaram o medo e o terror nas populações das cidades e do campo em relação aos chamados

“revoltosos”. Desta maneira, parte da população das pequenas cidades e das fazendas ficaram a mercê da violência e do arbítrio dessas duas forças antagônicas.

Todavia, o fator mais disruptivo foi a Revolução de 1930, que impactou diretamente os poderes constituídos em Goiás. Na eleição de março de 1930, a oposição apoiou a candidatura de Getúlio Vargas. Contudo, no estado, assim como no restante do Brasil, o resultado foi a vitória de Júlio Prestes. Nem mesmo para deputado federal Pedro Ludovico conseguiu se eleger.

Apesar da disposição da oposição, articulada nacionalmente, as forças dominantes se fizeram valer e as oposições foram derrotadas nas eleições de 1º de março de 1930. Em Goiás, Júlio Prestes obteve 17.833 votos contra 943 dados a Vargas. As fórmulas do passado continuavam presentes (CHAUL, 2001, p. 178).

A vitória de Júlio Prestes acirrou os descontentamentos de vários setores da sociedade brasileira. A inspiração da rebeldia tenentista ainda estava no imaginário de muitos. Logo, grupos oligárquicos de alguns estados, apoiados pelas forças armadas, acabaram depondo Washington Luís. Aqui em Goiás, alguns opositores apoiaram o levante. Pedro Ludovico liderou um movimento apoiando a Revolução de 1930 e, com um grupo de 120 homens armados, tentou tomar o poder no estado em apoio à revolta, mas fracassou e foi preso.

Como o movimento de 1930 triunfou nacionalmente, encerrando a chamada República Velha, a situação política se alterou. Ludovico estava preso e foi transferido de Rio Verde para a cidade de Goiás, quando chegou a notícia da vitória do movimento que levou Vargas ao poder. Inicialmente, Ludovico integrou a junta governativa, que assumiu o governo do estado. E, devido à sua ligação com o movimento revolucionário vitorioso, foi nomeado interventor de 1930 a 1935. Posteriormente, foi eleito pela Assembleia Constituinte estadual, exercendo o mandato de 1935 a 1937. Após a implantação do Estado Novo pelo presidente Getúlio Vargas, as eleições foram suspensas, e ele, novamente, foi nomeado interventor, de 1937 a 1945.

Síntese de fazendeiro e de profissional liberal, Pedro Ludovico Teixeira era o representante adequado às necessidades de maior expansão econômica do Estado, com o fito de inserir, cada vez mais, Goiás no mercado nacional, bem como de dinamizar seu processo de acumulação de capitais. Aqui, na união do fazendeiro com o profissional liberal, entendido por Ana Lúcia da Silva como “alternância de oligarquias no poder”, é que podemos reorientar as interpretações de 1930, em Goiás, pois os grupos que subiam ao poder só tinham uma coisa em comum com os depostos: eram também, muitos deles, proprietários fundiários, só que ligados aos projetos urbanos, representados pelas imagens da modernização (CHAUL, 2001, p. 183).

No poder, consolidou sua influência, inicialmente, por meio da medicina. No início dos anos 1920 e 1930, o médico era identificado como um representante da ciência que salvava vidas. Poucos conseguiam ser médicos em Goiás em razão das dificuldades de se estudar fora.

Todavia, os que conseguiam eram vistos como heróis ou semideuses, que tinham a missão de curar os doentes. As verminoses e outras doenças associadas às condições de miséria da população, em sua grande parte rural, eram comuns. O médico precisava curar as pessoas e a sociedade. A união do médico e do político era uma síntese perfeita para a dura realidade daquele período.

Um dos últimos presidentes do estado (como eram chamados os governadores na época), de 1924 a 1929, portanto, antes da Revolução de 1930, foi o médico Brasil de Ramos Caiado. Uma de suas realizações foi ter criado o Serviço Sanitário do Estado. Ludovico, ao assumir, suspendeu este serviço, mas, já em 1931, criou o Regulamento da Saúde Pública. Para chefiar as inspetorias e as delegacias de higiene, apenas os médicos poderiam ser nomeados, e, assim, o poder destes nomeados superaria, em muitas instâncias, os poderes políticos dos municípios.

Os problemas financeiros do estado impediram o interventor de implementar as medidas efetivas relacionadas à saúde. Era preciso buscar outra forma de consolidar seu poder, e a alternativa encontrada foi a construção e a transferência da capital. Essa medida contava com a simpatia das elites econômicas do sul e sudoeste do estado e a oposição dos políticos sediados na cidade de Goiás.

A ideia da construção de uma nova capital não era nova. O primeiro governador da província já havia sugerido a mudança da capital para Meia Ponte (atual Pirenópolis). Outros governadores, como Miguel Lino de Moraes, no ano de 1830, sugeriram a transferência da capital para Água Quente. Os legisladores, a partir do final do século XIX, acrescentaram emendas na constituição estadual prevendo essa situação e afirmando que Goiás seria a capital até que houvesse uma nova deliberação.

Pesava contra a antiga capital a sua localização, aos pés da Serra Dourada e às margens do Rio Vermelho. O problema do abastecimento de água era grave, pois as águas do Rio Vermelho eram usadas para despejo e lavadouro da população. O uso de cisternas era prejudicado pela perfuração de latrinas que contaminavam os lençóis freáticos, e a região era pobre de outras fontes de abastecimento. Alguns detratores afirmaram que até mesmo temperaturas elevadas eram decorrentes da ausência das correntes de vento, barradas pela serra.

O relevo da localidade em que estava situada a cidade contribuía para agravar e limitar o desenvolvimento dos meios de transportes. Não era viável o desenvolvimento da navegação fluvial, e os projetos da estrada de ferro não se concretizavam. O acesso à capital e ao restante do estado dificultou, inclusive, a ampliação das atividades econômicas da própria capital. O

município de Goiás era o mais antigo sítio urbano do estado, no ano de 1920, e apenas o quarto mais populoso do estado. A economia da cidade dependia quase que exclusivamente das atividades administrativas referentes à sua condição de capital do estado.

Um grande projeto de remodelação e reurbanização era uma possibilidade. Porém, os custos seriam altíssimos, reforçando-se a ideia da construção de uma nova capital. Os defensores dessa ideia apontavam para Aracaju, capital de Sergipe, e para Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, como exemplos a serem seguidos.

A construção e a transferência de Goiânia não foram processos tranquilos. Houve contestação política dos grupos tradicionais que se uniam a favor da manutenção da capital na cidade de Goiás. A Revolução Constitucionalista de 1932 forçou uma guinada do governo federal para a adoção de práticas democráticas. Isso refletiu diretamente em Goiás, e grupos oligárquicos tradicionais se fortaleceram e se opuseram ao poder constituído.

Pedro Ludovico, por sua vez, usou a bandeira política da transferência para ganhar e manter a simpatia das emergentes regiões sul e sudoeste do estado, que haviam se beneficiado com o desenvolvimento da agricultura nesses locais. A modernização defendida pelas elites que assumiram o poder após 1930 apresentou seus limites rapidamente. A nova capital, Goiânia, que significaria o fim do atraso, para ser construída utilizou formas de trabalho altamente degradantes para a maioria dos seus trabalhadores.

A mão de obra básica teve que ser trazida do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, para constituir um contingente operário que não havia se formado no Estado ao longo do seu processo histórico. Os quase quatro mil anônimos, a outra face dos construtores de Goiânia, viviam em condições subumanas de vida, e os salários, quando pagos, transformavam-se em vales, que, por sua vez, viravam dívidas nas mãos de agiotas, e acabavam como lucro das cantinas de exploradores (CHAUL, 2001, p. 212).

As dificuldades enfrentadas para concretizar a transferência precisavam ser superadas, e, mais uma vez, o conhecimento médico entrou em ação. Na busca pelo apoio do governo central, o próprio governador chamou a antiga Vila Boa de necrópole, em relatório enviado ao Presidente Vargas. A solução para os problemas urbanos e sanitários era a efetivação da transferência da capital para a nova cidade. Nesta concepção, era preciso apoiar a criação de uma metrópole para representar a modernidade dos novos tempos políticos. Finalmente, em março de 1937, foi assinado o decreto da mudança da capital para Goiânia.

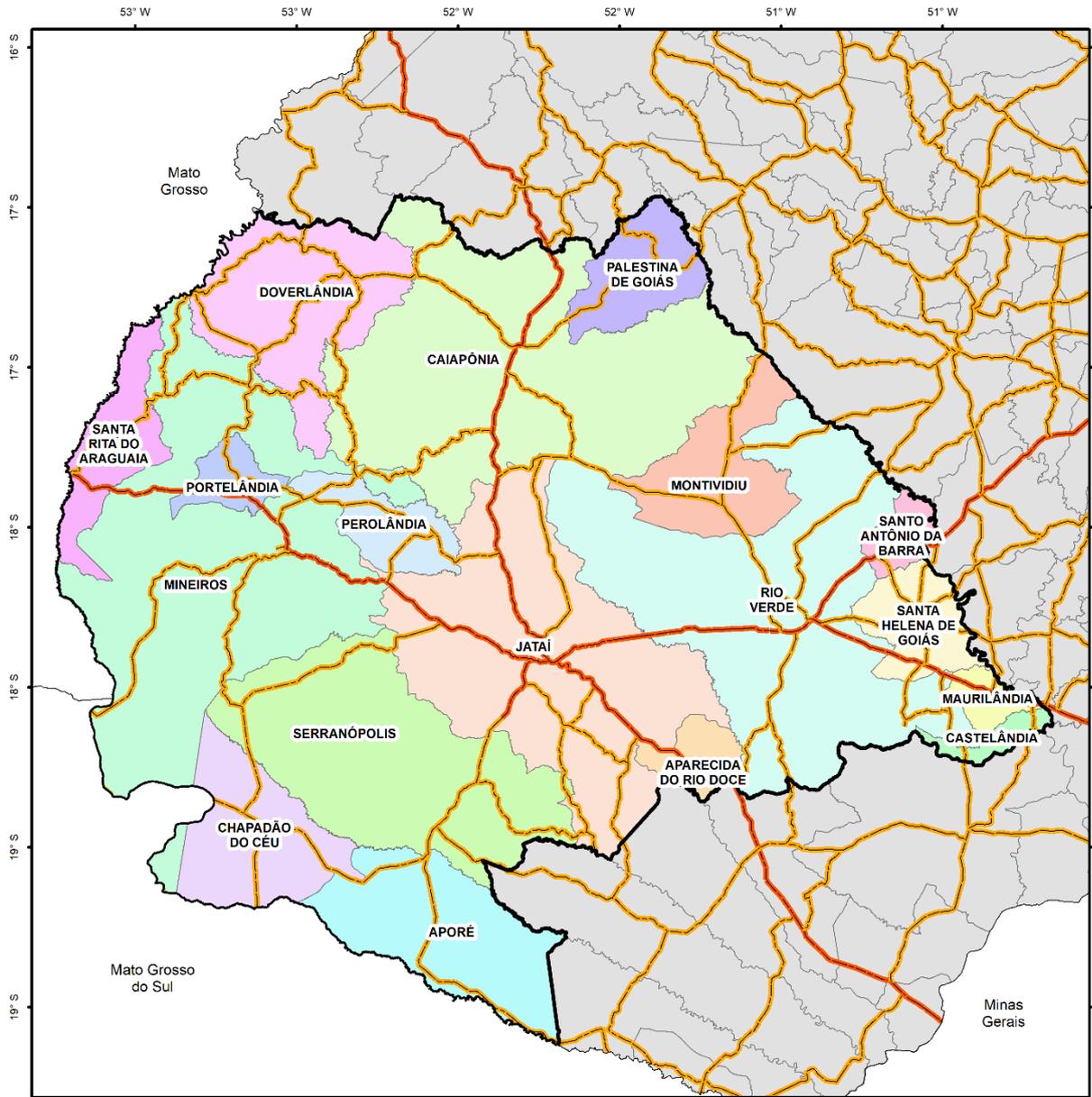
As aspirações dos grupos políticos em ascensão, reunindo os anseios das camadas médias urbanas e dos proprietários rurais, embebidos nas promessas de desenvolvimento, encontraram na mudança da capital o símbolo do almejado progresso. Por isso, Goiânia seria o símbolo unificador dos grupos em ascensão, servindo, ao mesmo tempo, de plataforma política ao seu mentor contemporâneo. Significava, ainda, o processo de unificação do sul e do sudoeste de Goiás em torno do poder representado por Pedro Ludovico Teixeira. Torna-se, desse modo, aceitável a afirmação de que antes de ser uma capital para Goiás, Goiânia seria uma capital para o sul e o sudoeste do Estado (CHAUL, 2001, p. 212).

As forças contrárias ainda alimentavam a ideia de voltar a capital para Goiás. Esses grupos acreditavam que a eleição do opositor Armando Sales de Oliveira para a presidência da república, marcada para janeiro de 1938, poderia reverter a situação. No entanto, o golpe de novembro de 1937 impediu as eleições e instituiu o Estado Novo, significando a manutenção no poder do governador Pedro Ludovico. Ele foi novamente nomeado interventor, por Vargas, cargo que ocupou de 1937 a 1945, com poderes quase ilimitados, uma vez que a Assembleia Legislativa do estado fora fechada. A nova conjuntura política significou a consolidação definitiva da transferência da capital para Goiânia.

### **1.3 O município de Rio Verde (GO)**

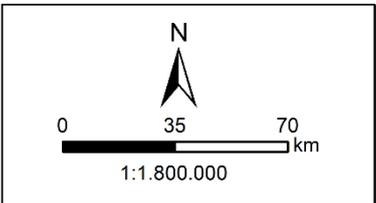
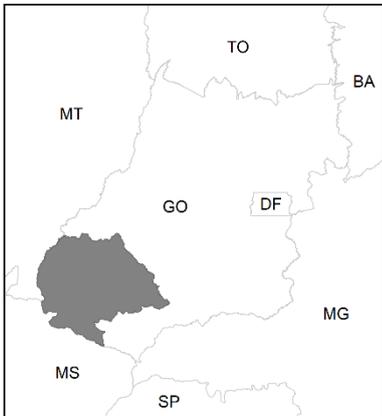
O município de Rio Verde, um dos 246 municípios do estado de Goiás, integra a microrregião do Sudoeste de Goiás (Figura 3). Grande parte das terras do município é formada por chapadões cobertos por solos do tipo latossolo. A principal característica desses solos é a sua baixa fertilidade natural, pobre em nutrientes e com acidez elevada, o que dificulta o aproveitamento para a agricultura. No passado, a produção agrícola de Rio Verde esteve concentrada nas partes mais baixas do relevo, próxima, principalmente, aos grandes rios e em locais em que a formação do solo era derivada de derrames basálticos de eras geológicas passadas, que originaram solos de fertilidade melhor.

**Figura 3 – Microrregião do Sudoeste de Goiás**



**Legenda**

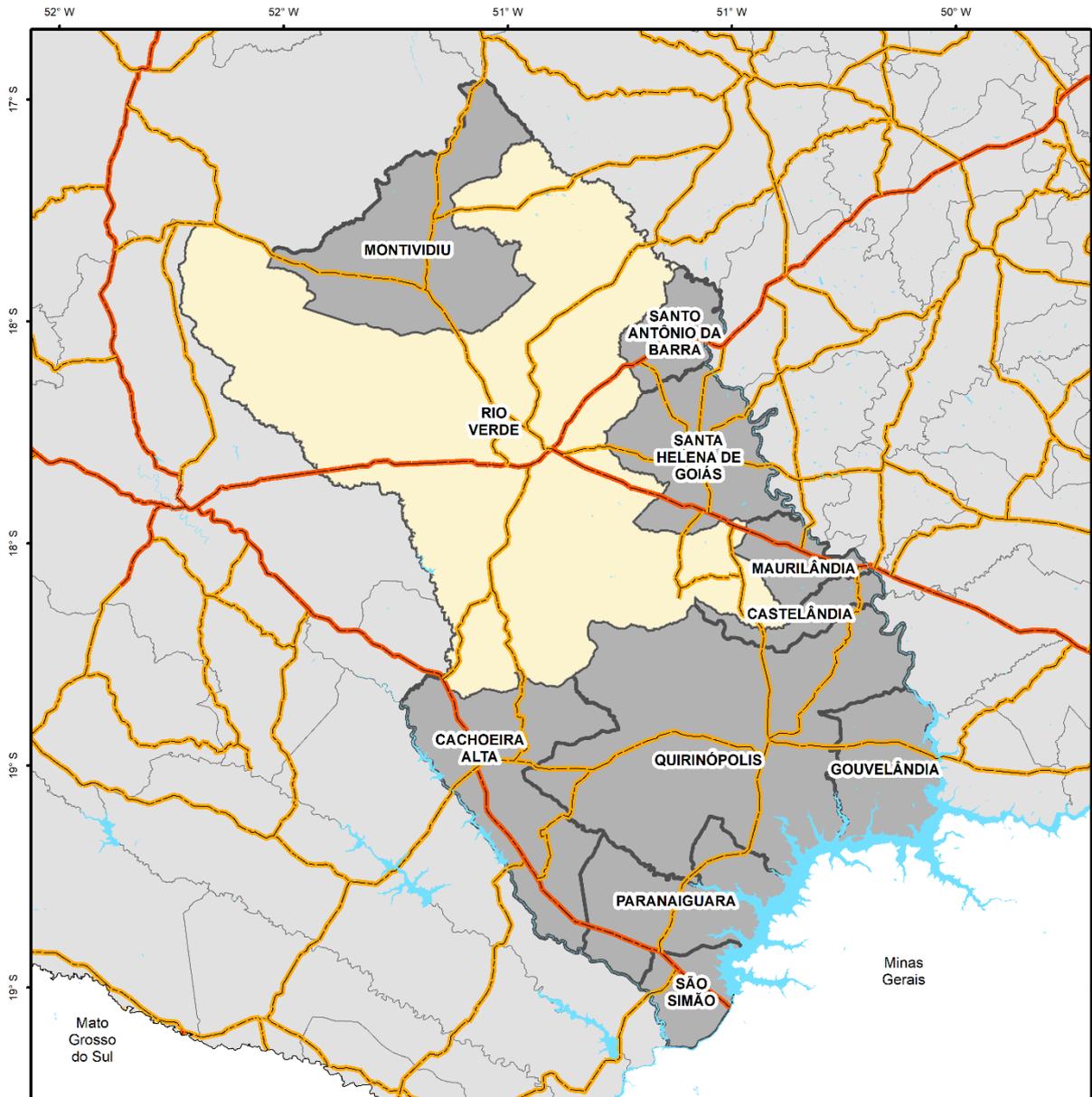
- Rodovia Estadual
- Rodovia Federal
- Microrregião Sudoeste de Goiás
- Municípios de Goiás
- Unidades Federativas Estaduais



Sistema de Informações Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Fonte: IBGE, 2020 e SIEG, 2014, 2017  
 Elaboração: FARIA, A.S.  
 Elaborado em 2021

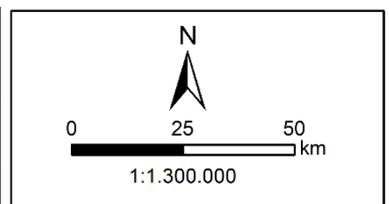
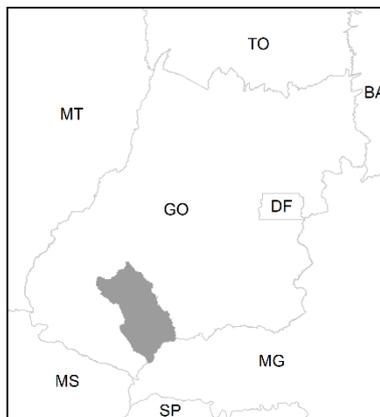
A origem do município esteve atrelada à prática de atividades pecuárias. Próximo ao ano de 1838, José Rodrigues de Mendonça e sua família, oriundos de Casa Branca, interior de São Paulo, receberam isenção fiscal do governo regencial e grandes quantidades de terras para criar gado na região. Posteriormente, essa família doou uma porção de terra para a construção de uma capela em louvor à Nossa Senhora das Dores. Ao redor dessa capela, surgiu um pequeno povoado que, no final do século XIX, se tornou sede de município com a implantação da Câmara Municipal. Foi desmembrado do município de Goiás, que, na época, era a capital da província de Goiás, e teve como sede a povoação do Rio Verde. Ao longo do século XX, o município perdeu parte de seu território para a criação de outros municípios (Figura 4).

**Figura 4 – Municípios desmembrados do município de Rio Verde (GO) no século XX**



**Legenda**

- Rodovia Estadual
- Rodovia Federal
- Rio Verde
- Desmembramento de Rio Verde
- Massa d'água superficial
- Municípios de Goiás
- Unidades Federativas Estaduais



Sistema de Informações Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Fonte: IBGE, 2020 e SIEG, 2017  
 Elaboração: FARIA, A.S.  
 Elaborado em 2021

A ocupação das terras não aconteceu sem conflitos, pois, nesta região, habitavam os índios caiapós. Os embates foram muitos, e as perdas de vidas aconteceram de ambos os lados. Os índios ocuparam a borda oeste da *cuesta* da bacia sedimentar do Paraná. Mesmo nesse local de difícil acesso, sua permanência foi incompatível com a presença dos agricultores e criadores de gado, ligados à lógica da cultura europeia. Eles foram deslocados cada vez mais para o oeste, não sem deixar nomes para as serras (Serra do Caiapó), os rios (rio Caiapó), as cidades (Caiapônia) e no sangue dos mestiços que ficaram nesses lugares.

A produção de arroz destacou-se entre as décadas de 1970 e 1980, intensificando a destruição do Cerrado das partes mais altas do relevo, os chapadões e sua substituição pelo capim *brachiaria*, espécie nativa da África, utilizada como forrageira para a alimentação de pecuária bovina. O processo, na época, dava-se da seguinte maneira. O Cerrado era derrubado com máquinas (trator de esteira) e, em seguida, o solo era arado. Plantava-se, então, arroz, no primeiro ano, e, em seguida, introduzia-se a *brachiaria* para a formação de pastagens, atividade principal desde a origem da cidade e de destaque na produção estadual. Neto (1988) afirma que o município possuía o maior rebanho bovino do estado entre as décadas de 1960 e 1980. Entretanto, em algumas partes do município, ao invés da *brachiaria*, a partir do segundo ano de cultivo nos solos, começou-se a introduzir o cultivo da soja.

De acordo com Neto (1988), a produção de arroz no município passou de 27.679 toneladas (t) no ano de 1960 para 52.358 t no ano de 1970. O resultado é que não havia ainda armazéns e secadores disponíveis para atender toda a produção. Era comum, no período da colheita do arroz, os agricultores utilizarem as poucas ruas asfaltadas da cidade para secar o arroz, como mostra a Fotografia 2 (PIZARRO, 2017). Essa situação favoreceu a criação da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), em 1975. Conforme a história descrita no site da COMIGO, um grupo de fazendeiros, reunido num bar, às margens da BR 060, ao discutir as dificuldades de se adquirir sacaria, armazenar e secar o arroz, resolveu se unir em forma de uma cooperativa para solucionar os problemas da produção.

**Fotografia 2** - Secagem de arroz na rua central de Rio Verde (GO) - 1976



Fonte: PIZARRO, Roberto Eduardo Castillo. **O agronegócio e a produção do espaço da Região de Planejamento Sudoeste Goiano**. 2017.

É importante ressaltar que esse pioneirismo foi apoiado por um arcabouço institucional do então governo militar que desejava modernizar o campo. Desde que este assumiu o poder, em 1964, colocou em prática uma série de medidas para dar suporte à ampliação da produção no campo. Em novembro de 1964, foi promulgado o Estatuto da Terra. Um ano depois, institucionalizou-se o crédito rural, a partir da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. No início da década de 1970, estabeleceu-se a política nacional de cooperativismo, a partir da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Na década de 1980, a COMIGO apresentou grande crescimento associado à produção de soja. Em 1983, a cooperativa inaugurou uma unidade industrial de esmagamento e moagem de soja, a primeira em todo o centro-oeste brasileiro. A expansão da cooperativa acompanhou as mudanças na produção agrícola do município. Inicialmente, foi criada para apoiar a produção de arroz, que mudou seu campo de atuação para a soja, o milho, leite e outros produtos. No ano de 2020, a cooperativa possuía 8.814 cooperados, cerca de 2.773 empregos diretos e unidades instaladas em 13 municípios de Goiás.

As mudanças provocadas pela modernização da agricultura, em curso no Brasil, provocaram transformações profundas em Rio Verde. A cultura de arroz perdeu importância e praticamente desapareceu, mas, em seu lugar, a soja tornou-se o principal produto cultivado. Apesar de a soja ter iniciado seu cultivo em Goiás no município de Cristianópolis, atualmente Rio Verde é o maior produtor do estado. A produção de arroz em 1970 era de 52.358 t e, em 2013, essa produção era de apenas 1.740 t. A soja, em 1970, produzia apenas 3.214 t e, no ano 2013, a produção chegou a 870.000 t. A soja começou a ser cultivada na região no final da década de 1960, e os primeiros resultados não foram animadores. As variedades da cultura não eram adaptadas ao clima e ao solo dos Cerrados, o que resultava em baixa produtividade e, conseqüentemente, baixa rentabilidade para os produtores.

A produção de soja nos Cerrados não foi apenas um ato isolado da ação de pioneiros oriundos do Sul do país, que aproveitaram as terras baratas dos chapadões goianos, mas, de interesses conjuntos, que incluíam os governos militares e os mercados externos. Antes desse período, as terras valorizadas e de cultura eram aquelas que apresentavam fertilidade natural, o que correspondia às áreas com menores altitudes, nas proximidades dos rios maiores e em locais isolados, em que os derrames basálticos do mesozóico criaram solos férteis. As demais terras eram subutilizadas para a criação extensiva de gado e possuíam preços para a compra muito inferiores aos praticados em estados como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O suporte técnico para a produção de soja veio por meio de pesquisas realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em 26 de abril de 1973, pelo governo federal, para desenvolver técnicas, cultivares e sistemas de plantios ligados aos pacotes tecnológicos típicos da Revolução Verde. Surgiram técnicas de correção da acidez dos solos dos Cerrados, a partir da adição de calcário, e cultivares de soja adaptadas ao clima tropical e aos solos da região.

Na década de 1980, a população urbana aumentou, alimentada pela chegada de migrantes, pelas taxas de crescimento populacional e pela transferência de parcelas significativas da população rural para a cidade. Houve a instalação de empresas como Cargill, Kowalski, Brasilatas etc. A cidade começou a ganhar aspectos de cidade média, com o desenvolvimento de atividades de suporte à agricultura mecanizada. Surgiram, então, muitas empresas ligadas aos mercados de tratores, de fertilizantes e de sementes. Outras, já instaladas, apresentaram significativo aumento nas vendas. Rio Verde tornou-se um dos polos regionais no fornecimento de mercadorias e serviços para uma região que estava em franco processo de

modernização da agricultura.

A cidade de Rio Verde esteve associada politicamente ao início do processo de modernização política estadual, implantado no estado a partir da Revolução de 1930. Entretanto, a modernização econômica ocorreu associada aos processos ligados à Revolução Verde, e somente em 1980 a população da cidade superou a população rural. Nesta época, os campos já estavam submetidos, há mais de uma década, a intensas forças, que expulsavam vários dos seus antigos moradores.

O conservadorismo das mudanças na agricultura apresentou sua face através do programa de desenvolvimento criado a partir do Decreto nº 75.320, de 29 de Janeiro de 1975 que instituiu o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). O objetivo deste era promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no centro-oeste e no oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas selecionadas, com características de Cerrado.

Rio Verde, portanto, é uma das áreas preliminarmente selecionadas conforme o art. 2º do referido decreto. Os recursos provenientes dessa política pública foram canalizados apenas para os grandes proprietários que receberam vastos financiamentos a juros, subsidiados numa realidade de inflação crescente.

Os pequenos e médios proprietários, que se aventuravam a buscar recursos para ampliar a sua produção por outros mecanismos, não encontraram as mesmas condições que os grandes proprietários. Como as propriedades possuíam dimensões menores, sua produção quase sempre não atingia os volumes necessários para tornarem suas atividades rentáveis. O resultado é que muitos acabaram endividados e perdendo as propriedades.

Outro processo ainda mais intenso foi a saída de moradores que não possuíam terras no meio rural provocado por dois fatores. De um lado, a mecanização, com a presença maciça de tratores e colheitadeiras, diminuiu a necessidade de haver trabalhadores no campo. Do outro lado, as mudanças na legislação trabalhista, com a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, por meio da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963 objetivando modernizar as relações de trabalho no campo, mas utilizada como subterfúgio para expulsar muitos do campo. Os proprietários, para evitar qualquer questionamento na justiça, exigia a saída de moradores ou agregados, que até então, tinham a permissão para viver nas propriedades.

Os moradores do campo tinham fechada sua possibilidade de se manterem no campo, mas a cidade de Rio Verde conseguiu, de maneira mais ou menos regular, oferecer empregos, na maioria das vezes de baixa remuneração, para essas pessoas. É importante lembrar que elas

tinham baixa ou nenhuma escolarização e acabaram por se integrar nas atividades consideradas subalternas da sociedade.

No final da década de 1990 e início do século XXI, um novo evento perturbou a cidade e a região. A Perdigão instalou um frigorífico para o processamento de carnes no município. A chegada da Perdigão – atual BR *Foods* – gerou alguns milhares de empregos e atraiu muitos migrantes. Houve incremento significativo da população a partir de 2000, quando o frigorífico iniciou o abate de aves e suínos. Nesse período, a empresa contratou uma grande quantidade de trabalhadores, contribuindo para a atração de mais pessoas para o município.

Quando a empresa atingiu a marca de 5.000 funcionários, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com sua comitiva presidencial, deslocou-se para a unidade da empresa em Rio Verde. Houve a assinatura simbólica de uma carteira de trabalho, representando o quinto milionésimo posto de trabalho criado. Em 2012, a empresa atingiu a marca de 8.000 empregos diretos. Para atender às demandas da empresa, veio grande número de trabalhadores de outros locais, principalmente da região Nordeste, em especial dos estados do Maranhão e da Bahia.

No campo, foram instalados galpões para a criação de frangos e suínos. Assim, novas formas de manejo foram adotadas, bem como técnicas para a criação de animais que não faziam parte dos saberes e modos de vida da população que vivia no meio rural da região. Uma nova realidade se consolidava nas propriedades agrícolas, totalmente diferente dos modos de vida dos antigos moradores.

Ao final da década de 1990, ao mesmo tempo da instalação do complexo agroindustrial de carnes, ocorreu, em âmbito nacional, houve a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A prefeitura municipal e a EMATER apoiaram a criação de associações de produtores rurais para facilitar o acesso a programas de extensão rural, a financiamentos do Pronaf e mesmo para outros tipos de políticas públicas. Nesse tempo, foram criadas 18 associações de agricultores, que incluíam, entre seus associados, assentados, pequenos e até médios proprietários rurais.

Uma das atividades que os poderes públicos na época identificaram como alternativa de renda para as pequenas propriedades era a ampliação e a mecanização da atividade leiteira. Para tanto, os produtores deveriam financiar tanques resfriadores para armazenar o leite e, investir em ordenhas mecânicas. Muitos não quiseram assumir os encargos dos financiamentos e, não compraram o maquinário sugerido. Por questões culturais ou por simplesmente não acreditarem na atividade econômica, o fato é que houve “resistência passiva” em relação a esse processo de

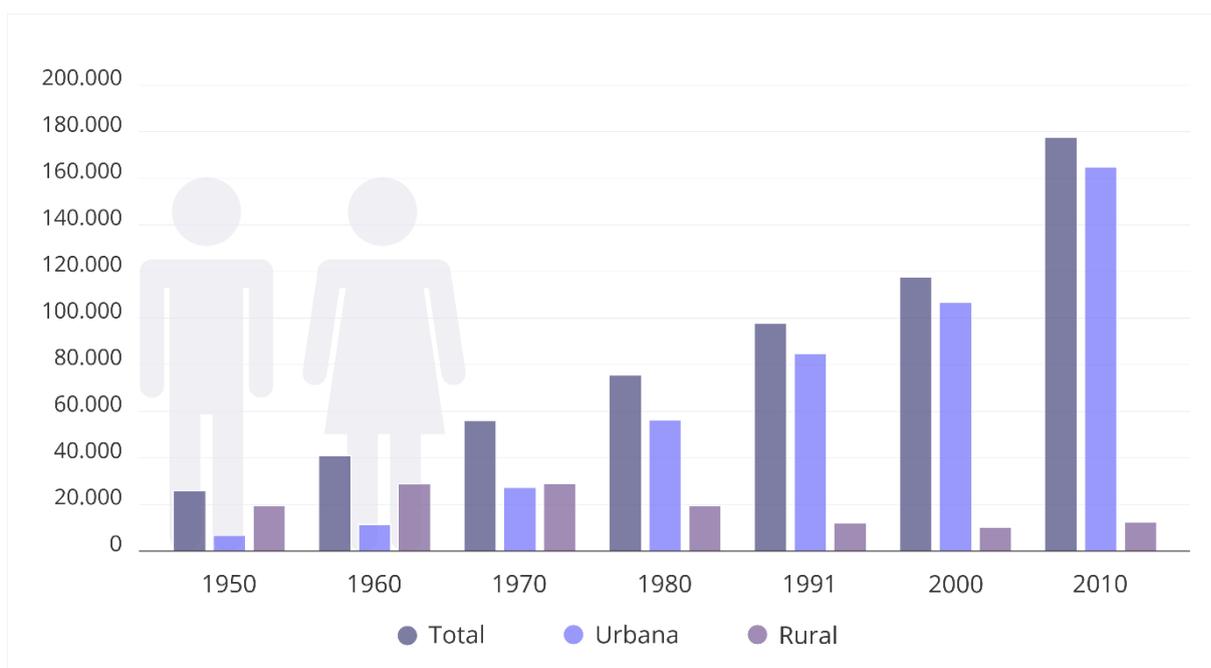
modernização.

Simultaneamente aos novos empreendimentos agroindustriais ligados à produção de carne, ganhou força a cana-de-açúcar para a produção de combustíveis. Esta atividade monocultora caracterizou-se por gerar empregos de baixa remuneração e situações de trabalho degradantes. Entretanto, houve choque de interesses entre a cadeia produtiva da cana-de-açúcar e a da soja.

No ano de 2006, o então prefeito de Rio Verde, Paulo Roberto Cunha, aprovou uma lei municipal que restringia o plantio de cana a, no máximo, 10% da área agrícola do município. No seu entendimento e do grupo político que o apoiava, a expansão da cana destruiria a cadeia produtiva da soja que, de acordo com esse grupo, era responsável pelo “desenvolvimento” do município. É importante ressaltar que a lei aprovada posteriormente foi considerada inconstitucional e, portanto, revogada.

No município de Rio Verde, até o início dos anos 1970, havia o predomínio da população rural. De acordo com o Censo Demográfico de 1970, para uma população total de 55.697 habitantes, a população urbana representava 48,4%, e a rural 51,6%. O intenso processo de tecnificação da agricultura no município acelerou também o processo de urbanização. A população urbana aumentou consideravelmente nas últimas décadas, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

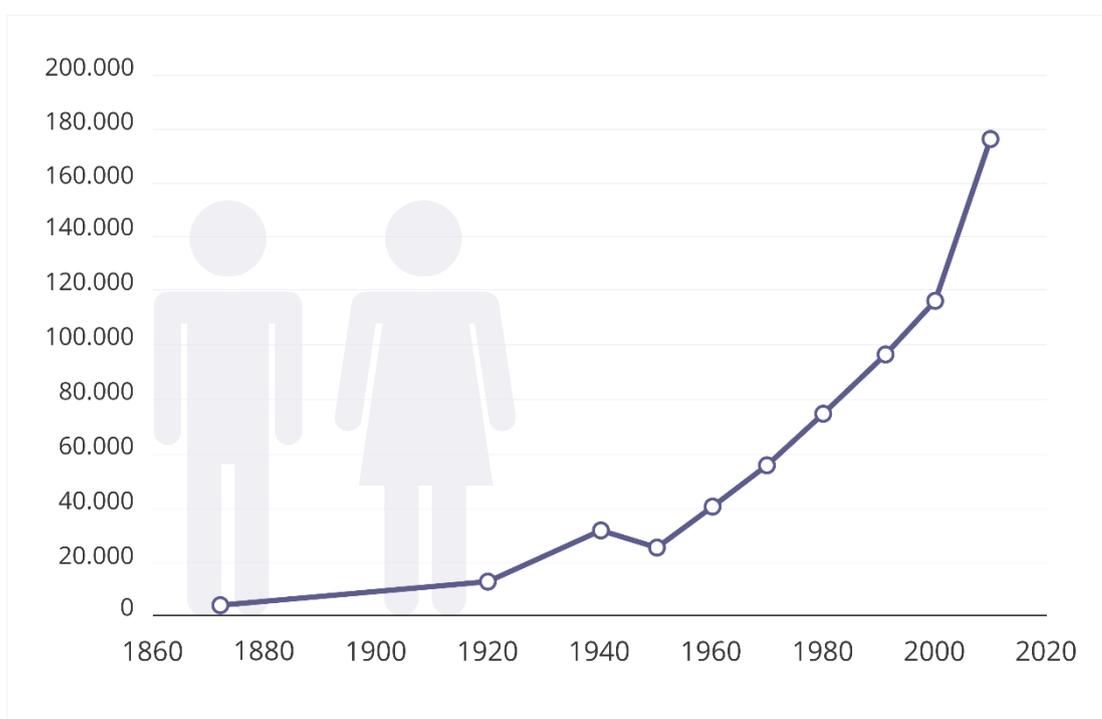
**Gráfico 1** – População urbana do município de Rio Verde (GO) - 1950 a 2010



Fonte: Censo Demográfico IBGE, organizado pelo autor (2017)

No Gráfico 2 é possível observar que houve incremento significativo da população a partir de 2000, quando o frigorífico iniciou o abate de aves e suínos. Nesse tempo, a empresa contratou uma grande quantidade de trabalhadores, contribuindo para a atração de mais pessoas para o município. A instalação de agroindústrias em Rio Verde (GO) não impediu a existência de graves problemas sociais. Conforme o extinto Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com base nos dados do Censo IBGE 2010, foram encontradas 7.034 pessoas em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 4,0% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 545 (7,7%) pessoas viviam no rural e 6.489 (92,3%) no urbano.

**Gráfico 2** – Evolução populacional do município de Rio Verde (GO) - 1872 a 2010



Fonte: Censo Demográfico (IBGE), organizado pelo autor (2017)

Apesar do índice de urbanização de 92,7% da população, há uma parcela considerável de habitantes em valores absolutos vivendo no meio rural. Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população rural do município era de 12.884 pessoas, o que representa 7,30%. Todavia, ao longo das décadas, percebeu-se uma redução da população rural em valores absolutos: em 1970, houve 28.770 pessoas no meio rural e, em 1980, a população rural era de 19.158 pessoas. Também houve diminuição em valores relativos: em 1970, a população rural representava

51,6% da população total do município, e, em 1980, a população rural correspondia a 25,7% da população total.

A realidade rural do município é marcada pela enorme concentração fundiária, pois 10,6% dos estabelecimentos rurais ocupam 70,5% de toda área disponível para a agricultura e pecuária, enquanto 69,9% dos estabelecimentos rurais com área de até 100 hectares possuem apenas 9,2% da área total dos estabelecimentos (Tabela 2). E, ainda, de acordo com dados do INCRA (2020), o município possuía apenas nove assentamentos, com 387 famílias assentadas. Das 2.289 propriedades do município, 1.477 possuem menos de 100 hectares. Considerando-se que o módulo fiscal no município é de 30 hectares, é significativo o número de pequenas propriedades.

**Tabela 2** – Estrutura fundiária do município de Rio Verde (GO)

Hectares	Número de estabelecimentos	Porcentagem	Área dos estabelecimentos	Porcentagem
0 a menos de 10	609	20,5	2.438	0,38
10 a 50	1.070	36,0	29.303	4,5
50 a 100	400	13,4	27.957	4,3
100 a 500	579	19,5	132.185	20,3
500 a 1.000	156	5,3	110.632	17,1
1.000 e mais	156	5,3	346.515	53,4
Total	2.970	100,0	649.030	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2021), adaptado pelo autor.

A ocupação inicial de Goiás por povos ligados à civilização ocidental europeia não estava necessariamente vinculada à agricultura. Os primeiros exploradores que chegaram a

Goiás vieram para escravizar índios e em busca de ouro. No século XVIII, foram encontradas jazidas de ouro, que foram extraídas de forma predatória, com grandes riscos ambientais e humanos para a população indígena que habitava a região.

A atividade mineradora também possibilitou o surgimento de vários povoados, alguns de duração tão efêmera quanto as jazidas de ouro. Surgiram, a partir da exploração do ouro, cidades, como: Vila Boa (atual Goiás), Meia-Ponte (Pirenópolis), Chapéu (Monte Alegre de Goiás), Flores (de Goiás), Crixás, São Domingos, Bom Fim (Silvânia), Santa Luzia (Luziânia), São José do Tocantins (Niquelândia) e Montes Claros (Santo Antônio do Descoberto). Muitas outras vilas e povoados apareceram e desapareceram, de alguns restando poucos vestígios.

O período áureo do ouro possibilitou a criação da capitania de Goiás, desmembrada da capitania de São Paulo, em 1749. Contudo, já no fim do século XVIII, a produção de ouro estava em decadência. A atividade agrícola, que nessa época era marginal, passou a ser a alternativa econômica da capitania. No século XIX, com a transformação da capitania em província (1822) e da província em estado (1889), a agropecuária transformou-se na principal atividade econômica. Há, no entanto, uma particularidade que marcaria a formação do território goiano. Até as primeiras décadas do século XX, as dificuldades de acesso aos maiores centros urbanos do país, e até mesmo com o exterior, limitavam profundamente a produção agrícola, restando, como alternativa, a atividade pecuária, com a criação de gado bovino.

Já a origem do município de Rio Verde esteve ligada às atividades pecuárias, diferindo da forma inicial da ocupação do estado. Assim, as práticas de criação extensiva de gado favoreceram o surgimento de grandes fazendas. Essa situação não explica, mas, certamente, contribuiu para reforçar a estrutura fundiária concentradora do local. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), há 156 estabelecimentos com áreas iguais ou superiores a 1.000 ha, representando 53,4% de todas as terras disponíveis para a agricultura no município. Por outro lado, 2.814 propriedades com áreas inferiores a 1.000 ha ocupam 46,6% dos 649.030 ha das terras cultivadas.

No município, assim como em todo o Brasil, o domínio das terras, de uma forma ou de outra, sempre beneficiou pequenos grupos que se assenhoravam de grandes dimensões de terras. Um exemplo do que ocorreu no município é descrito por Neto (1988): para atender ao Decreto Imperial nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a lei das terras de 1850, foram registradas na Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde 89 propriedades rurais. Assim, quando se concluiu os registros, em 1859, a quase totalidade do território municipal estava nas mãos de apenas 89 pessoas.

Nesse período, surgiram as fazendas, que carregavam todo o seu simbolismo, representando os que controlavam as terras. Essas unidades produtivas de vida mais ou menos autônomas, em relação às cidades, produziam praticamente tudo o que era necessário para a vida local. Nesta perspectiva, as fazendas, até o início do século XX, tinham certa autonomia em relação às cidades. Estas, devido à sua baixa população e força econômica, com raras exceções, eram quase extensões das grandes fazendas.

Na contemporaneidade, a situação da posse das terras no município não é das mais animadoras. Mesmo com os processos de desapropriação que ocorreram no final dos anos de 1990 e no início do século XXI, criando-se nove assentamentos, a realidade da concentração de terras pouco mudou. Dos 649.030 ha de terras disponíveis para a agropecuária, apenas 17.228,6 ha se transformaram em assentamentos, o que representa 2,7% do total das terras. A criação desses assentamentos no município entre os anos de 1997 a 2002 configurou medidas típicas que não alteraram a dura realidade da concentração de terras.

O domínio das terras nas mãos de poucos latifundiários não significou que os campos de Rio Verde não fossem habitados. Aliás, até a década de 1970, havia predomínio da população rural. No Censo de 1970, a população rural atingiu seu maior valor numérico, ou seja, 28.770 pessoas vivendo no meio rural e, a partir daí, a população rural começou a diminuir, até atingir 12.884 pessoas, no ano de 2010.

O esvaziamento dos campos coincide com o processo de modernização agrícola, que, com suas máquinas e produção baseada em monoculturas, principalmente a soja, expulsou milhares de pessoas. Os meeiros, os agregados, os lavradores e outros moradores não proprietários de terras não encontram mais acolhida, mesmo que precária, nos campos do município. A sua população urbana, que em 1970 era de 29.927 pessoas, saltou para 55.541, em 1980.

As mudanças ocorridas no meio rural do município, no período de 1960 até 2010, resultaram em profundas alterações tanto no campo quanto na cidade. As antigas fazendas, com seus elementos simbólicos e, com produção quase autônoma, transformaram-se em unidades modernas de produção de grãos e carnes. Ao mesmo tempo, há a permanência de estrutura fundiária extremamente concentradora.

## 2 TRANSFORMAÇÃO DO AGRÁRIO TRADICIONAL EM AGRÁRIO MODERNO NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE (GO) – EFEITOS DESAGREGADORES

*O processo de modernização desloca as economias tradicionais de subsistência, impondo processos de despossessão de terras e saberes, gerando desigualdades sociais pelas condições não equitativas de distribuição e acesso aos recursos naturais. Por isso, a questão da equidade na sustentabilidade não pode ser resolvida com uma melhor distribuição da renda ou melhor “distribuição ecológica”, já que enfrentam a impossível internalização dos custos ecológicos não valorizados diretamente pelo mercado [...].*

Leff (2015, p. 129).

O meio rural de Goiás, nos anos 1920, era marcado pela presença da pecuária extensiva. A agricultura configurava-se de duas formas: subsistência e comercial. As duas constantemente estavam interligadas, fosse porque o excedente produzido pelos camponeses era comercializado ou porque a mão de obra utilizada na produção comercial era majoritariamente camponesa. Ainda nas primeiras décadas do século XX, todo o município e grande parte do estado ainda eram considerados sertões.

A visão mítica do sertão, como afirma Leonídio (*apud* ALMEIDA, 2001), deu lugar à utopia e à esperança. A nação brasileira, diferente da americana, não possuía elementos unificadores fortes, como os *farmers*, que serviram de base para a fundação do país. Aqui, a escravidão, a dificuldade de acesso legal à terra e a força dos senhores da terra impediam a união de iguais, tão necessários à formação da nação. Por muito tempo, o sertão representava apenas a barbárie e um lugar a ser explorado, mas, quando as elites desejaram criar o projeto de nação, precisaram recorrer a esse espaço para viabilizar seus projetos.

No início da colonização, os portugueses foram os responsáveis por ocupar o litoral e as áreas próximas. O interior era o lugar distante, inóspito, selvagem e longe da civilização. A palavra sertão, então, passou a ser utilizada, inicialmente, para designar esses locais distantes do litoral e, posteriormente, os lugares fora do alcance direto das cidades.

A independência do Brasil, a princípio, não contribuiu para a criação de uma nação, pois suas bases foram sustentadas pela escravidão e pela influência dos senhores da terra. Até o segundo reinado, a constituição de uma nação era preocupação isolada de alguns poucos intelectuais. A partir desse período, o estado passou a estimular a criação de uma história

brasileira e símbolos que pudessem produzir algum efeito unificador.

A Guerra do Paraguai, pelo menos no início, facilitou uma identificação com algo mais próximo a esse ideal. Baixou-se o Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865 e, criou-se o grupo “Voluntários da Pátria”, formado por cidadãos entre 18 e 50 anos, que se apresentaram para ir para os campos de batalhas. O pequeno entusiasmo inicial deu lugar a recrutamentos forçados, que acabaram recaindo sobre os escravos e as pessoas consideradas desajustadas pela sociedade daquele período.

A guerra, ainda no século XIX, influenciou a criação do livro *Inocência*, de autoria de Visconde de Taunay (2013), que percorreu parte considerável do interior do país em direção aos campos de batalhas como correspondente, passando, inclusive, pela Vila das Dores do Rio Verde (atual cidade de Rio Verde). Pouco após o final da guerra, a obra foi publicada. Ela retratava os costumes e o ambiente do sertão, mostrando a história de uma jovem sertaneja, Inocência. Este não é o único exemplar da literatura nesse século a retratar o sertão. A trilogia indigenista de José de Alencar e mesmo os poemas de Gonçalves Dias, de certa forma, retratam esse espaço.

Para uma nação existir é necessário existir povo. No nosso país, a maioria da população era formada por brancos pobres, negros, mulatos, mestiços das mais variadas misturas, majoritariamente fora das grandes cidades e que viviam no interior do país. Isso era motivo de preocupação, uma vez que faltava o nexos que unificava todos para se criar uma nação. Além do povo, era preciso um espaço. Para Lima (2001), no caso do Brasil, este espaço era marcado por duas vertentes distintas: o litoral como símbolo da modernidade, da civilização e do progresso, e o sertão como lugar do atraso e do imobilismo.

Se, mais tarde, nos anos 50 e 60, o interior representava o “velho”, pelo seu imobilismo (o sertão da pecuária, o latifúndio, o coronelismo, o agrarismo tradicional), contraposto ao “novo”, representado pelo litoral associado à indústria, ao grande comércio, à civilização mais avançada, ao dinamismo; nos anos 30 e 40, as duas vertentes interpretativas se diferenciavam ao representarem uma, o sertão como pólo negativo, resistente à mudança, ao moderno, à civilização; noutra, o litoral é apresentado como lugar de imitação, de aparência, antítese da nação (LIMA, 2001, p. 78).

## **2.1 Do sertão ao Cerrado (ou do apagamento do sertão)**

A palavra sertão possui origem controversa, mas tem significado próximo ao apresentado por Silveira Bueno (2007), no seu Minidicionário de língua portuguesa, que o conceitua como: “Lugar inculto, distante de povoações; floresta no interior do continente ou

longe da costa; zona do interior”.

Conforme Antonio Filho (2011), a origem da palavra sertão não surgiu diretamente no Brasil. A carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, descrevendo as descobertas das novas terras do litoral brasileiro, faz referência à grafia “sertão”. Os dois trechos em que esta palavra apareceu apresentam o significado de “lugar oculto”, ou “sem arvoredo”, “situado longe da costa”. O diário da viagem de Vasco da Gama, documento encontrado recentemente, que descreve a costa do oeste do continente africano, onde atualmente está a África do Sul, menciona a palavra sertão, cujo sentido é similar ao de terras situadas no interior do continente.

Para Lima (1999 apud LIMA, 2001), o uso da palavra sertão aparece como reflexo das polaridades inerentes à própria civilização moderna, acostumada a confrontar termos ambíguos e complexos como conservadorismo e progressismo, considerando este último como uma atitude que leva ao aperfeiçoamento e desenvolvimento autônomo da civilização e do indivíduo. Ainda, Lima (1999, apud LIMA, 2001) entende que esse recurso dos contrastes tipológicos de duas ordens sociais distintas e historicamente sucessivas, como aristocracia e democracia, feudalismo e capitalismo, comunidade e sociedade, rural e urbano, é comum nas ciências sociais.

O recurso a polaridades não é uma característica específica das interpretações sobre a sociedade brasileira e poucas perspectivas conquistaram tanta presença nas ciências sociais quanto o contraste tipológico de duas formas de ordem social, estruturalmente distintas e historicamente sucessivas, como o demonstram as oposições entre situação e contrato, aristocracia e democracia; feudalismo e capitalismo; comunidade e sociedade; rural e urbano. O que chama a atenção no caso brasileiro é o fato de a razão dualista apontar com frequência para a simultaneidade de experiências sociais relacionadas a diferentes períodos históricos. (LIMA, p.1, apud LIMA, 2001, p.77).

O vocábulo sertão originou outro substantivo masculino, “o sertanejo”, que passou a ser utilizado na construção de frases com o significado de qualificar aquele que é oriundo ou que vive naquele local. Antonio Filho (2011) afirma que é comum, no Brasil, denominar o homem do interior de “sertanejo”, caracterizado como uma pessoa simplória e possuidora de uma cultura peculiar.

Sertão e sertanejo foram e ainda são vocábulos usados para representar lugares e tipos humanos diversos. Na região Sul, principalmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, o sertanejo é associado, principalmente, à população dispersa pela região do Contestado e pela área do domínio dos ervais. Desta forma, conseqüentemente, essas áreas são os sertões. No Sudeste do Brasil, principalmente nas regiões serranas de São Paulo e do Rio de Janeiro, e até mesmo no sul mineiro, o “sertão” tem sentido de lugares mais afastados das áreas serranas e os

locais mais distantes das áreas de influência direta das grandes cidades. No caso específico de São Paulo, durante o avanço dos cafezais e a expansão das estradas de ferro, os locais em que acabavam os trilhos eram considerados a “boca-de-sertão e, antes desse período, os locais mais afastados das melhores estradas também recebiam esse nome.

No Centro-oeste, o sertão e o sertanejo fazem parte da paisagem desde a época das bandeiras, nas suas buscas por ouro e na captura de indígenas. Já no Nordeste, o sertão corresponde ao semiárido, e os moradores daquela localidade recebem o nome de sertanejos. O vaqueiro nordestino, por muito tempo, foi quem personificou melhor essa figura. Contudo, a descrição das características físicas de parte da paisagem, feita por Euclides da Cunha (2010) no livro *Os Sertões*, contribuiu de forma definitiva para se criar, no imaginário, uma correspondência do local com o termo, além de descrever os próprios moradores do arraial de Canudos como sertanejos.

Antônio Filho (2011) declara que os termos sertão e sertanejo são utilizados em praticamente todas as regiões do Brasil, exceto na Amazônia. Segundo sua afirmação, lá não é comum usar o termo sertão equivalente à floresta, nem sertanejo para as pessoas que vivem no seu interior. Já Lima (2001) inclui a Amazônia como exemplo de representação do sertão. A convergência de ambos os pensamentos está no fato de o sertão estar situado a alguma distância da ação direta do poder público e dos projetos modernizadores.

A razão dualista esteve sempre vinculada à necessidade de se dar respostas, pela explicação totalizadora e histórica, para os desajustamentos existentes entre a cidade e o campo, via de regra referenciados pelo par litoral-sertão. No período que estamos enfatizando, o sertão era representado tanto pelo semi-árido nordestino, como pela Amazônia ou pelo interior de São Paulo. Se há imprecisão geográfica, não há no que respeita à situação de distância em relação ao poder público e a projetos modernizadores (LIMA, 2001, p.77-78).

A maioria das chamadas populações sertanejas pelo interior do Brasil era mestiça, resultado da mistura de negros, indígenas e da população branca pobre ou empobrecida. Até o final da década de 1920, essas populações eram consideradas o que de pior poderia haver para a viabilidade da sociedade brasileira. Nesse período, o racismo de cunho científico afirmava a superioridade moral e intelectual dos brancos.

Porém, as teorias racistas ainda eram mais céticas em relação à realidade brasileira. Segundo estas, o ideal seriam as raças puras. Desta feita, a população negra apresentava virtudes superiores aos mestiços. Defendia-se que todo cruzamento de raças deveria ser entendido com erro, pois inviabilizava o desenvolvimento social. Como afirma Schwarcz (1993, p. 78), “as

decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de ‘tipos puros’ – e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social”.

O sertanejo sofreu, por longo período, essa marca distintiva. Monteiro Lobato, que denominava o sertanejo de caipira, no conto “*Urupês*” publicado em 1914, fez um retrato nada abonador desse tipo humano. Sua descrição aproximou-se das ideias oriundas do determinismo geográfico, ao afirmar que o vigor das raças estava diretamente ligado à hostilidade do ambiente. No sertão, que nesse caso era o interior de São Paulo, não era necessário grande esforço para sobreviver, e, assim, aquele vivia como um parasita, pouco afeito ao trabalho e buscando como principal forma de viver a lei do menor esforço.

Vítima de preconceito racial, ligando-o às suas origens mestiças, o sertanejo foi por muito tempo considerado um estorvo ao progresso. A partir dos anos de 1930, as mudanças provocadas pelas ideias de Gilberto Freyre colaboraram para que o país aceitasse a miscigenação, não como uma tragédia, mas como uma singularidade do povo brasileiro, possibilitando alguma esperança de redenção para o sertanejo.

Antonio Candido (1975), em *Os parceiros do Rio Bonito*, apresenta o seu caipira de maneira mais concreta e menos caricatural. Ele descreve o processo de formação e da organização social daquela população, atual município de Bofete (SP), que explorava antigas fazendas de café. Esse processo de campenização, resultante da decadência da produção cafeeira, fez com que a exploração das terras, utilizando trabalhadores em forma de parceria, ganhasse importância. As relações sociais, apresentadas com seus costumes, formas de trabalho e de sociabilidade, em nada eram semelhantes à descrição criada por Lobato para seu Jeca Tatu.

Todavia, Monteiro Lobato, que passou a ter conhecimento das teses sobre saúde pública de Belisário Penna e Artur Neiva, tornou-se um pouco mais condescendente com o matuto. Em 1918, ele reformulou seu juízo sobre aquele personagem, afirmando que “ele não é assim, mas está assim”. O seu estado de preguiça e sua aparência eram oriundos de doenças. Todavia, a superação da questão racial, que considerava o sertanejo como uma sub-raça, só será superada parcialmente, a partir da década de 1930, quando será necessário incorporar parcelas significativas de massas marginalizadas ao processo produtivo nacional.

Considerando-se que o sertanejo encontrou alguma redenção, o termo sertão, no estado de Goiás, por sua vez, sofrera uma tentativa de apagamento. Para Quintela (2017), a associação do interior de Goiás com esse vocábulo, ao longo do século XX, enfrentou uma série de questionamentos, e seu uso foi sendo abandonado e substituído por outros que evocavam os

ideais da modernidade. Essa mudança, ainda de acordo com Quintela (2017), ocorreu inicialmente para atender aos mais diversos interesses políticos, tanto nacionais quanto estaduais, e fatores variados contribuíram para essa situação. No século XIX, a expedição chefiada por Luiz Cruls realizou um levantamento de parte do território goiano para identificar a área da futura capital do país. Nesse local, chamado de “quadrilátero Cruls”, na década de 1950, no século XX, se instalaria a cidade de Brasília.

Desse modo, o cerrado começou a ser identificado com o Brasil Central ao mesmo tempo em que o Estado de Goiás se livrava do sertão como um dos seus referentes identitários. Encontram-se indícios desse processo na obra *A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil*, do médico higienista Antônio Martins de Azevedo Pimentel (1985 [1894]), na qual se narra a ação da comissão de cientistas aprovada pelo Congresso Nacional em 1892 para a exploração do Planalto Central com o intuito de demarcar, sob a presidência de Luiz Cruls, a área que deveria ser ocupada pela futura capital dos Estados Unidos do Brasil, o chamado “quadrilátero Cruls” (QUINTELA, 2017, p. 243).

O resultado desses estudos foi o “Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central”, que serviu de apoio para a adoção do termo Planalto Central para se referir ao interior do país. Assim, em 1948, a palavra sertão já não seria mais encontrada na resolução do Conselho Nacional de Estatística quando se referia à transferência da nova capital.

Nos anos de 1930 e 1950, o poder público, principalmente o estadual, fez esforços para criar outras identificações. Getúlio Vargas criou a Marcha para o Oeste, como forma de estimular a ocupação dos sertões e criar sentimento de nacionalidade em relação ao interior. Pedro Ludovico, na época interventor de Goiás, aproveitando desta política pública, apoiou a criação da revista *Oeste*, utilizando-se da palavra “Oeste” quase como significado direto para Goiás. O prefeito de Goiânia, Venerando Borges, durante uma visita de Vargas à cidade, utilizou o termo “Coração do Brasil”. Ainda se tentou utilizar o termo “Brasil Central”, apesar deste englobar grande parte do interior do país. Mesmo assim, o governador de Goiás, Jerônimo Coimbra, criou, no dia 3 de março de 1950, a rádio Brasil Central, com o objetivo de favorecer a integração do estado ao restante do país.

A presença de Brasília em territórios cedidos pelo estado de Goiás reforçou a utilização de outros termos para se referir às áreas próximas à nova cidade. Não era interessante, para as elites políticas defensoras da mudança da capital, vincular o local somente ao termo sertão. Os próprios discursos do presidente da república, Juscelino Kubitschek, se referiam à área em que foi construída a nova cidade como Planalto Central:

A amalgamação entre o espaço de Brasília e o Planalto Central projetou com intensidade a associação entre o Planalto Central e o Estado de Goiás, diminuindo a junção que houvera durante dois séculos entre Goiás e o sertão. Foi, então, quando, em um único vocábulo, se englobou todo o espaço físico que, além das cidades, havia no Planalto Central. Esse vocábulo foi o cerrado (QUINTELA, 2017, p. 246).

A palavra cerrado, ainda conforme Quintela (2017), como adjetivo, que significava algo fechado, obstruído e vedado concretizou-se em um substantivo que correspondia à vegetação, entre os séculos XVIII e XIX. Esta palavra, de origem espanhola, tomada emprestada pela língua portuguesa, já era usada pelos camponeses goianos e mineiros, quando Saint-Hilaire esteve por esses locais durante a sua passagem pelo Brasil, entre os anos de 1816 a 1822.

O substantivo próprio cerrado não é, pois, uma criação científica; também não é uma palavra do substrato indígena brasileiro. É uma palavra que estava na fala popular dos colonos luso-brasileiros e que os cientistas estrangeiros do séc. XIX acharam idônea para definir o solo, a flora e a paisagem que eles investigavam. [...] A consolidação do termo cerrado para a indicação de um bioma savânico deveu, entretanto, aguardar a superação de outras propostas científicas e foi consequência do solapamento de outros nomes patrimoniais na língua portuguesa (QUINTELA, 2017, p. 248).

Nos relatos da expedição chefiada por Luís Cruls, apresentados em 1894, também se confirma o uso da palavra pelos sertanejos goianos. A apropriação do termo pela ciência demoraria um pouco mais, como afirma Quintela (2017). O dinamarquês Eugênio Warming, que residiu no Brasil de 1863 a 1866, no seu tratado fotobiológico sobre Lagoa Santa de Minas Gerais, escreveu o termo cerrado em seu idioma e não o traduziu, por não encontrar palavra equivalente na sua língua original e por perceber a singularidade do substantivo no Brasil.

O termo cerrado, aceito pela ciência, tornou-se adequado para se associar de vez ao processo de modernização agrícola. O sertão passou a ser associado ao passado, a períodos muito distantes da época dos bandeirantes. A ciência, por sua vez, buscou estudar e dominar o Cerrado de forma a torná-lo produtivo. Houve uma institucionalização da ciência com o objetivo de conhecer e desenvolver a técnica de cultivos e cultivares. Surgiram, deste modo, instituições de pesquisa para investigá-lo. A Embrapa, em 1975, criou uma unidade específica – a Embrapa Cerrados –, sediada em Planaltina (DF), para viabilizar a produção agrícola nos Cerrados. São variadas as definições de Cerrado, mas a própria Embrapa Cerrado (2020) o considera como um bioma semelhante às savanas e que ocupa grande parte do território central do Brasil.

O Cerrado está localizado essencialmente no Planalto Central do Brasil e é o segundo maior bioma do País em área, apenas superado pela Floresta Amazônica. Trata-se de um complexo vegetacional que possui relações ecológicas e fisionômicas com outras savanas da América tropical e de continentes como a África, Sudeste da Ásia e Austrália (Beard, 1953, 1955; Cole, 1958, 1960, 1986; Eiten, 1972, 1978, 1994b; Allem e Valls, 1987). O Cerrado corresponde às “Oreades” no sistema de Martius, e ocupa mais de 2.000.000 km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 23% do território brasileiro. Ocorre em altitudes que variam de cerca de 300 metros, a exemplo da Baixada Cuiabana (MT), a mais de 1.600 metros, na Chapada dos Veadeiros (GO). No bioma predominam os Latossolos, tanto em áreas sedimentares quanto em terrenos cristalinos, ocorrendo ainda solos concrecionários em grandes extensões (AB’SÁBER, 1983; LOPES, 1984; EMBRAPA CERRADOS, 2020).

Mais de 100 anos se passaram para o termo se consolidar nas ciências. No ano de 1962, o Departamento de Botânica da Universidade de São Paulo realizou o primeiro Simpósio sobre o Cerrado do Brasil. Esse bioma, muito complexo, apresenta uma grande variedade de espécies e aspectos paisagísticos. De acordo com Ribeiro e Walter (1998), são descritos 11 tipos fitofisionômicos gerais, enquadrados em: formações florestais (mata ciliar, mata de galeria, mata seca e cerradão), savânicas (Cerrado no sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda) e campestres (campo sujo, campo rupestre e campo limpo). Utilizando-se de uma escala menor (Figura 5), é possível classificar a parte central do Brasil apenas como Cerrado.

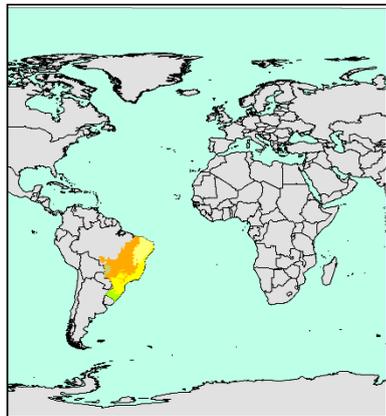
**Figura 5 – Biomas do Brasil**



**Legenda**

**Biomas Brasileiros**

- Amazônia
- Caatinga
- Cerrado
- Mata Atlântica
- Pampa
- Pantanal
- Unidades Federativas Estaduais
- Países da América do Sul



N

0      470      940  
km

1:25.000.000

Sistema de Informações Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Fonte: IBGE, 2019 e 2020  
 Elaboração: FARIA, A.S.  
 Elaborado em 2021

As áreas de Cerrado no estado de Goiás correspondem a aproximadamente 80% do território. Apesar de os solos desse bioma apresentarem pouca fertilidade para a prática da agricultura, ainda assim havia uma quantidade considerável de terras férteis. É necessário destacar que os avanços técnicos incorporados na agricultura a partir dos anos de 1960 permitiram o aproveitamento desses solos para a agricultura intensiva. A presença de solos férteis em partes do território possibilitava a prática da agricultura, mas a grande dificuldade era o escoamento da produção. Essa limitação já havia sido descrita por autoridades e viajantes que estiveram em Goiás no século XIX. A construção da estrada de ferro, passando por cidades do sul do estado, como Catalão e Urutaí, no início do século XX, serviu para criar um canal de escoamento para os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Essa mudança dinamizou essa região a ponto de torná-la a maior arrecadadora de impostos do estado.

Os reflexos da ampliação dessa modalidade de transporte foram sentidos até em outros lugares, como no município de Rio Verde. A cidade, que nessa época era apenas a 14ª cidade mais populosa do estado, passou a se destacar na produção agrícola, principalmente por causa do arroz. Ao longo das décadas seguintes, a produção de arroz no município foi crescente e, na década de 1950, o município já era o maior produtor de arroz do estado.

A estrada de ferro não atingiu o município de Rio Verde e nem os municípios próximos, mas a relativa proximidade com Minas Gerais favorecia o escoamento da produção. Apesar de certa facilidade pela localização, ainda assim o transporte dos produtos acabava encarecendo os produtos, dificultando uma ampliação ainda maior da produção agrícola, pois o transporte era feito por meio de carros de bois ou tropas (burros ou mulas). A produção pecuária bovina enfrentava menos dificuldade porque o gado podia ser vendido vivo e era transportado em comitivas de boiadeiros até as localidades para fora do estado, em que havia matadouros ou frigoríficos.

Dois eventos foram determinantes para mudar a dinâmica da falta de transportes no Sudoeste de Goiás. A construção de Goiânia, na década de 1930, significou uma aproximação do município de Rio Verde com a capital. O dirigente político Pedro Ludovico, que durante os quase 15 anos do período Vargas dirigiu o estado como interventor ou governador, tão logo conseguiu consolidar Goiânia como a nova capital, investiu esforços na construção de uma nova estrada (atual GO-333) que ligava Rio Verde à nova capital. Destarte, o município adquiriu uma nova ligação com um crescente centro consumidor de produtos agrícolas e pecuários.

A construção de Brasília em áreas do Planalto Central Brasileiro, situadas dentro do território goiano, modificou a dinâmica dos transportes do Brasil e, conseqüentemente, a do

próprio estado. A ideia da mudança da capital do país para a parte central do Brasil era antiga. José Bonifácio, considerado o “Patriarca da Independência”, já defendia essa mudança. As constituições republicanas de 1891, 1934 e 1946 trazem artigos relacionados ao tema. No centenário da independência brasileira, em 1922, foi inaugurada a Pedra Fundamental da Futura Capital do Brasil, há aproximadamente 40 km de onde é atualmente a Praça dos Três Poderes. Somente na década de 1950, no Governo de Juscelino Kubitschek, é que a construção e a transferência da capital se efetivaram. Assim, no dia 21 de abril de 1960, foi inaugurada a nova capital.

O Brasil, na década de 1950, passou por uma acelerada industrialização, apoiada em capitais e tecnologias externas. A indústria, símbolo desse período, era a automobilística, e os governantes do período concentraram esforços para ampliar e melhorar as rodovias no país. A consequência imediata foi que a maioria das ferrovias passou a receber poucos investimentos, e o transporte rodoviário tornou-se a principal via de escoamento de carga e passageiros do país.

A nova capital tornou-se o principal ponto de confluência de várias rodovias. O Plano Nacional de Viação, criado pela Lei nº 5.917, de 10 setembro de 1973, classificou todas as rodovias federais e adotou a denominação de radiais para todas as que partiam da capital, em qualquer direção, para ligá-las a capitais estaduais ou a pontos periféricos importantes do país. O território goiano passou a ser cortado por oito rodovias radiais: BR-010, BR-020, BR-030, BR-040, BR-050, BR-060, BR-070 e BR-080.

Além das radiais, há várias outras rodovias federais, como a BR-153, conhecida como Belém-Brasília e que, apesar do nome, não passa diretamente no Distrito Federal. Inaugurada em 1959, atravessa todo o território goiano, de sul a norte, e absorveu trechos já construídos, ligando os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de Minas Gerais, de Goiás, do Tocantins e do Pará.

O processo de modernização da agricultura, a partir segunda metade da década de 1960, não foi algo circunscrito só ao município de Rio Verde, aliás, nem ao estado de Goiás, mas ocorreu em grande parte do Brasil, iniciando em São Paulo, parte de Minas Gerais e no Paraná. Aconteceu, no primeiro momento, nas áreas mais industrializadas, e se espalhou em direção à parte central do país. É um processo que se iniciou em períodos distintos e com intensidades diferentes. Em algumas localidades, mesmo antes dos anos de 1960, já havia mudanças na forma de organização da agricultura.

## 2.2 Rio Verde (GO) e a agricultura moderna

Para Delgado (1985), o aparecimento do novo padrão de desenvolvimento rural, que também seria conhecido como “modernização conservadora”, organizou-se a partir de três marcos principais: a consolidação do complexo agroindustrial brasileiro (CAI), as alterações originadas pela intensa urbanização e a criação do sistema nacional de crédito rural. Há ainda elementos secundários associados direta ou indiretamente aos primeiros: formação de um mercado nacional para produtos agrícolas e agroindustriais, mudanças no mercado de trabalho e possibilidade do funcionamento do mercado de terras, semelhante a ativos financeiros.

O estado assumiu papel central na indução das transformações rurais que aconteceriam a partir da década de 1960 e identificaram-se três grandes campos de atuação das políticas governamentais: o crédito rural, a pesquisa científica e a extensão rural. O primeiro dessas ações estatais a ser institucionalizado foi o crédito rural, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que ocorreu com a promulgação da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.

Art. 3º São objetivos específicos do crédito rural:

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo (BRASIL, 1965).

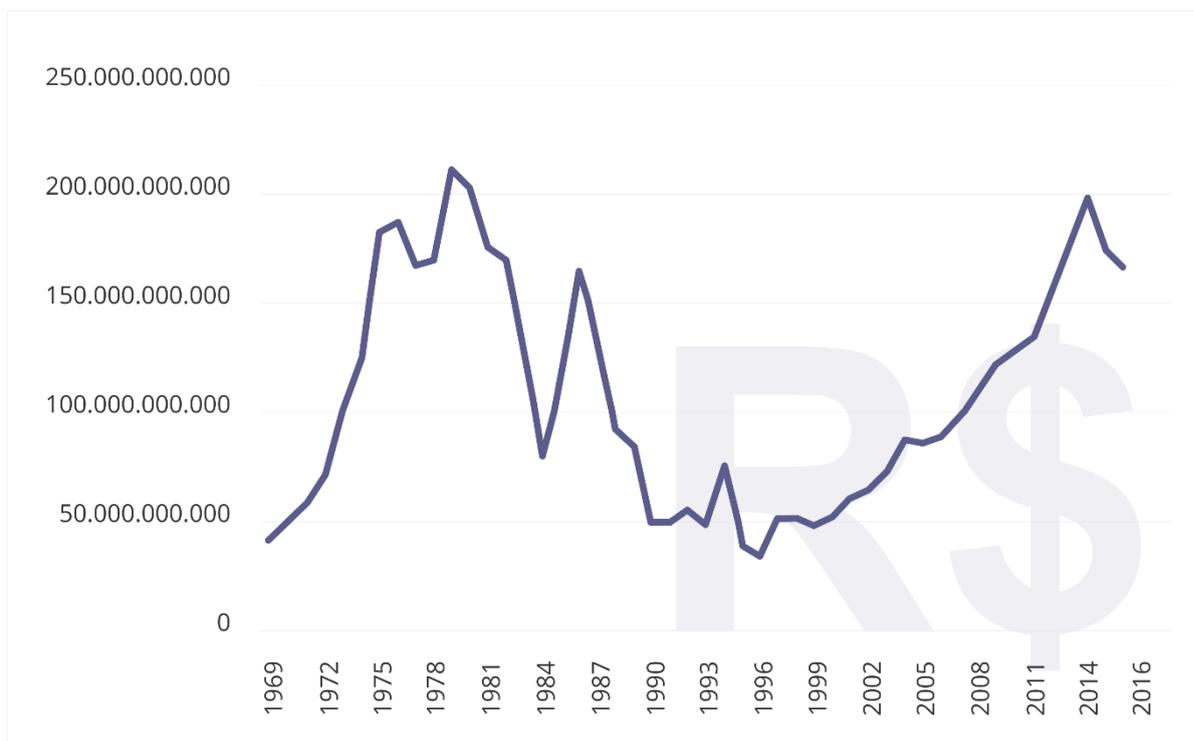
O crédito rural existente no Brasil até o início do século XX era concentrado basicamente em um único produto: o café. Na década de 1930, criou-se a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil, cuja função era apoiar políticas desenvolvimentistas voltadas à indústria e à agricultura. Ao mesmo tempo, o governo federal mantinha as estruturas de apoio específico para o café. Criou-se, assim, o Conselho Nacional do Café, que, no ano de 1933, foi transformado em Departamento Nacional do Café.

A implantação do SNCR possibilitou a ampliação da oferta de créditos para diversas atividades agropecuárias antes não contempladas. Os valores disponibilizados cresceram de forma significativa durante toda a década de 1970 e, segundo Sousa *et al.* (2020), esse período correspondeu ao início da modernização da agricultura brasileira, à expansão da fronteira agrícola, principalmente no bioma Cerrado, e ao cultivo de *commodities*.

No período de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1975-1979, a disponibilização para o crédito rural atingiu seu maior valor. Sousa *et al.* (2020), corrigindo os valores pelo índice nacional anual IGP-DI (FGV), entre os anos de 1969 e de 2016, identificaram que o maior valor foi atingido no ano de 1979 (Gráfico 3), correspondendo a R\$ 210.225.691.901,00. A intenção foi aumentar a produção de grãos e a criação de gado, com os objetivos de dinamizar a economia através da demanda de insumos industriais e equilibrar a balança comercial. A estratégia para a agropecuária estava em apoiar a expansão de novas áreas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

[...] A ocupação de novas áreas deverá continuar, como processo importante de expansão da agropecuária, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola, e tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído colocou à disposição de setor imensas áreas Centro-Oeste e na Amazônia (BRASIL, 1974, p. 27).

Ao longo do tempo, as regiões brasileiras receberam quantidades variadas de recursos desde os anos de 1960. A análise dos valores feita por Sousa *et al.* (2020) demonstra como essas diferenças ocorreram. Quando da criação do SNCR, a região Sudeste recebia os maiores valores, com quase 50% de todo o montante destinado ao financiamento de atividades agropecuárias. Já nos anos de 1970, a região Sul superou a Sudeste e se manteve até o final do período analisado.

**Gráfico 3** – Oferta anual de crédito rural em reais - (1969-2016)

Fonte: Sousa *et al.* (2020), adaptado pelo autor.

Já a região Centro-Oeste, no final dos anos de 1960, coletou apenas 7,18% dos valores disponíveis. Nas décadas de 1980 e 1990, houve períodos em que o centro-oeste chegou a superar a própria região Sudeste. No ano de 2016, captou mais de 20% de todos os recursos disponíveis para o crédito rural.

Essa relação entre os investimentos captados na região Sudeste e Centro-Oeste pode ser observada também para todo período da década de 1980 e início da década de 1990, enquanto o Sudeste caía paulatinamente em sua participação relativa na captação de investimentos, o Centro-Oeste, por sua vez, subiu sua participação relativa. Tal comportamento pode ser interpretado pelas políticas públicas de incentivo à ocupação do Cerrado brasileiro, momento em que houve redução de montante disponibilizado para o crédito rural no Brasil, porém, com aumento expressivo da participação da região Centro-Oeste (SOUSA *et al.*, 2020, p. 21).

A crise econômica provocada pelo grande endividamento externo do país, a partir dos primeiros anos da década de 1980, afetou a oferta de crédito rural. Contudo, nos anos de 1990, quando as políticas neoliberais estavam sendo implantadas no Brasil, os valores atingiram os menores níveis. A reestruturação da política agrícola brasileira, ocorrida no início da década, provocou forte redução da oferta de créditos. De 1995 a 1996, ofertaram-se para o crédito respectivamente R\$ 38.153.719.100,00 e R\$ 33.436.766.246,00. Somente após 1997 é que

esses valores voltaram a crescer novamente.

A institucionalização do SNCR foi vital para a consolidação do modelo produtivista encontrado no sul de Goiás. É importante ressaltar que não foi a região Centro-Oeste que mais recebeu mais recursos, contudo, esse apoio foi central para o avanço da industrialização da agricultura.

### **2.2.1 Urbanização no município de Rio Verde (GO)**

A urbanização brasileira, que se efetivou na década de 1970, ligada à industrialização, é extremamente desigual no espaço. A sua intensidade é maior nas áreas próximas às metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, e menor quanto mais distante dos grandes centros industrializados. No entanto, mudanças passaram a se processar mesmo no interior do país, pois as influências na produção agrícola e no destino dos produtos agrícolas afetam primeiramente as cidades em que essas influências ocorrem. Por fim, até mesmo as cidades que não estão nas áreas industrializadas, nem nas áreas de agricultura dinâmica, também são impactadas pela configuração espacial.

Na cidade de Rio Verde, os efeitos da urbanização podem ser percebidos nos indicadores de crescimento urbano, do êxodo rural, do crescimento da área urbana, nas atividades econômicas e até mesmo na arquitetura. Da cidade anterior aos anos 1970, restam poucos traços arquitetônicos. Na atualidade, restam apenas três prédios edificadas no século XIX: o prédio da Cadeia Velha, que está sendo restaurado e funcionará como museu, a casa do ex-intendente Frederico Gonzaga Jayme, em que está instalada a Academia Rio-Verdense de Letras, Artes e Ofícios (ARLAO), e o casarão de Dra. Sabrósia (Bosa). Os demais casarios antigos foram todos demolidos, substituídos e apagados. Dos escombros do passado é que surgiu a cidade contemporânea, ligada à agropecuária moderna e à agroindústria.

Para Lefebvre (2008), a complexificação da sociedade ocorre quando esta passa do rural ao industrial e do industrial ao urbano. A sociedade brasileira, devido aos seus grandes antagonismos sociais e espaciais, não apresentou essa sequência no seu processo de urbanização. Algumas localidades mais afastadas dos centros econômicos do país, representados por São Paulo e Rio de Janeiro, não apresentam a fase industrial para se chegar ao urbano, mas outros efeitos são sentidos, como o êxodo rural e a concentração da população nas grandes cidades.

A sociedade urbana, que nasce da industrialização, inicialmente, é restrita apenas a

alguns pontos do território nacional. Seus efeitos se espalharam com maior ou menor intensidade para todo o país, e mesmo a distância da industrialização acabou interferindo na forma de organização da agricultura. Com a chegada da indústria, o campo assumiu a função de consumir produtos industrializados e fornecer determinadas matérias-primas para as indústrias. Todavia, o crescimento exagerado da população que mora nas cidades e os problemas descritos por Lefebvre (2008) também estão presentes na realidade brasileira.

A industrialização teve efeitos disruptivos nos campos brasileiros. Por um lado, trouxe a promessa de progresso e, por outro, redesenha as funções do campo, tornando-se um consumidor de produtos industrializados e ao mesmo tempo comprando do campo quantidades cada vez maiores de seus produtos. Aos antigos moradores do campo, há muito tempo explorados pelos grandes proprietários de terra, resta o caminho das cidades ou a busca de oportunidades nas áreas de fronteiras agrícolas. Os produtos e as promessas de emprego intensificaram mudanças profundas nos campos brasileiros.

No município de Rio Verde, é possível perceber um alinhamento direto entre o início do processo de agroindustrialização e de urbanização. A Comigo, que é a primeira processadora de matérias-primas agrícolas no município, surgiu em 1975, e no Censo de 1980 o município já apresentava população urbana maior que a rural. Comparando com outros municípios vizinhos da mesma microrregião, é possível perceber que a urbanização não ficou restrita apenas aos locais em que surgiram as agroindústrias. A agricultura industrial provocou um esvaziamento do campo mesmo nos municípios em que não há unidades de processamento industrial dos produtos agrícolas. A Tabela 3 mostra a situação de municípios pertencentes à microrregião do sudoeste de Goiás.

**Tabela 3** – População urbana e rural (%) da microrregião do Sudoeste de Goiás

Municípios	1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Maurilândia	88,27	11,73	94,07	5,93	<b>96,52</b>	3,48
Santa Helena de Goiás	88,72	11,28	93,64	6,36	<b>95,46</b>	4,54
Rio Verde	87,37	12,63	91,01	8,99	<b>92,7</b>	7,3
Jataí	84,29	15,71	91,21	8,79	<b>92,05</b>	7,95
Castelândia	...	...	89,93	10,07	<b>91,92</b>	8,08
Mineiros	85,61	14,39	88,82	11,18	<b>91,22</b>	8,78
Sudoeste de Goiás	81,3	18,7	87,12	12,88	<b>89,7</b>	10,3
Santa Rita do Araguaia	87,34	12,66	90,98	9,02	<b>88,95</b>	11,05
Chapadão do Céu	...	...	74,59	25,41	<b>83,96</b>	16,04
Montividiu	54,71	45,29	69,93	30,07	<b>81,2</b>	18,8
Portelândia	73,49	26,51	76,22	23,78	<b>81,01</b>	18,99
Aparecida do Rio Doce	...	...	75,23	24,77	<b>80,35</b>	19,65
Santo Antônio da Barra	...	...	81,22	18,78	<b>76,24</b>	23,76
Serranópolis	52,27	47,73	57,74	42,26	<b>73,97</b>	26,03
Caiapônia	68,91	31,09	73,73	26,27	<b>73,22</b>	26,78
Aporé	32,13	67,87	58,86	41,14	<b>66,82</b>	33,18
Palestina de Goiás	51,95	48,05	55,03	44,97	<b>64,67</b>	35,33
Perolândia	...	...	60,91	39,09	<b>63,02</b>	36,98
Doverlândia	49,12	50,88	62,27	37,73	<b>62,29</b>	37,71

Fonte: IBGE - Censo demográfico.

### 2.2.2 O rural em Rio Verde (GO): entre a modernidade e a pós-modernidade

O rural como categoria de análise, ao longo do século XX e no início do século XXI, sofreu mudanças significativas quanto às formas e à extensão de suas análises. Isso reflete as diferentes perspectivas históricas e intelectuais da relação rural-urbana ao longo dos últimos tempos. Há de se considerar que muitas mudanças no espaço mundial colaboraram direta ou indiretamente para a criação de novas ressignificações. Importa ainda perceber que a própria definição de rural e sua antítese, o urbano, são cheias de nuances e de grandes dificuldades.

A Sociologia surgiu num momento histórico, marcado pelo avanço da sociedade

industrial. Apesar das contradições sociais existentes, havia um conjunto de ideias que acreditava que a industrialização e a conseqüente urbanização estavam associadas à modernização. A cidade seria o lugar da razão, da ciência, do avanço, e o campo o seu oposto, o atraso, a barbárie e a superstição.

As análises feitas a partir da matriz modernização afirmaram que o rural sucumbiria às pressões do urbano, tanto nas questões econômicas e culturais quanto nas simbólicas. Lefebvre (2008) apresenta uma hipótese inquietante para propor a supremacia da cidade. A humanidade partiria da ausência de urbanização até a sua sociedade urbana, que corresponderia à urbanização completa. Da mesma forma, o autor apresenta a correspondência entre sociedade urbana e industrialização.

Aqui, reservaremos o termo “sociedade urbana” à sociedade que nasce da industrialização. Essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas* (LEFEBVRE, 2008, p. 13).

O domínio do rural pelo urbano seria então uma consequência direta da industrialização da sociedade. Além da função primordial, que é o fornecimento de alimentos para as populações urbanas, o campo assumiria novas funções nessa sociedade urbana, passando a consumir produtos industrializados na forma de máquinas, insumos, fertilizantes e, ao mesmo tempo, a fornecer matérias-primas para muitas atividades industriais.

As novas funções assumidas pelo campo se completam com o processo de financeirização das atividades agrícolas. A adoção de técnicas “modernas” exigiu grandes quantidades de capitais, e os bancos e outras instituições financeiras forneceram esses montantes, aumentando o domínio do urbano sobre o rural. A produção, as relações de trabalho e a própria vida social são submetidas aos ditames da sociedade urbana.

O avanço da sociedade urbana interfere diretamente nas interpretações que estudiosos das realidades rurais fizeram das sociedades atuais. Na década de 1960, Henri Mendras, ao analisar a realidade rural francesa, diagnosticou o fim do campesinato. Na sua ótica, o processo de modernização dos campos franceses provocaria grandes transformações nos modos de vida dos antigos moradores. A maneira de produzir, de viver em comunidade, seria toda modificada pelas inovações técnicas que estavam sendo adotadas na agricultura francesa durante a primeira parte do século XX.

A sociabilidade entre a vizinhança e a forma de trabalho, baseada nas antigas formas de conhecimento, seria substituída por formas inspiradas no padrão urbano-industrial. O

interconhecimento estava, naquele período, sendo substituído pelo conhecimento científico. Assim, profissionais como os agrônomos e os contadores, com suas técnicas, passariam a comandar a forma de produzir e trabalhar nos campos. Mendras (2013) afirma, inclusive, que esse processo levaria ao fim da civilização camponesa na França.

Ao se analisar o Brasil colonial, é importante destacar o poder de controle de imensos territórios que não estavam necessariamente ligados ao urbano. Os sesmeiros e outros poderosos tornaram-se senhores de grandes extensões de terra e ditavam os destinos de grande parte do que é hoje o território brasileiro. Nas palavras de Holanda (2014), aqui tivemos uma sociedade de raízes agrárias, pois as cidades eram apenas extensões do controle exercido pelos poderosos ligados ao rural.

[...] não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. Com pouco de exagero pode se dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até a Abolição. 1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data de significado singular e incomparável (HOLANDA, 2014, p. 85).

Por muito tempo, a sociedade rural brasileira exerceu influência política e cultural sobre as cidades, mas os limites eram bastantes tênues entre um e outro. Apenas com o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, é que os limites entre o urbano e o rural ficaram definidos.

Interpretar o rural pelas lentes da modernidade e do pós-modernidade pode facilitar o entendimento de realidades muito diversas. Até recentemente, a modernização do rural agrícola era a principal matriz interpretativa para se distinguir do urbano. A produção de cereais e de vários outros tipos de alimentos, além da criação de gado (bovinos, suínos e aves), marcava de maneira inequívoca a diferença entre o rural e o urbano. Essas atividades econômicas, que no século XX passaram por intensos processos de modernização, de uma forma ou de outra acabaram por interferir na vida social dos viventes no meio rural. Por essa lógica modernizante, o rural seria subordinado ao urbano, como já demonstrado.

As discussões sobre modernidade e pós-modernidade trazem interpretações singulares para buscar novas formas de interpretar o rural. A modernidade, com seus valores e ideias, impactaram diversos campos da ciência, da filosofia e da própria sociedade. Desde seu surgimento, no século XVIII, até o final do século XX, a modernidade influenciou e foi influenciada pelo surgimento e pela ampliação da sociedade industrial e urbana.

A razão foi considerada fundamental para compreender os fenômenos da natureza e da

própria sociedade. Para esse trabalho, poderiam ser utilizadas a razão instrumental e mesmo a razão crítica. Nesse período, a busca por explicações universais tanto para a natureza como para a sociedade era objetivo a ser perseguido pelos que dominavam o conhecimento.

Houve separação do público e do privado e, desta forma, surgiu a concepção de que o ser humano deveria ser um indivíduo livre. Ao mesmo tempo, houve a separação cada vez maior do ser humano em relação aos meios de subsistência, favorecendo a monetização da vida social. Desta maneira, o mercado passou a ser o elemento central da sobrevivência e das relações humanas.

Contraditoriamente, ampliou-se o nascente conceito de cidadania em decorrência do avanço dos direitos políticos inspirados nos ideais da Revolução Francesa e surgiram alguns direitos sociais. Simultaneamente, ocorreu a ampliação da exploração econômica e social do ser humano pelas novas configurações do modelo econômico. Esse fato favoreceu um sentido progressivo da história e de revoluções que deveriam lutar para modificar a sociedade e defender a emancipação do ser humano.

Filha da modernidade, a modernização, por sua vez, está associada a transformações econômicas e sociais ligadas ao processo de industrialização e, desta maneira, com impactos diretos sobre o rural. À medida que as atividades industriais atingem as diversas membranas sociais, ganha força a noção de dominação do urbano sobre o rural. O rural, nessa lógica, torna-se subalterno, em razão do fortalecimento de um imaginário que o associa ao atraso, ao antimoderno. Há, portanto, algo que precisa ser redimido pela lógica urbano-industrial, quando não extinto. Moreira, porém, adverte que o rural que desaparece é o ligado à modernização agrícola.

Estaremos aglutinando argumentos a favor de algumas teses básicas, a saber: a natureza que se concebe como rural, por sua localização territorial e por suas potencialidades ecossistêmicas, é uma realização da cultura; os valores culturais que se concebem como rurais são realizações da cultura hegemônica (metropolitana, citadina e globalizada), que constrói o não hegemônico (o rural e o agrícola) sob seu domínio; e o rural que desaparece não é o rural, mas sim o rural da consolidação da modernidade burguesa. Em seu lugar emerge um novo rural, da pós-modernidade, para alguns, e da alta modernidade, para outros (MOREIRA, 2005, p. 16).

A pós-modernidade, instalada aos poucos, tornou-se cada vez mais visível a partir da década de 1970, quando os poderes político e econômico das grandes corporações industriais perderam relevância para as grandes corporações financeiras e de prestação de serviços, como as detentoras das invenções ligadas à informática e à automação. Ao mesmo tempo, o ser humano recebeu grandes influências dos avanços dos meios de comunicação, como das redes

sociais informatizadas, tanto que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman afirmou em uma entrevista que a pós-modernidade se iniciou no outono de 1980.

A queda do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética significaram o fim da experiência socialista do leste europeu e facilitaram a circulação de mercadorias, capitais e conhecimento entre as várias partes do espaço mundial. Esse processo, denominado de globalização, aprofunda as desigualdades sociais e entre as próprias nações, mas, ao mesmo tempo, surgem ou fortalecem movimentos contestatórios, de caráter mundial, como o ambientalista. Segmentos da sociedade global que aspiram novos valores e novas visões em relação à natureza interferem nas novas relações rurais-urbanas.

O rural, ligado ao agrícola, sucumbiu aos processos de modernização, podendo, neste caso, aceitar a noção de *continuum*, na qual as relações, as identidades sociais, não se diferenciam muito da parte urbana. Apesar dessa relação de pouca diferenciação entre o rural e o urbano, há funções específicas que o rural assume, como a preservação ambiental e a possibilidade de oferecer lazer aos cidadãos. A partir dessa interpretação, não haveria uma ruptura, nem descaracterização, mas um renascimento das trocas sociais e econômicas entre o campo e a cidade.

No Brasil, devido à diversidade de realidades, é difícil afirmar que há um renascimento do rural generalizado em seu território. Talvez o termo que melhor exprima a realidade brasileira seria a emergência de diversas ruralidades. Wanderley (2009), em concordância com as análises de Bruno Jean, defende que não é possível falar em fim do rural, mas na emergência de novas ruralidades:

Para Bruno Jean, o “fim das ‘sociedades rurais’” não significa o fim do rural”: assiste-se, nas sociedades modernas, a um processo de “recomposição do rural” e da emergência de uma “nova ruralidade”. Esta perspectiva contesta o desaparecimento das diferenças espaciais e sociais entre o rural e o urbano e afirma a necessidade de uma nova abordagem que consiga “recompôr o objeto e repensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação” (WANDERLEY, 2009, p. 245).

A dicotomia rural-urbana pode apresentar diversas interpretações. Quando se consideram aspectos ligados à diferenciação territorial, é possível identificar diferenças na maneira de produzir e viver. Outra classificação possível é a questão demográfica, na qual o rural possui uma densidade populacional menor que o urbano. Há outras interpretações que afirmam um *continuum* entre o urbano e o rural, mas com o urbano controlando o rural.

Contudo, a revalorização do rural, como afirma Lima (2005), não deve desconsiderar a crise urbana, principalmente na sociedade brasileira, na qual o êxodo rural foi extremamente

rápido, colocando parcelas significativas da população totalmente desenraizada e sem oportunidades de trabalho e de vida digna.

A ruralidade que era vista como um fato sociológico (sociedade camponesa ou população rural agrícola ou não agrícola) passa a ser vista como um fato quase físico, um meio ambiente particular a ser preservado. Antigas interpretações não desaparecem, mas são minoritárias e persistem em algumas instituições, onde predominam as caracterizações demográficas ou econômicas do rural. Enquanto na esfera científica dissemina-se a concepção de uma indiferenciação crescente entre campo e cidade, na sociedade civil predomina a visão entre ruralidade e urbanidade. O que está na base da revalorização do rural é a crise urbana (LIMA, 2005, p. 46).

A urbanização acelerada que ocorreu no Brasil, principalmente a partir do primeiro quarto do século XX até o final deste, provocou duas consequências principais: a saída significativa de populações rurais com destino às cidades e o crescimento desordenado das grandes cidades brasileiras. As grandes cidades apresentavam as maiores taxas de crescimento até a década de 1990. Desse período em diante, os censos demográficos apontaram que as cidades “médias”, principalmente aquelas com populações entre 100.000 e 500.000 habitantes, são as que apresentavam as maiores taxas de crescimento.

As cidades brasileiras, de forma bastante precária, conseguiram receber grandes parcelas de população nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970, quando o país experimentava a ampliação de seu processo de industrialização e conseqüente expansão do seu PIB. O que já era problemático se agravou com as crises econômicas que atingiram o país nas décadas de 1980 e 1990. A partir desse período, a crise urbana intensificou-se. A falta de saneamento básico, hospitais, escolas e transporte público foi associada a sérios problemas de emprego e de aumento exponencial da violência urbana.

É importante destacar que essas dificuldades não ocorreram apenas no Brasil. Na Europa, a ampliação das cidades, impulsionada pela industrialização, também trouxe mudanças inquietantes. Lefebvre (2008), em *A Revolução Urbana*, demonstra como o processo de urbanização tem uma zona crítica marcada pela concentração urbana, pelo êxodo rural e pela subordinação completa do agrário ao urbano.

Os problemas nas grandes cidades são demonstrados por muitos pesquisadores da realidade urbana. O Brasil, marcado por graves problemas na estrutura fundiária, desde os tempos coloniais, potencializou os problemas urbanos. Até os anos 1960, o rural, em muitas regiões do país, ainda era espaço de produção e de moradia para parcelas significativas da população, e a industrialização do campo provocou um colapso nesta realidade.

Para Wanderley e Favareto (2013), a nova ruralidade brasileira contemporânea aponta

seis tendências da realidade rural: mudança no perfil demográfico do rural brasileiro; perda da importância na ocupação de trabalho e formação de rendas; enraizamento socioambiental da chamada “nova ruralidade”; convivência conflituosa de duas formas sociais de produção na agricultura brasileira; o território ganha espaço como unidade de planejamento, mas as instituições e as forças sociais continuam setoriais; o surgimento de uma economia da nova ruralidade. Devido à grande heterogeneidade de realidades culturais, sociais e até de formação econômica no Brasil, nem todas essas tendências apontadas podem ser identificadas de maneira efetiva em todos os locais.

No município de Rio Verde, os intensos processos de modernização da agricultura, desde a década de 1960, se impõem aos campos. É possível perceber, no entanto, o aparecimento de processos não agrícolas no rural do município. Diversos atores e situações demonstram que uma nova ruralidade também emerge.

Os métodos utilizados pelo IBGE apontam que aproximadamente 84% da população brasileira pode ser considerada urbana. Esses números colocam a urbanização no Brasil próximo a muitos países europeus, ou mesmo aos EUA. Todavia, há controvérsias em relação à realidade brasileira, pois muitos locais considerados urbanos, em outros países, estariam enquadrados como rurais. José Eli da Veiga traz grandes críticas a esses números porque considera exagero classificar como urbanas as populações de municípios muito pequenos.

Para Veiga (2002), os municípios que não possuem conjuntamente 50.000 habitantes, densidade demográfica inferior a 80 habitantes por quilômetro quadrado e estão localizados fora de regiões metropolitanas ou grandes centros urbanos podem ser classificados como rurais. Cabe ressaltar que Rio Verde, apesar de possuir uma densidade de 21,05 hab./km<sup>2</sup>, tem população, segundo o Censo Demográfico de 2010, de 176.424 pessoas. Portanto, não pode ganhar essa denominação de município rural. Entretanto, sua população rural, composta de 12.884 habitantes, supera o número de habitantes de 2.230 municípios, cuja população é de, no máximo, 10.000 pessoas.

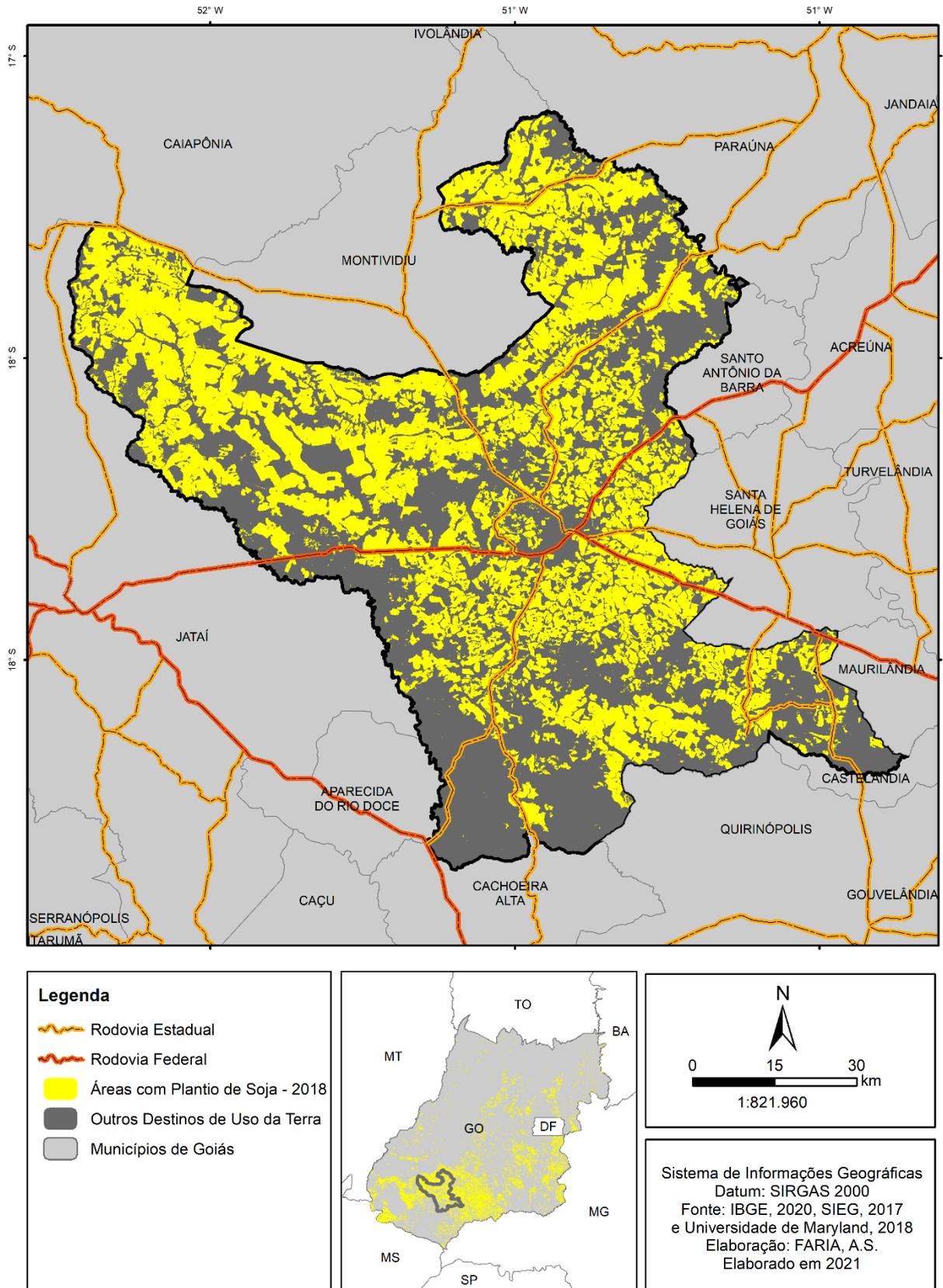
Outra tendência analisada por Wanderley e Favareto (2013) é a importância da agropecuária. Esse setor não é o maior da economia brasileira, mas, sem dúvida, está entre os mais dinâmicos. A agropecuária, no ano de 2016, isolada, representou apenas 5,66% do PIB total. Porém, ao se analisar toda a cadeia produtiva ligada à agropecuária, esse valor subiu para aproximadamente 23% do PIB e foi responsável por aproximadamente 38% das exportações do país naquele ano.

O estado de Goiás apresenta importância um pouco maior na agropecuária, que, no ano

de 2015, representou 10,4% do PIB. Já o município de Rio Verde, quarto maior PIB estadual, no ano de 2016, teve na agropecuária a participação de 15,5% do seu PIB. Esse valor é significativo, ao se perceber que o município é o maior exportador de mercadorias para o exterior dentre os 246 municípios goianos.

No ano de 2017, Goiás foi o 4º maior produtor nacional de soja e produziu 9,74% de toda a produção nacional. O complexo soja representou 38,82% de suas exportações estaduais. De acordo com o IBGE (2016), o município de Rio Verde sobressaiu-se como o maior produtor de soja do estado, além de possuir o 1º PIB agropecuário do estado e o 3º maior do Brasil. Grande parte das terras do município está ocupada, portanto, por esta cultura (Figura 6).

**Figura 6** – Áreas ocupadas com a plantação de soja no município de Rio Verde (GO)



O destaque do município na agropecuária é evidente, mas ainda está longe de apresentar um rural setorial. Há duas situações que já se apresentam como novidades no município: a instalação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e o pagamento por serviços ambientais.

Devido à demanda crescente de energia elétrica no país, há vários projetos em andamento e outros tantos a serem desenvolvidos nos próximos anos ligados às PCHs. Assim, o espaço rural ganhará mais um uso, levando a disputas entre os diversos grupos que ali vivem e trabalham e setores econômicos interessados em utilizar os potenciais hidráulicos dos rios do município para a geração de energia elétrica. No estado de Goiás já são 64 empreendimentos e, no município Rio Verde, três dessas unidades estão em operação.

Outro elemento ligado às novas funções do rural é o Programa Produtor de Água (PPA), implantado no município desde 2013. A ideia é recuperar as nascentes do córrego Abóbora, que é o principal fornecedor de água para a cidade. Para tanto, o poder público municipal compromete-se a pagar, para que os produtores rurais mantenham ou recuperem todas as nascentes que fazem parte da bacia do córrego.

Esse formato de programa foi criado pela Agência Nacional de Águas (ANA), que, utilizando o conceito de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), apoia produtores rurais para cuidarem de suas nascentes e leitos de água, a partir de apoio técnico e financeiro. Em 2005, o primeiro projeto conservacionista neste modelo foi implantado em Extrema (MG). Atualmente, no Brasil, estão em desenvolvimento 27 projetos, sendo apenas dois em Goiás.

O projeto no município que abrange a área da microbacia do córrego Abóbora corresponde a mais de 5.000 ha, divididos em 67 propriedades. Esses produtores recebem valores em dinheiro para a manutenção e preservação das nascentes. Criou-se, inclusive, uma associação denominada Associação dos Produtores de Água da Microbacia do Ribeirão Abóbora.

No município, há outra modalidade de uso do espaço rural, que são os “condomínios rurais”, nas proximidades da cidade. Esses locais surgiram com finalidades diversas. Podem ser usados como segunda residência, residência principal e, ainda, como unidade de produção, com criação de pequenos animais e cultivo de hortaliças e pomares. Um desses condomínios identificados possui 30 lotes de aproximadamente 2.000 m<sup>2</sup>. Lá, um grupo de sete condôminos regularizou suas propriedades junto ao poder público, gerando Imposto Territorial Rural (ITR). Portanto, estas propriedades são consideradas, de fato, rurais. Nesse local é perceptível moradores e proprietários com diferentes níveis socioeconômicos. Os proprietários com melhor poder aquisitivo adquiriram esse local para passar o fim de semana e, eventualmente,

desenvolver alguma atividade produtiva.

Outras pessoas do condomínio buscam-no como primeira moradia, objetivando evitar os altos preços dos imóveis ou de aluguéis na cidade, visto que a distância de apenas 12 km do centro da cidade pode ser percorrida com relativa facilidade. Há também outros que adquiriram áreas com o intuito de desenvolver atividades produtivas, as quais possibilitariam um complemento da renda ou mesmo renda suficiente para sobreviver. A metade dos lotes está sem nenhuma construção e, de acordo com o relato de um dos condôminos, apenas oito estão efetivamente ocupados e são utilizados como segunda residência. Os demais possuem moradores permanentes que tentam desenvolver alguma alternativa econômica.

### **2.2.3 A formação do complexo agroindustrial e suas implicações locais**

O complexo agroindustrial (CAI), no Brasil, consolidou-se a partir do final dos anos de 1960. A partir desse período, foi possível identificar nexos cada vez mais intensos entre a indústria e as atividades agropecuárias. Deste modo, a produção agropecuária, em si, perdeu a centralidade, mas não a importância. Novas funções passaram a ser atribuídas a essa atividade, consumidora de produtos industriais e insumos (máquinas, adubos, sementes para a agricultura e produtos veterinários e rações para a pecuária) e produtora de matérias-primas para indústrias. As indústrias produtoras de bens de produção para a agricultura e pecuária passaram a ser consideradas a montante, e indústrias que utilizam os produtos oriundos da própria agropecuária são denominadas de jusante.

A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura que se moderniza, sob o influxo dos incentivos do Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua base técnica de meios de produção. Esse processo significa, também, que, em certa medida, a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termo de relações interindustriais para trás e para frente (DELGADO, 1985, p. 35).

Há uma diferença crucial entre o CAI e os antigos complexos rurais que existiram desde o período colonial, como o açúcar e o café, no Império e início da República. Esses produtos possuíam uma intensa relação com os mercados internacionais, e, assim, sua produção era destinada diretamente ao exterior. A produção do açúcar foi se tornando cada vez mais complexa, passando dos antigos engenhos para as modernas usinas. O café não necessitava de tanta transformação como o açúcar, mas a criação de estradas de ferro e melhorias de portos

foram atividades complementares importantíssimas.

Os CAI modernos, efetivamente, surgiram quando o Brasil já havia desenvolvido um parque industrial capaz de fornecer máquinas (tratores, colheitadeiras, arados) e produtos agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos), além do desenvolvimento de novas cultivares que seriam vendidas. O campo foi estimulado a adotar essas novas técnicas, tornando-se consumidor e cada vez mais dependente de estruturas empresariais gigantescas. Ao mesmo tempo, as atividades de processamento e comercialização dos produtos agrícolas agigantavam-se cada vez mais, subordinando, quase que totalmente, as atividades agrícolas aos seus interesses.

A noção de CAI, para Marafon (2020), resulta de dois conceitos. Primeiro, deriva de *agribusiness*, termo criado em 1957 pelos professores Ray Goldberg e John Davis, da Universidade de Harvard, que acabou sendo apropriado e ressignificado como *filière*, por pesquisadores franceses, ao analisarem as diferentes cadeias ligadas à agricultura. Outro conceito utilizado para a formulação da noção de complexos foi a associação às teorias de desenvolvimento, sobretudo às contribuições de F. Perroux e A. Hirschman. Conforme essas teorias, o investimento em determinadas atividades acaba induzido o surgimento de outras atividades conexas.

Em nível de análise, o enfoque através de cadeias agroindustriais (*filière*) considera a existência de três subsistemas: indústria a montante, produção agrícola e indústria a jusante (Malassis, 1973). O enfoque que considera o termo *agribusiness* (sistema / complexo agroindustrial) dá ênfase à indústria a jusante que transformam a produção agrícola (MARAFON, 2020, p. 11).

A formação do CAI no município de Rio Verde está diretamente associada ao cultivo da soja. Rio Verde é o maior produtor de soja do estado de Goiás, que é o 4º maior produtor do Brasil. O cultivo de soja utiliza técnicas modernas de manejo, e os equipamentos modernos refletiram a modernização das estruturas produtivas da agropecuária e favoreceram sua integração com atividades industriais.

O complexo soja tornou-se o símbolo da modernização agroindustrial brasileira e já em 1980 tinha conquistado 43% do mercado mundial de farelo e 35% das exportações de óleo. Ao mesmo tempo, a soja tornou-se dominante no mercado doméstico de óleos comestíveis (que absorve 70% da sua produção) e estimulou a avicultura intensiva no Brasil, responsável por 30% do mercado de farelo (WILKINSON, 2008, p. 10).

A soja é uma planta rasteira oriunda da região Norte da China, introduzida no Brasil ainda no século XIX, de variedades vindas dos EUA. Os primeiros cultivos ocorreram na Bahia a partir do ano de 1882, mas sem sucesso. A partir de 1891, fizeram-se tentativas de cultivo no

estado de São Paulo com relativo sucesso. Em 1900, o cultivo foi testado no Rio Grande do Sul, cujas condições climáticas eram semelhantes às do sul dos EUA.

Para Dall'Agnol *et al.* (2007), o cultivo de soja foi praticamente ignorado pelo ocidente até as primeiras décadas do século XX. Na segunda década desse século, os Estados Unidos desenvolveram a exploração comercial da oleaginosa. Inicialmente, como forrageira, e duas décadas depois, a produção de grãos já havia superado a finalidade inicial. A sua utilização como base para rações e até mesmo a produção de óleo fizeram países, como os EUA, o Brasil e a Argentina, a aumentarem significativamente áreas plantadas ao longo das últimas décadas do século XX.

A soja é o principal grão oleaginoso, cultivado no mundo. Ela participou em 2006/7, com cerca de 60% do total de 385 milhões de toneladas de grãos produzidos em nível global pelos principais grãos oleaginosos (soja, girassol, canola, amendoim, algodão e mamona). Seu elevado teor em proteínas (40%) faz dela a principal matéria prima na fabricação de rações para alimentação de animais domésticos e, apesar do seu baixo teor de óleo (cerca de 19%) disputa com o dendê a posição de maior produtora de óleo vegetal (DALL'AGNOL *et al.*, 2007, p. 2).

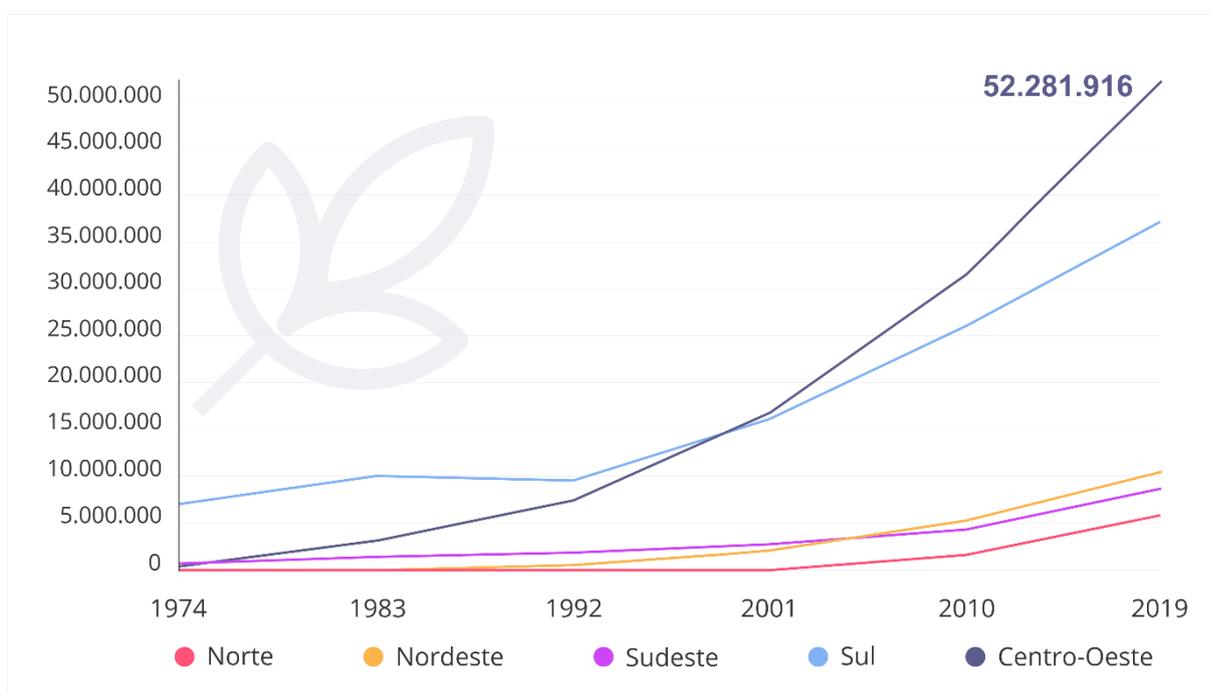
Na safra 2019/2020, o Brasil retomou o posto de maior produtor mundial de soja. Os maiores produtores estaduais de soja são, respectivamente: Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. O estado de Mato Grosso, no ano de 2017, produziu 29.778.544 t de soja, correspondendo a 28,9% da produção nacional. O crescente cultivo desse grão na área central do Brasil tornou os solos do Cerrado um dos grandes responsáveis pelas enormes produções de grãos no país.

No final dos anos de 70, mais de 80% da produção brasileira de soja ainda se concentrava nos três estados da região sul, embora o Cerrado da região Centro-Oeste, norte e nordeste do país, sinalizasse que participaria como importante ator no processo produtivo da oleaginosa, o que efetivamente ocorreu a partir da década de 1980. Em 1970, menos 2% da produção nacional foi colhida nessa região e estava concentrada no Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Em 1980, essa porcentagem passou para 20% em 1990 já era superior a 40% e, em 2007, superou 58%, com tendências a ocupar maior espaço a cada nova safra (DALL'AGNOL *et al.*, 2007, p. 3).

Ainda segundo esses mesmos autores, a região Sul, em muitos fatores, contribuiu para que a soja primeiro se estabelecesse ali. Nas décadas de 1960 e 1970, essa região foi a principal produtora do cereal. O clima era semelhante ao do sul dos EUA, e houve adoção de calagem e fertilização dos solos ácidos no Rio Grande do Sul. Os incentivos para a produção de trigo favoreciam o cultivo integrado de soja, pois era possível utilizar as mesmas áreas em outro período do ano, a maquinaria e a mão de obra.

Houve uma conjunção de fatores favoráveis à produção em larga escala: a grande demanda por componentes proteicos devido à crise da agricultura no início dos anos de 1979 na URSS e na China; facilidades da mecanização total da cultura; estabelecimento de um sistema cooperativista dinâmico, além da criação de um parque industrial para o processamento de soja. Já a região Centro-Oeste, ao longo da década de 1990 (Gráfico 4), tornou-se a maior produtora de soja, e vários motivos explicam o enorme crescimento das áreas cultivadas com o grão.

**Gráfico 4** - Quantidade produzida (t) de soja por regiões



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, organizado pelo autor(2020).

A construção de Brasília provocou a construção e melhorias de muitas rodovias. Houve incentivos fiscais para a abertura de novas áreas, compra de máquinas, construção de silos e armazéns e para a instalação de agroindústrias produtoras e processadoras de grãos e carnes. As terras, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, possuíam valores inferiores aos praticados no sul e sudeste do país. O avanço das pesquisas em novas variedades adaptadas às condições de baixas latitudes e a topografia favorável à utilização de grandes máquinas e equipamentos de grande porte provocaram grande procura pelas terras mais altas. Esses locais, em poucas décadas, foram convertidos em grandes produtores de grãos, como a soja e o milho.

### 3 PEQUENOS AGRICULTORES: CAMPONESES DE ONTEM E HOJE NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE (GO)

*O fazendeiro possui a terra, o burguês tem o capital e o proletário vende força de trabalho. E o camponês? O que possui? O que produz? O que vende? O dinheiro que recebe é uma renda, um lucro ou um salário? O camponês pode ter terra e até um módico capital, vende ou come e pode contratar temporariamente peões, outras vezes é ele mesmo quem vende sua força de trabalho por um salário. O camponês é um pouco fazendeiro, um pouco burguês e um pouco proletário. É um fantasma multiforme definido por sua intrincada complexidade*

Bartra (2011, p. 67).

#### 3.1 Campesinato: acordos e desacordos

Os termos campesinato e camponês apareceram no Brasil na década de 1950, como uma importação política para unificar trabalhadores que possuíam formas de viver diretamente ligadas à terra, quase sempre com uma relação precária com esta. Grupos que antes recebiam diversos nomes, como lavrador, roceiro, caipira, tabaréu, caboclo e caiçara, foram unificados sob um mesmo nome. A presença desses grupos com características próprias confundiu-se com o início da colonização do nosso país, servindo como suporte, ainda que precário, à grande lavoura.

Assim, com mais ou menos independência do lavrador, e maior ou menor extensão da lavoura respectiva, constituem-se a par das grandes explorações culturais próprias e especializadas que se destinam à produção de gêneros alimentares de consumo interno na colônia. É um fator subsidiário da economia colonial; depende exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças. Daí aliás o seu baixo nível econômico, quase sempre vegetativo e de existência precária. De produtividade escassa e sem vitalidade apreciável. Raramente encontramos lavouras desta natureza que se elevem acima de tal nível. Em geral, a mão-de-obra não é constituída de escravos; é o próprio lavrador, modesto e mesquinho, que trabalha. Às vezes conta com o auxílio de um ou outro preto, ou, mais comumente, de algum índio ou mestiço semisservil. [...] (PRADO JR., 2011, p. 167).

Os grupos que se dedicavam à pequena agricultura no período colonial foram os responsáveis pelo fornecimento de grande parte dos gêneros alimentícios necessários às atividades das grandes propriedades e aos núcleos urbanos. Ocupando áreas marginais às

grandes lavouras ou dos centros urbanos, produziam para seu próprio sustento. Os seus eventuais excedentes, apesar do pequeno valor econômico, adquiriram importância enorme para a manutenção do sistema colonial e da grande propriedade.

É verdade que, apesar das atividades econômicas predominantes e de a legislação definirem a grande propriedade como padrão para a constituição da rede fundiária, surgiram aqui e acolá, por uma série de mecanismos um tanto complexos, pequenas propriedades sem, entretanto, terem muito significado quer econômica, quer socialmente. Essas propriedades, intercaladas entre os latifúndios, não tinham legislação específica que as protegesse. Muitas dessas pequenas propriedades foram obtidas através da posse, tolerada em geral pela legislação (PETRONE, 1984, p. 16).

A emergência das Ligas Camponesas, marcando posicionamento político em favor da reforma agrária, possibilitou a emergência do termo camponês, agregando todos os grupos que desde o período colonial estiveram envolvidos com aquela pequena produção agrícola. A entrada do conceito no país, na segunda metade do século XX, foi resultado da ação de atores políticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a posição da Igreja Católica. Apesar das dificuldades políticas do período, as lutas camponesas conseguiram avanços ao trazerem para a cena política o problema secular da dificuldade do acesso à terra para a maioria da população do campo. Um dos ganhos significativos do período e que persiste até os dias atuais foi a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e sua estrutura sindical correspondente.

A definição de camponês varia bastante ao longo do tempo e do espaço. Entretanto, Maria Isaura Pereira Queiroz (1973) aponta uma origem para se pensar o surgimento do camponês a partir da obra de Robert Redfield e de seus estudos na Península de Yucatan. Este pensador identificou três tipos de sociedade. Na primeira, as cidades inexistem; na segunda, a cidade e o meio rural coexistem; na terceira, as cidades ganham grande importância, submetendo o meio rural. A existência do camponês só é possível quando ocorre a presença de cidades. Assim, essa afirmação nega que, em sociedades primitivas, possa existir camponês. Os povos que não conviviam com a presença de cidades não poderiam ser considerados camponeses.

Na sociedade em que há a presença de camponeses, o binômio cidade-campo é uma característica. As cidades, nesta situação, ainda não ultrapassaram certo número de habitantes, e o campo, com seu trabalho familiar, ainda é capaz de produzir excedentes que alimentam o espaço urbano. À medida que as cidades se transformam em metrópoles, o trabalho no campo sofre transformações profundas com a modernização, substituição das unidades familiares por empresas capitalistas e uma subordinação completa do campo.

Chayanov, ao analisar a realidade da organização da agricultura familiar russa do final do século XIX e início do século XX, resalta alguns pontos diferentes da forma tipicamente capitalista. A produção camponesa não extrai a mais-valia, pois o trabalho é familiar e é o que move a atividade econômica. Não há uma separação entre a renda da terra, o salário e o lucro, e tudo pertence à família. O desgaste físico e mental para a produção está diretamente relacionado ao camponês e à sua família.

Wanderley (2009, p.139) afirma: “O produtor efetua o que ele chama um balanço entre o trabalho e o consumo, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família”. Deste modo, a produção não está ligada apenas à lógica da acumulação típica do modelo capitalista, mas ao bem-estar da família. Quando a família produz o necessário para sua alimentação e reprodução, há uma diminuição da quantidade de trabalho despendida. Não há, portanto, o desejo da acumulação indefinida de capital, típica da sociedade capitalista.

A questão agrária no Brasil, segundo Linhares e Silva (1999), surgiu principalmente a partir de 1930 e se divide em três fases principais. A primeira fase refere-se ao aparecimento da questão agrária, que ocorreu entre 1930-1945. Foi o momento da imposição do modelo fordista-keynesiano e dos efeitos da II Guerra Mundial. O Brasil, em crise, buscava formas de superar o modelo plantacionista vigente desde o Império e era necessário melhorar o abastecimento para possibilitar a ampliação das atividades urbano-industriais.

O período de 1945 a 1964-1966 é marcado pela aceleração da substituição de importações, criação de ilhas de desenvolvimento e relativo bem-estar para grupos específicos de trabalhadores urbanos. Ao mesmo tempo, ocorrem a manutenção dos baixos índices de produtividade agrícola, a recorrência das crises de abastecimento e a estreiteza do mercado de insumos. O binômio minifúndio\latifúndio e a distância da produção industrial crescente evidenciavam a questão agrícola no país, marcada pela dificuldade de fornecer matérias-primas e alimentos para a crescente população urbana.

A partir de 1966, houve a modernização autoritária. O regime militar, implantado dois anos antes, inicialmente adotou o ideário liberal, mas, posteriormente, apoiou políticas agrícolas baseadas na modernização técnica do campo. Reorganizou-se o sistema de crédito rural e incentivaram-se a completa industrialização do campo e a produção para a exportação de soja e laranja, entre outros. Estimularam-se, também, projetos pecuários e madeireiros a se apossarem de grandes extensões de terras. Houve a expulsão de posseiros, o aumento do desemprego no campo e o deslocamento de trabalhadores para as fronteiras agrícolas.

A transformação da questão agrária no Brasil, principalmente a partir de 1950, possibilitou várias frentes de lutas. Estas, inicialmente, estavam apoiadas nas reivindicações dos arrendatários, parceiros, foreiros e até pequenos proprietários, que, com as transformações do campo, passaram, de uma forma ou de outra, a serem expulsos sistematicamente das terras. Essa diversidade de reivindicações favoreceu a pressão pela reforma agrária, mas, ao mesmo tempo, despertou interesses e concepções divergentes em relação ao tema.

As correntes progressistas da sociedade brasileira dividiram-se em relação ao assunto. Alguns grupos políticos, partindo de uma interpretação incompleta das análises de Lenin, afirmavam que o ideal era a transformação do camponês em trabalhador rural assalariado. Apesar de equivocada, a ideia pode ser justificada, pois Lenin, inicialmente, defendia uma posição ocidentalizada para interpretar a realidade camponesa da Rússia pré-revolução de 1917. Entendia-se que o processo de descampesinização era inevitável, e os camponeses eram vistos como elementos do passado da Rússia, que precisavam ser removidos. A posição contrária era a dos socialistas *narodniks*, denominados por Lenin de populistas, que imaginavam que era possível conciliar as lutas camponesas com os princípios revolucionários.

Na Rússia, o debate sobre a questão do campesinato prosseguiu, mesmo após a Revolução de 1917. De acordo com Linhares e Silva (1999), Lenin, às vésperas da Revolução, percebeu que, sem o apoio dos camponeses, não seria possível a vitória. Ele, inclusive, apoiou a união dos bolcheviques e dos socialistas *narodniks* em torno do lema “Terra e Paz”. Já sob a administração de Lenin, na época da NEP, muitos *narodniks* assumiram altos cargos, desenvolvendo a ideia de união entre os camponeses e operários.

O Brasil, com formação social totalmente diferente, não poderia adotar estritamente a interpretação inicial de Lenin, como ocorreu majoritariamente com os membros do PCB. Na Rússia, o camponês lutava para não sair da terra, uma vez que estava naqueles locais há várias gerações. O campesinato brasileiro sempre foi um desenraizado que luta para entrar e permanecer na terra. Desde o início da colonização, a situação do camponês brasileiro sempre foi precária, ocupando terras marginais na grande lavoura e podendo ser deslocado tão logo essas terras fossem necessárias à grande produção. Definir os camponeses brasileiros em relação às características europeias é inadequado. A formação social econômica brasileira, diferentemente da europeia, foi marcada pela presença da escravidão negra.

O tema campesinato e camponês trouxe discussões acaloradas mesmo em outros países. Na década de 1960, Henri Mendras (2013) na publicação *La Fin des Paysans*, fez uma afirmação inquietante de que o campesinato na França desapareceria em poucas décadas.

Haveria mudanças profundas relacionadas à adoção de novas técnicas na agricultura que provocariam grandes mudanças na relação homem-terra. As técnicas agrônômicas e contábeis substituiriam o conhecimento acumulado por gerações. O jovem agricultor não mais aprenderia com seus pais e avôs o conhecimento necessário para suas atividades, mas seria necessário ir à escola para aprender um ofício, surgindo, assim, a profissão do agricultor, que não diferiria muito de qualquer outra.

Nessa nova realidade, os produtores obedeceriam às regras do mercado, à divisão do trabalho e à técnica. A produção seria especializada em menos atividades, mas com produção em maior escala. Contudo, determinados produtos, com qualidades específicas, como determinados vinhos, queijos e animais criados somente com grãos, seriam produzidos de maneira artesanal e garantiriam a sobrevivência de parte dos agricultores mais tradicionais.

Apesar do impacto criado pelo livro *La Fin des Paysans*, Mendras, em outro texto, identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas que podem servir também para a criação de modelos explicativos para entender a categoria: relativa autonomia face à sociedade global; importância dos grupos domésticos; sistema econômico de autarquia relativa; sociedade de interconhecimentos e função decisiva dos mediadores entre a sociedade global e a sociedade local.

Para Wanderley (2009), o campesinato brasileiro reflete os processos gerais da própria história da agricultura brasileira. Ao longo do tempo, pode haver momentos de campesinização, descampesinização e recampesinização. A presença da grande propriedade é marcada, especialmente, para se entender as particularidades da realidade camponesa no Brasil. Em outros países, essa categoria social possuiu um protagonismo maior. Aqui, a agricultura familiar ocupou tradicionalmente um papel subalterno e secundário. As potencialidades, enquanto formas sociais de produção, foram, ao longo do tempo, bloqueadas por diferentes mecanismos.

A análise de Wanderley (2009) identifica objetivos que constituem o núcleo central dos estímulos para o campesinato no Brasil. Assim, foram definidos três objetivos entre as estratégias adotadas: a luta por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento, com espaço de trabalho da família. A luta camponesa brasileira tem como um dos seus fundamentos a posse de uma terra para a família, em que seja possível viver e trabalhar, além de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. A realidade, entretanto, para os brasileiros do campo, sempre foi a extrema mobilidade.

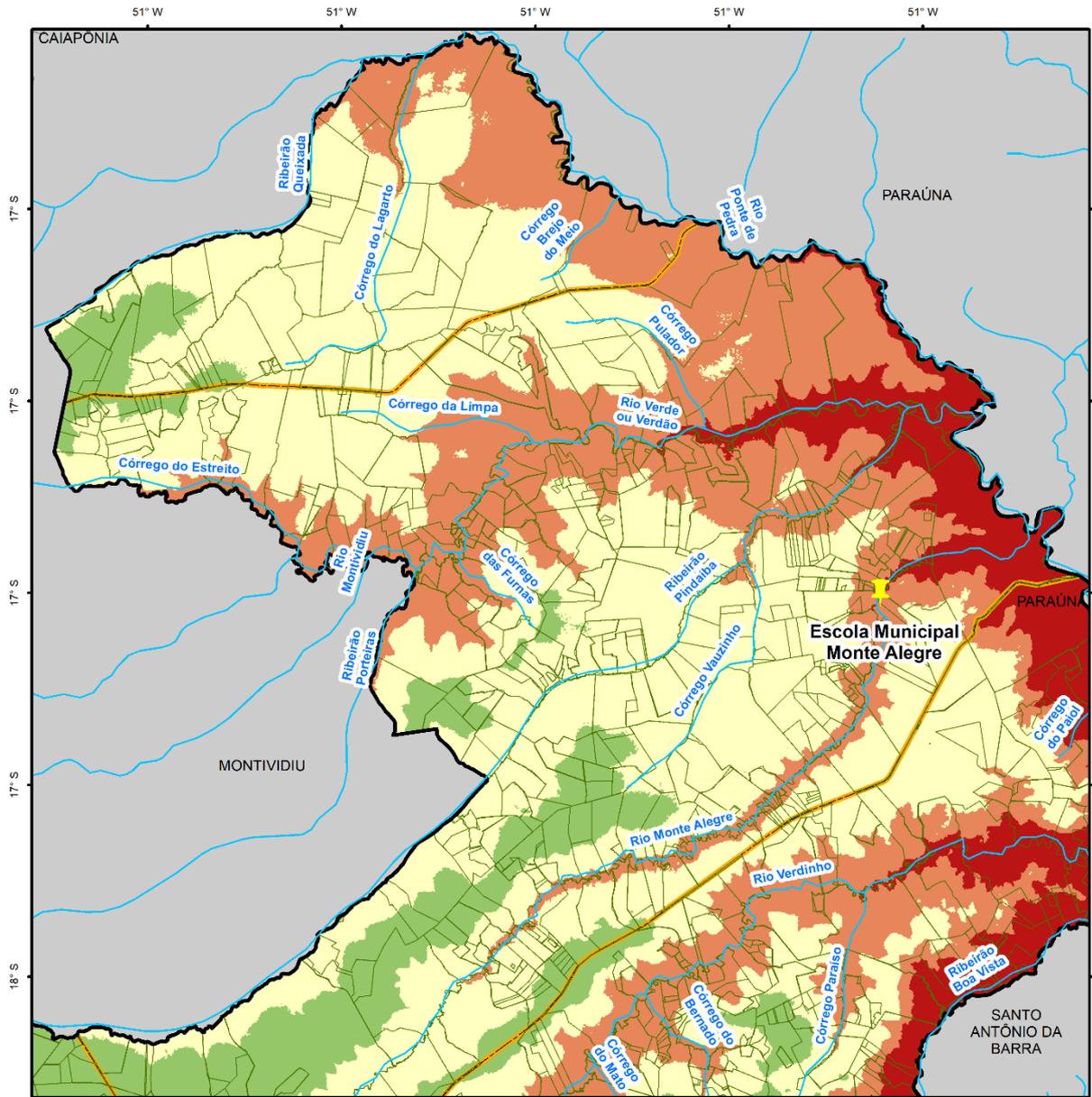
Antônio Cândido (1975) demonstra que os caipiras da região de Bofete (SP) estavam em constante deslocamento. As terras não eram suas, e eles procuravam as de maior fertilidade para plantar suas roças no sistema de parceria. Todavia, essa mobilidade começou a enfrentar dificuldades quando a modernização agrícola foi acabando com o estoque de terras disponíveis. Neste contexto, esse modo de vida entrou em colapso, restando o deslocamento para as cidades ou para regiões distantes. A fronteira agrícola tornou-se o local de possibilidade da reconstituição de um território familiar e, mesmo nesse novo local, a posse também era precária, o que acarretaria novos deslocamentos no futuro.

### **3.2 Campesinato em Rio Verde (GO): moradores do bairro Monte Alegre-Pindaíbas nos anos de 1960**

As fazendas goianas em Rio Verde (GO) estavam divididas pela influência de dois polos de produção. De um lado, produzia-se gado bovino e, de outro, existiam as roças dos agregados, meeiros e arrendatários, que eram responsáveis por grande parte da produção agrícola no município. Uma das localidades que ainda apresentava, nos anos de 1960, organização econômica e social ligada a estruturas camponesas tradicionais era a região do Monte Alegre-Pindaíbas.

A localidade do Monte Alegre-Pindaíbas engloba áreas próximas da foz do ribeirão Pindaíbas e da parte baixa da bacia do rio Monte Alegre. De acordo com relatos de antigos moradores, naquele período, ainda se apresentavam terras relativamente férteis, que eram utilizadas para a prática da agricultura e da pecuária. Nessa localidade, era produzida uma quantidade razoável de produtos agrícolas. Nas partes mais altas do relevo, a agricultura era insignificante e, predominavam os campos cerrados. Neste período, as inovações trazidas pela modernização da agricultura ainda não estavam presentes. Ao analisar a Figura 7, a partir dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), é possível perceber algumas pequenas propriedades, principalmente próximas à escola Monte Alegre. Os locais com altimetria mais elevada e os terrenos relativamente planos eram usados basicamente para a criação de gado, e, portanto, as propriedades eram maiores. A existência dos agregados era mais rarefeita nessas partes mais altas devido à pouca fertilidade das terras.

Figura 7 – Rio Verde – Propriedades cadastradas no CAR

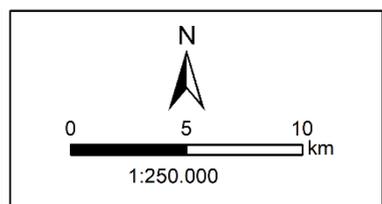
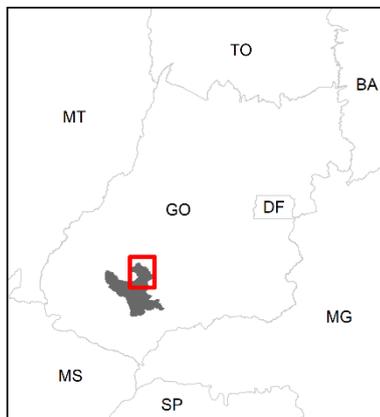


**Legenda**

- Hidrografia
- Rodovia Estadual
- Propriedade do CAR
- Municípios de Goiás

**Altitude (m)**

- ≤ 644
- 644 - 726
- 727 - 807
- 808 - 889
- > 889



Sistema de Informações Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Fonte: IBGE, 2020, SIEG, 2017 e SICAR, 2021  
 Elaboração: FARIA, A.S.  
 Elaborado em 2021

A classificação de bairro na acepção de Cândido (1975) poderia ser utilizada para classificar essa localidade. Esse termo, utilizado para identificar áreas de vivência do caipira paulista, não era comum no vocabulário dos antigos moradores do Monte Alegre-Pindaíbas, mas estavam presentes seus elementos definidores. Tinha a solidariedade nos trabalhos de ajuda mútua, uma vez que havia uma rede de vizinhança que poderia, em algum momento, socorrer um dos membros quando o trabalho nas roças excedia a mão de obra disponível daquela família. Outro elemento presente era a dimensão religiosa, visto que dois eventos religiosos significativos geravam a participação de grande parte das pessoas nessa localidade.

Este é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas uma das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega. O viajante, de antigamente e de agora, é por isso levado muitas vezes a uma ideia exagerada da segregação em que vive o caipira, quando, na verdade, era raro, e foi-se tornando excepcional, o morador não integrado em agrupamento de vizinhança. Há, de fato, bairros de unidade frouxa, que poderíamos denominar centrífugos, propiciando um mínimo de interação; outros, ao contrário, de vida social e cultural mais rica favorecendo a convergência dos vizinhos em atividades comuns, num ritmo que permite chamá-los centrípetos (CÂNDIDO, 1975, p. 62).

A localidade Monte Alegre-Pindaíbas, nessa época, possuía três elementos agregadores que merecem destaque: a Escola do Monte Alegre, situada na margem esquerda do rio Monte Alegre e a 66 quilômetros de distância da sede do município de Rio Verde; a capela de Nossa Senhora da Guia, construída nos anos de 1950 em uma fazenda vizinha à escola, e a festa de São João, que era realizada por uma das famílias da localidade a cada ano, na casa de um dos moradores, cuja escolha se dava por sorteio. Esses elementos acabaram funcionando como uma identidade, ocorrendo diferentes formas de sociabilidade.

A escola Monte Alegre criada em maio de 1959, é a mais antiga escola rural do município em atividade. No início, era mantida pelos próprios pais dos alunos, e somente em 1971 transformou-se em escola pública municipal. No ano de 1998, a segunda fase do Ensino Fundamental passou a ser oferecida e, a partir de 2001, o Ensino Médio. No ano de 2004, foi construído um novo prédio nas proximidades da antiga escola. A presença dessa instituição é um elemento importante para a fixação de pessoas no campo. Um dos entrevistados, que possui duas filhas em idade escolar, afirmou: “Se não tivesse a escola aqui, eu já teria me mudado a muito tempo”.

A capela de Nossa Senhora da Guia estava localizada em uma fazenda próxima à escola. Foi construída na década de 1950 para cumprir a promessa de um fazendeiro local. A promessa

consistia em organizar, anualmente, uma missa no dia 10 de setembro. Os festejos eram completados com o oferecimento de um almoço e, para ajudar nas despesas, era realizado um leilão com as prendas e oferendas trazidas pelas pessoas da vizinhança. Para aproveitar a presença do padre, além da missa, eram realizados batizados e crismas. Após a morte do organizador do evento, um neto continuou a realizar a festa, contudo, por questões da pandemia da Covid-19, esta não foi realizada no ano de 2020.

A forma tomada pelo catolicismo rústico brasileiro sofreu influências fundamentais de dois fatores: do catolicismo popular português e da falta de sacerdotes. Em Portugal, o catolicismo popular tinha – e tem ainda – como fulcro o culto dos santos; cada aldeia, cada família se orgulha de seu padroeiro, festejado em datas consagradas. Tudo isto se transportou para o Brasil. Aqui, como lá, o culto dos santos permaneceu a base do catolicismo popular. Porém, para compreendê-lo bem, é preciso conhecer como se organizam os dois grupos fundamentais da vida camponesa brasileira: a família e o grupo de vizinhança (QUEIROZ, 1973, p. 81).

A festa de São João é uma festividade centenária que ocorre desde 1917 e resulta da promessa de uma moradora de uma das famílias da localidade junto a São João para impedir a ida de filhos e familiares à I Guerra Mundial. Não foi possível identificar se essa ameaça era real ou se era imaginária. O fato é que essa família se ligou a muitas outras famílias da região através de casamentos e, a festa continua até os dias atuais. A cada festa, são sorteados um festeiro e uma festeira para realizar a festa do próximo ano. Muitas vezes os festeiros se uniam e realizavam uma única festa. Em razão da diminuição do número de festeiros nos últimos anos, a festa vem sendo ameaçada e, conseqüentemente, o prosseguimento da tradição. Alguns fatores contribuem para essa situação, como o envelhecimento de pessoas da família, mudanças para o meio urbano e o avanço de religiões protestantes no bairro.

[...] muitas práticas religiosas, muitas festas, muitas danças dramáticas têm por função principal a manutenção da estrutura e organização sociais tradicionais, não só fomentando a coesão e solidariedade internas, como também reafirmando a vigência dos valores que tornam possível a existência da comunidade. Generalizando, formulamos a hipótese de que tal seria realmente a função básica de todas as práticas folclóricas, ou pelo menos, de sua grande maioria; ligadas a um grupo determinado, desaparecem com ele quando ele se desfaz, seja pelo aparecimento de nova estrutura e organização, seja pela anomia (QUEIROZ, 1973, p. 133).

O lavrador dessa região, destituído da posse da terra, para acessá-la, tinha que se submeter a um dos fazendeiros da região. Existiam dois grandes fazendeiros na localidade, absenteístas e moradores das cidades de Goiânia e Tupaciguara (MG). Os demais eram fazendeiros com menores quantidades de terras e que viviam em suas propriedades. Sua vida era bem parecida com a dos demais moradores. Participavam das mesmas festas, possuíam

laços de amizade, compadrio e até mesmo parentesco com muitos trabalhadores da região. Havia, inclusive, casamentos entre agregados e filhos desses fazendeiros menores.

Para o lavrador, estar ligado aos grandes fazendeiros era vantagem, pois teria à sua disposição uma quantidade maior de opções para montar a sua roça. No entanto, os maiores fazendeiros possuíam encarregados e, muitas vezes, jagunços. Assim, qualquer discórdia em relação à partilha seria resolvida pelo jagunço, sempre com o uso de muita violência. Já ao se associar a um fazendeiro menor, havia menor opção de escolha das terras, mas as relações poderiam avançar para o compadrio e a amizade.

No mês de maio, o lavrador já estava ansioso para iniciar os preparativos da sua roça. À tarde, havia o cuidado em amolar a foice e o machado, pois o trabalho nos próximos meses seria árduo. O local da roça era definido pelo fazendeiro, geralmente próximo a áreas já desmatadas. Isso porque, após dois ou três anos, a área seria plantada com capim e, a partir daí, seria utilizada para a criação de gado. As áreas mais fechadas e com melhores terras sempre ficavam para a própria roça do fazendeiro.

Ao amanhecer, o lavrador enchia sua cabaça (fruto de uma planta da família das cucurbitáceas, que tem aproximadamente a forma de uma pera, cuja casca inteira e seca é usada como recipiente) com água fresca, comia alguma coisa e partia para o mato, a fim de iniciar seus trabalhos. Após 40 dias de trabalho árduo, a área estava derrubada. Inicialmente, cortavam-se os arbustos e árvores finas. As árvores de grande porte, que não eram possíveis de serem derrubadas na foice, seriam derrubadas com o machado. No final de junho, os trabalhos de derrubada já estavam concluídos. Aí era só esperar secar para se atear fogo na vegetação cortada. A utilização da queimada pelos caboclos da localidade não difere muito do que acontecia desde os tempos de colônias, como afirma Prado Jr. (2011):

Para a instalação de novas culturas, nada de novo se realizara que o processo brutal, copiado dos indígenas, da “queimada” para o problema do esgotamento do solo; outra solução não se descobrira ainda que o abandono puro e simples do local por anos e anos consecutivos, com prazos cada vez mais espaçados que o empobrecimento gradual do solo ia alargando (PRADO JR., 2011, p. 141).

No Monte Alegre-Pindaúbas, nesse período histórico, as terras não mais produtivas para a agricultura, após duas ou três safras, eram convertidas em pastagens, quando o arroz e o milho já tinham nascido o fazendeiro poderia plantar mudas de capim colônião (*Panicum Maximum*). Essa espécie era originária do continente africano e da Índia, adaptada aos climas e aos solos de grande parte do Brasil, mas que exigia terrenos de média e alta fertilidades. Nas roças, o capim demorava a se desenvolver, dando tempo para a colheita dos produtos agrícolas. A partir

daí, essas terras não eram mais utilizadas para a agricultura e, portanto, quem não era proprietário já perdia mais uma área de uso.

A partir da segunda quinzena de agosto, a vegetação já estava seca, e o tempo quente e sem umidade era propício para a queimada. O sertanejo, então, ateava fogo na área onde seria a sua futura roça. Algumas vezes esse fogo se espalhava pelas áreas vizinhas, provocando grandes transtornos. O mês de agosto terminava com os céus carregados de fumaça, pois todos os que praticavam a agricultura nos arredores também faziam suas queimadas. É necessário destacar que essa prática foi muito comum, principalmente nas grandes áreas tropicais.

Sabemos que a queimada de mato corresponde às dificuldades de explorar doutro modo o solo tropical, aparecendo com técnica em todo o mundo. A queima da vegetação rasteira, ainda praticada como regra entre nós, mostra todavia que a cinza resultante é buscada como fertilizador, embora a longo prazo o resultado seja mau, acarretando a degradação inevitável do solo (CÂNDIDO, 1975, p. 47).

As queimadas não conseguiam limpar totalmente o terreno após a primeira queima. Assim, era necessário voltar à roça e juntar galhos e ramos não queimados totalmente em um serviço denominado “descorvarar”. Eram necessários mais uns 10 dias de serviço, caso se fizesse uma boa queima da vegetação cortada. Caso contrário, deveria haver mais dias de trabalho. Ao final de cada dia, o caboclo estava totalmente preto de fuligem. Terminada essa etapa, queimava-se novamente a vegetação, sobrando apenas os tocos das árvores e parte dos troncos. O nome “roça de toco” vem do aspecto do terreno devido aos restos de troncos que permanecia na área mesmo após a queima.

Cercar as roças, agora, era a prioridade, e os fazendeiros as cercavam com arame farpado, mas a maioria dos agregados usava as madeiras restantes das queimadas. Não era possível fazer o trabalho da construção da cerca sozinho, e era nesse momento que a rede de socialização entravam em ação, já que os camponeses não tinham como pagar trabalhadores. As formas variavam de uma simples troca de dias de serviço com algum vizinho, parente ou conhecido e, eventualmente, poderia ser utilizado até o mutirão, apesar de este ser mais utilizado nas etapas da roçada do mato ou das colheitas. E, assim, ao término de setembro, a roça estava pronta para ser semeada.

Os primeiros sinais de chuva no mês de outubro animam o camponês que, nessa etapa, está com a roça pronta para ser semeada. Ainda é necessário separar as sementes a serem plantadas e, esse trabalho poderia ser feito tanto pelo homem como pela mulher. O arroz retirado da tuia era abanado para se separar o restante de palha e os grãos defeituosos. Para o plantio do meio alqueire, precisava-se de aproximadamente quatro latas de 20 litros. A preparação do

milho era mais trabalhosa, porque era preciso retirar as melhores espigas do paiol. O processo consistia em “despontar o milho”, ou seja, retirar os grãos das extremidades do sabugo e, depois, os grãos maiores eram debulhados. Esse trabalho poderia ser feito por mulheres e até mesmo por crianças, mas com supervisão de um adulto. Assim, ao final de meio dia de trabalho, as sementes enchiam duas latas de 20 litros cada.

A partir da metade dos anos de 1960, passou a ser comum o uso do agrotóxico “Aldrin”, veneno extremamente tóxico derivado da aldrina. Era feita uma solução com água para que o pó branco do veneno se dissolvesse. A mistura era aplicada nas sementes, e estas eram misturadas. Esse preparo era feito sem EPIs ou outro equipamento. Muitas vezes, o agricultor o misturava com as próprias mãos. Os agricultores consideravam imprescindível o uso desse inseticida para ter sucesso no cultivo. Como a plantação era manual, o contato com as sementes envenenadas continuava até o final do plantio. Os danos para a saúde dos trabalhadores e para o ambiente eram enormes. Esses venenos, já nos anos de 1960, passaram a sofrer forte oposição dos Estados Unidos, principalmente a partir da publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson.

Como a dieldrina, a aldrina é extremamente tóxica e, produz alterações degenerativas no fígado e nos rins. Uma quantidade do tamanho de um comprimido de aspirina é suficiente para matar mais quatrocentas codornas. Muitos dos casos de envenenamento humano foram registrados, a maior parte deles relacionada ao manuseio industrial (CARSON, 2010, p. 38).

O impacto da obra fez a opinião pública pressionar o governo norte-americano e, a partir dos anos de 1970, proibiu-se o uso do diclorodifeniltricloroetano (DDT) e de organoclorados como a aldrina, endrina e a dieldrina. No Brasil, a proibição do Aldrin e de outros agrotóxicos organoclorados só veio, de forma parcial, nos anos de 1980, quando foi editada a Portaria nº 329/MA, de 02 de setembro de 1985. Mesmo assim, havia exceções para a produção de iscas de combates a formigas e para a utilização em atividades de florestamento e reflorestamento. A proibição definitiva só ocorreu em 1998.

Desse modo, no mês de outubro, era hora de plantar o milho. Esse trabalho exigia pelo menos duas pessoas para a sua conclusão. Quando o agricultor não encontrava algum vizinho disponível para trocar o dia de serviço, a saída era utilizar o trabalho de uma criança ou até mesmo da esposa. Ignorando os riscos das sementes envenenadas, estas eram plantadas pelo processo de covas. O trabalho de cavar era considerado pesado e era feito pelos homens.

Nessa comunidade, ao sul de Goiás, nos idos de 1960, foi possível identificar semelhanças com a descrição feita por Herédia (1979) na região Nordeste do país. As mulheres

podiam assumir a função da semeadura. No Nordeste, essa semeadura era função exclusiva da mulher. O que é comum nas duas localidades é o fato de o trabalho da mulher não ser considerado trabalho, e sim uma ajuda.

Por outro lado, as atividades da casa, por estarem ligadas ao consumo, não são consideradas como trabalho e correspondem à esfera de domínio feminino. O campo de ação da mulher é a casa e, por consequência, considera-se que esta não trabalha. Sem dúvida, muitas vezes, como já pudemos observar, as mulheres desenvolvem tarefas no roçado; além do mais, dentro das atividades próprias ao roçado, a semeadura é uma atividade considerada feminina e é realizada exclusivamente por mulheres. Além disso, cabe a elas outro tipo de tarefas como, por exemplo, as limpezas periódicas que os cultivos requerem depois de serem plantados, embora homens e crianças também participem desta atividade (HERÉDIA, 1979, p. 50-51).

Nesse período, em Goiás, para o plantio do milho, não era usado adubo. Utilizava-se a enxada ou o enxadão para cavar. A distância entre os pés era, geralmente, um passo, e entre as linhas era um pouco maior que um passo (aproximadamente 1,20m). O homem cavava e, a outra pessoa (mulher ou mesmo uma criança) jogava três ou quatro grãos e tampava a cova com os pés. Após quatro dias de trabalho, o milho estava plantado. Junto com o milho, plantavam-se sementes de abóbora e moranga, que seriam consumidas diretamente quando estivessem verdes ou seriam usadas para alimentar porcos quando maduras. As sementes eram levadas em uma cuia (utensílio em forma de vaso, feito da fruta da cuieira) e jogadas na cova usando uma colher.

O plantio do arroz era feito no início de dezembro. O dia 4 de dezembro era dedicado à Santa Bárbara, protetora contra as tempestades e raios. Mesmo os mais incrédulos não ousavam ir para as roças nesse dia. Esse trabalho poderia ser feito sozinho, pois já se usavam plantadeiras manuais chamadas de “matraca”. Utilizavam-se as variedades denominadas de Jaguari ou Beira-Campo, com ciclo de produção de quatro e cinco meses, respectivamente. Junto com o arroz, plantavam-se melancias e pepinos. Esse plantio não exigia duas pessoas, como o milho. Um trabalhador, para plantar meio alqueire, demorava de quatro a cinco dias, trabalhando das 7h às 17h.

O agregado ainda podia plantar uma pequena parcela de milho de pipoca, amendoim e algumas covas de batata doce, abóboras e cará. Essa produção não era repartida com o proprietário da terra e era usada para o consumo da família do trabalhador. Se a produção fosse boa, era de bom tom levar um pouco dessa produção para o fazendeiro para manter e fortalecer laços de gratidão.

A roça estava plantada com milho, e o arroz no mês de dezembro. Era hora da capina,

ou, na linguagem local, “limpar a roça”. Essa capina era feita com a enxada e era preciso de 15 a 20 dias de trabalho. Em seguida, era tempo de limpar o arroz, que também exigia uma mesma quantidade de dias de trabalho. O problema é o que o arroz exigia duas limpas, senão as ervas daninhas começavam a concorrer com o arroz, prejudicando sua produtividade.

A limpeza do arroz exigia uma certa rapidez e, para que o trabalho fosse feito rapidamente, era necessário recorrer a outros trabalhadores. Se o dono da roça tivesse algum dinheiro, pagava algumas diárias para alguma pessoa da vizinhança. O mais comum era pedir ajuda a alguém e trocar dias de serviço. Mas, em determinadas situações, recorria-se ao mecanismo de mutirão. De acordo com Cândido (1975), essa forma de solidariedade foi muito comum em grande parte do Brasil e consistia na ajuda recebida pelos vizinhos. Todavia, havia a obrigação de fornecer alimentos, preparar uma pequena festa ao final do dia e participar de uma futura convocação para ajudar uma das pessoas que trabalharam no mutirão.

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiado de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Esse chamado não falta, porque é praticamente impossível um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal (CÂNDIDO, 1975, p. 60).

Havia uma modalidade de mutirão praticada no município de Rio Verde denominada de “traição”. Essa forma de solidariedade vicinal consistia numa ajuda fornecida pelos vizinhos a alguém que estava em dificuldades com o trabalho. Isso ocorria principalmente nas colheitas de arroz, durante a malhação, ou seja, para debulhar os grãos, era necessário um período ensolarado. Contudo, em alguns anos, havia muitos dias chuvosos, e o período com sol era curto. Se o agricultor já tivesse cortado o arroz e não conseguisse debulhar, haveria grandes perdas. Nesses cenários, a vizinhança, por sua própria iniciativa, oferecia ajuda para aproveitar o pequeno período disponível para a colheita. Mesmo em outras situações de dificuldade com o trabalho, também poderia ocorrer essa ajuda. Essa mesma prática também ocorria no interior de São Paulo, descrita por Cândido (1975).

A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola, e a sua retribuição automática determinavam a formação numa rede ampla de relações, ligando os habitantes do grupo de vizinhança uns aos outros e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional. Esse caráter por assim dizer inevitável da solidariedade aparece talvez ainda mais claramente nas formas espontâneas de auxílio vicinal coletivo, que constituíam modalidade particular de mutirão propriamente dito e, por vezes, recebiam designação especial na área que estudei, *terno*. Era o caso dos vizinhos que, percebendo que um deles estava *apurado* de serviço, combinavam entre si ajudá-lo, sem aviso prévio. Às vezes, o beneficiado ficava sabendo e preparava comida para recebê-los; outras vezes, era realmente surpreendido e improvisava a refeição. A diferença estava não apenas na motivação do auxílio (espontâneo, não convocado), mas, também, no fato de o beneficiado não dar festa; e muitas vezes a falta de recursos para promovê-la é que o havia impedido de fazer a convocação. No sudoeste de Minas e em parte da área caipira paulista, chama-se a isso de *tração*, para significar o seu caráter de surpresa, reservando-se o termo mutirão para a outra forma. Ajuda e auxílio servem também para designá-la (CÂNDIDO, 1975, p. 68-69).

No mês de fevereiro, as roças estavam limpas, o milho já estava com os grãos formados e era tempo de milho verde. Os lavradores, ao plantarem o feijão, sentiam o “mormaço da plantação de milho e, muitas vezes o cheiro do milho verde”. As sementes de feijão vinham da produção do ano anterior e ficavam armazenadas em sacos, muitas vezes até dentro da própria casa. Essa situação similar é encontrada por Herédia (1979):

[...] Durante seu crescimento, geralmente, são necessárias duas limpezas, da mesma forma que a fava. Por ter um amadurecimento uniforme, a colheita é feita de uma só vez, arrancando-se para isso toda a planta; daí também sua denominação de feijão de arranca. Após ser colhido, fica secando ao ar livre durante dois ou três dias e, posteriormente, é pendurado nas vigas de sustentação do teto da sala da casa e até na sala de jantar, se for necessário, para acabar de secar. Às vezes, esse feijão pendurado só é retirado dali no momento do consumo e/ou venda; outras vezes, é guardado em depósitos de metal ou em sacos. Para guardá-lo em depósitos, consumi-lo ou vendê-lo, é necessário separar a semente da vagem já seca. Em geral, esta tarefa é efetuada manualmente, quando se trata de pequenas quantidades. Do contrário, as vagens são empilhadas e golpeadas com paus para separar a semente, operação que se denomina *bater o feijão*; o vento se encarrega de completar a limpeza (HERÉDIA, 1979, p. 38).

Esse trabalho era feito com plantadeiras manuais e utilizava-se cerca de três latas de feijão. O plantio era realizado sob o sol ou a chuva. Se chovesse, era melhor, pois, assim, facilitaria a germinação das sementes. No mês de março, era feita a *limpa* (capina) do feijão. Porém, nesse mês, guardava-se o dia 23 de março, em homenagem a São Bento. Os lavradores estimavam esse santo, pois ele era o protetor contra o ataque de cobras, e as roças eram locais onde a presença destas era comum, principalmente durante as colheitas.

Plantava-se o feijão preto, roxinho ou amarelo, trepadadores que usava as canas do milho como suporte. No entanto, as variedades atuais são outras, inclusive o tempo do plantio. A colheita do feijão ocorria no final de maio e no início de junho. O processo consistia em

arrancar a ramagem e fazer um pequeno monte (uma bandeira) para secagem. Após uns 40 dias, já poderia bater o feijão. Na Foto 3, há um exemplo dessa prática. Após colhido o feijão, este era colocado em sacos com um pouco de resíduos da colheita para facilitar a conservação.

**Fotografia 3** – Colheita do feijão no Monte Alegre



Fonte: Trabalho de campo; fotografia: Emival da Cunha Ribeiro (fevereiro de 2020)

A colheita do arroz ocorria no mês de abril e no início de maio. Esse trabalho era sempre coletivo, pois deveria ser feito com certa rapidez. Um trabalhador sozinho demoraria aproximadamente 40 dias para realizar a colheita de um alqueire, o que era praticamente inviável, uma vez que a produção se perderia. Os mecanismos de solidariedade vicinal, pagamento ou troca de dias de serviço eram comuns nesse período. O arroz era cortado com o cutelo e deixado em pequenos feixes pelo caminho.

A etapa seguinte era recolher o arroz, organizá-lo em feixes maiores, as chamadas gajobas, e levá-los para próximo do terreiro. Nessa etapa, mulheres e crianças poderiam ajudar, dependendo da situação. Na construção do terreiro, toda vegetação e pedaços de tocos eram retirados para ser estendida uma lona na qual a banca era colocada. A banca consistia em um suporte de madeira, parecido com uma mesa, em que os feixes de arroz eram açoitados para

separar os grãos.

A colheita do milho seco era chamada “quebra de milho”. O processo consistia em desprender as espigas e tombar os pés de milho, então secos e quebradiços. Os trabalhadores mais rápidos conseguiam quebrar um carro de milho. Um carro equivalia a 40 balaios (jacá), e em cada balaio cabia aproximadamente 60 espigas. As espigas eram jogadas para formar montes, distantes uns 15 ou 20 metros uns dos outros. Na atualidade, isso corresponde a aproximadamente 16 sacos de milho.

Algumas pessoas da região dominavam o conhecimento de fazer os balaios e chegavam a vendê-los para a vizinhança. Usava-se a taboca ou taquara, espécie de bambu pertencente à família *Gramineae* (*Bambusoideae*), encontrada em várias partes do planeta, com uma grande variedade de espécies. Estas eram encontradas próximas a córregos e rios, depois cortadas e deixadas na sombra para secar. Após um dia trançando as tabocas, estava pronto o balaio, que poderia ser utilizado para carregar alimento e, principalmente, medir o milho da roça.

Colhida a roça, era tempo de fazer a partilha com o fazendeiro. Desta forma, em um ano de boa colheita, caberia ao lavrador aproximadamente 40 sacos de arroz, três a quatro carros de milho e sete sacos de feijão. Esses produtos eram retirados das roças de toco por carros de boi, levados para serem armazenados e utilizados durante o ano. O arroz ia para a tuia, o milho para o paiol, e o feijão ficava dentro de casa. Numa família de quatro ou cinco pessoas, eram necessários 20 sacos de arroz, dois de feijão e dois carros de milho. E, assim, até meados de junho, se encerrava o ano agrícola do camponês. Ao mesmo tempo, iniciava-se um novo ciclo de trabalho e de sobrevivência. Enfim, era a continuidade da vida dessas famílias.

Os restantes dos produtos eram levados para alguma estrada próxima, de onde um caminhão levaria os produtos do camponês junto com a produção do fazendeiro para serem vendidos na cidade. O dinheiro apurado seria usado durante o ano para adquirir o necessário por mais um ano. Assim, os produtos que não poderiam ser produzidos no campo e/ou não eram produzidos por aquela família, como sal, pólvora, tecidos para confecções de roupas, remédios (geralmente vermífugos, algum complemento vitamínico, analgésicos e antitérmicos), botinas, chapéus e ferramentas, eram comprados nas vendas ou encomendados a algum conhecido que ia à cidade de tempos em tempos. Wanderley (2009) afirma que a comercialização de uma pequena quantidade da produção é uma mostra da dificuldade de atingir a autosuficiência em todos os bens necessários à vida do camponês.

A este respeito, é necessário chamar atenção para certas tendências, frequentemente encontradas nos estudos sobre camponato no Brasil. A primeira, diz respeito à tendência a superestimar a autossuficiência em relação ao mercado. Parece-me que, mesmo nos casos em que o autoconsumo ainda é predominante, algumas necessidades básicas da família só podem ser satisfeitas a partir de fora, o que supõe relações de troca, em que parte da produção passa pelo mercado. Neste sentido, o nível de consumo da família é estabelecido em função da estrutura da comercialização. Considerando que o *quantum* de trabalho necessário à aquisição dos bens não produzidos internamente depende da relação que se estabelece entre o volume vendido e os preços obtidos que, em geral, é desfavorável ao camponês, este é levado a dispensar o consumo daqueles bens ou intensificar o seu trabalho para obtê-los (WANDERLEY, 2009, p. 123).

A própria produção do sabão é exemplo da criatividade frente às dificuldades materiais impostas pela dura realidade, impelindo ao camponês utilizar seus saberes para conseguir o fundamental a vida. Nos anos de 1960, a compra de um produto barato como a soda cáustica (hidróxido de sódio), que é fundamental para a produção do sabão, em alguns momentos, impactava os poucos recursos de muitos moradores do meio rural brasileiro da época. Assim, era usada a dicuada de cinza, um produto líquido rico em sais básicos (principalmente carbonato de potássio e carbonato de sódio).

A produção da dicuada era feita utilizando cinzas, que poderiam ser obtidas de várias maneiras, a partir da rama de feijão ou da queima de madeira verde. Algumas vezes, eram utilizadas as cinzas do próprio fogão de lenha, contudo, a qualidade da dicuada era de menor qualidade. Como nem sempre havia ramos de feijão disponíveis, a saída era utilizar a queima da madeira verde.

Várias espécies poderiam ser utilizadas para a produção da cinza, uma delas era a Maria-pobre (*Dilodendron bipinnatum*). Depois de derrubada a árvore, o caule era cortado em formato de lenha, aproximadamente 1,5m de comprimento. Em seguida, os pedaços de caule, ainda verdes, eram colocados uns sobre os outros, e este monte de madeira era chamado de caieira. Eram colocados galhos ou palhas de secas para iniciar o fogo na madeira verde. Depois que o fogo se espalhava, a madeira queimava por dias, algumas vezes até uma semana e estavam prontas as cinzas.

Para obter a dicuada da cinza, era preciso processar a cinza no barrilheiro, uma forma simples, mas eficiente, para fazer sua filtragem. O barrilheiro consistia em enterrar no solo, de maneira circular, três estacas de madeira, a 1,5m do solo. Na parte superior, era feito um arco com o cipó preso nas três estacas. Ao redor do cipó, eram dependurados ganchos, cortados de pequenas árvores próximas. Na parte superior, os ganchos estavam presos no arco feito de cipós. Na parte inferior, todas as pontas dos cipós eram amarradas umas nas outras. O resultado era como se fosse um cone invertido, dependurado nos cipós presos às estacas.

O interior desse cone era forrado com folhas de bananeiras e ali se colocava a cinza, com um pouco de água, que ficava de molho por uma semana. Após esse período, era colocado um recipiente (balde ou bacia) debaixo do barrilheiro e se adicionava uma quantidade maior de água no cone cheio de cinzas. O líquido avermelhado que saía era a dicuada, base da produção do sabão caseiro.

Esse tipo de atividade não é mais comum na região, mas, nas entrevistas realizadas, é possível identificar que esses conhecimentos ainda estão internalizados. Para Marcel Jollivet, “no agricultor familiar há um camponês adormecido” e, para Wanderley (2009), este continua bem acordado. Não há uma ruptura total e definitiva das formas anteriores, restando ainda uma tradição camponesa nos agricultores familiares. Algumas formas de vida não encontram mais espaço, mas isso não significa desaparecimento da cultura camponesa, que foi apenas adaptada à realidade social de cada indivíduo.

No passado, no ano em que a produção fosse boa, o camponês teria um ano com relativa tranquilidade pelo próximo ano. Caso a produção não fosse boa, era necessário conseguir trabalho em alguma fazenda para conseguir sobreviver até a próxima colheita. A base de sua alimentação era produzida na sua roça. Os agregados geralmente criavam galinhas, poucos criavam porcos, e nenhum criava gado bovino, pois não possuíam terras e pastagens. Esse era um elemento que diferenciava os camponeses agregados dos pequenos proprietários. A posse de um rebanho bovino era símbolo de prestígio nessas comunidades rurais.

A carne de gado era muito apreciada, e os agregados, quando podiam, compravam uma parte de algum animal abatido para consumo pelos pequenos proprietários do local. A carne de porco era conseguida por meio de compra ou da engorda de algum animal comprado nas vizinhanças. A carne mais acessível era de galinhas e frangos, que eram criados livremente nos quintais.

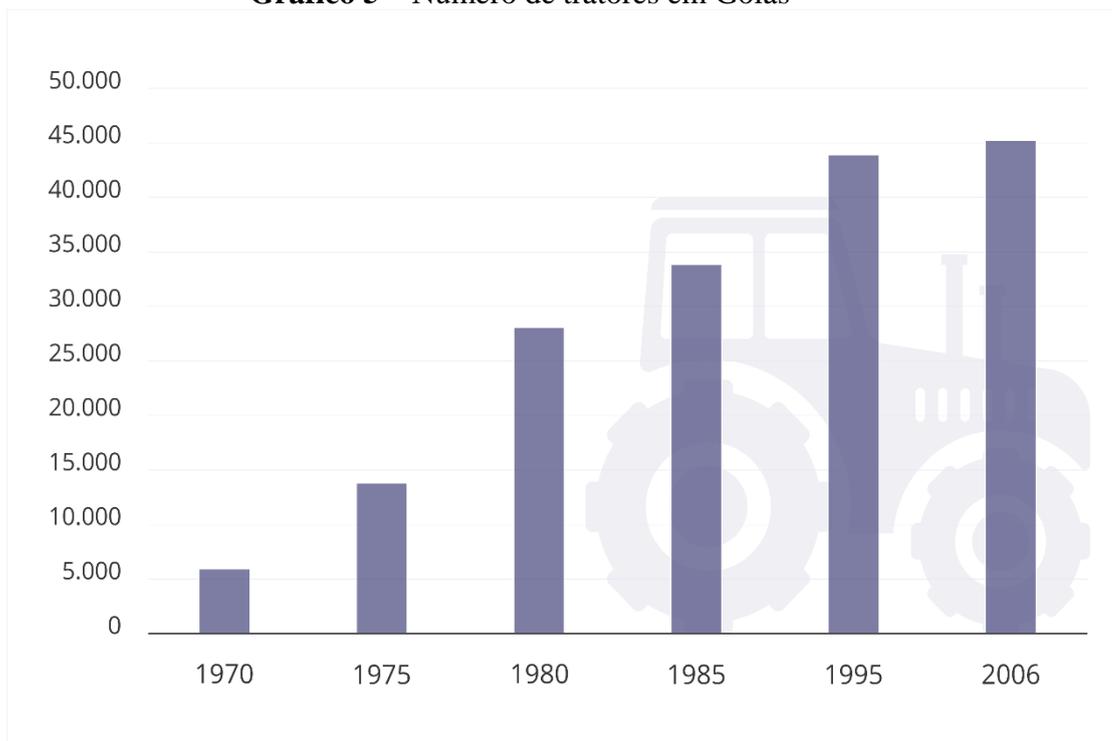
Uma alternativa para melhorar a dieta era a prática da caça de animais silvestres, como capivaras, pacas, veados, antas, tatus, entre outros. A caça também tinha outra função, que era proteger os roçados dos predadores. A pesca era comum nos rios e córregos da região, os quais, nos anos de 1960, ainda possuíam peixes em relativa abundância. Cândido (1975) afirma que, para o caipira, a caça e a pesca não são apenas uma atividade recreativa, mas um elemento de sobrevivência.

[...] Ora, não devemos confundir os casos de profissionalização, ou extremada paixão venatória, com a caça individual, modesta, praticada como rotina, ligada à coleta, que se define como elemento normal da construção da dieta. É ela que caracteriza o roceiro comum e, portanto, interessa na presente discussão. Desejo aqui sugerir que o caipira básico – por assim dizer – passava normalmente da enxada e do machado para anzol ou espingarda; da foice para o visgo, a arapuça, a zagaia, o mundéu, como quem circula na mesma atmosfera contínua de luta pela vida (CÂNDIDO, 1975, p. 175).

A organização social do Monte Alegre-Pindaíbas configura-se como o termo definido por Borges (2016): a fazenda-roça goiana. Este termo identifica a forma principal de organização da sociedade goiana por um longo período. Desde o declínio da mineração, as atividades agropastoris foram se desenvolvendo. A criação de gado nas terras, de forma extensiva, associada a uma agricultura de subsistência, prevaleceu até as primeiras décadas de 1920. Essa produção agrícola tinha um triplo papel: fornecer alimentos para os próprios roceiros para as fazendas criadoras de gado e para os núcleos urbanos.

Ao enunciar o termo Fazenda-roça goiana como uma proposta conceitual, é preciso atentar para o fato de que esse traduz uma organização espacial que representa, de fato, um período histórico de Goiás, o qual resultou de processos que cruzaram economia, política e cultura, demonstrando uma forma peculiar da realidade espaço-temporal e da existência do sertanejo goiano. O termo está relacionado ao comportamento linguístico particular desse povo que, ao se reportar à fazenda, designa-a como roça. Assim, o rural é conhecido e verbalizado como roça. A palavra roça tem uma ligação intrínseca com o sertanejo, no qual estão envolvidos o trabalho, a plantação, a forte ligação com a terra; elementos que simbolizam a organização espacial de Goiás da época (BORGES, 2016, p. 35).

A expansão do plantio de pastagens para a criação de gado nas terras que os lavradores praticavam seus roçados foi limitando a disponibilidade de terras para a prática da agricultura. Desta forma, o modo de vida ligado às roças de “toco” foi sendo abandonado, não pela iniciativa dos seus atores, mas pela ação das várias forças disruptivas provocadas pela industrialização da agricultura. A mecanização crescente de grandes áreas foi comum em grande parte da área central do Brasil. Em Goiás, o uso de tratores cresceu expressivamente desde os anos de 1970 (Gráfico 5). Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o número de tratores saltou de 5.692 unidades no ano de 1970 para 43.313 unidades em 1995.

**Gráfico 5 – Número de tratores em Goiás**

Fonte: Censo agropecuário 2006, organizado pelo autor.

No município de Rio Verde, de 1970 a 2010, a população rural diminuiu 55,2%, enquanto a população urbana cresceu 507,3%. A mecanização e novas técnicas produtivas não necessitavam mais da mão de obra do lavrador despossuído de terras, e os proprietários, desinteressados desse trabalhador, recorriam a variados motivos para expulsar os antigos moradores de suas terras. Ferreira e Filho (2003), ao entrevistarem um produtor rural do sudoeste de Goiás, identificaram que a igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e o rural foi usada como um dos motivos para mandar embora o camponês que trabalhava em regime de parceria nas lavouras de subsistência.

A respeito dessa situação, observa-se, em algumas entrevistas realizadas, seguinte posição do produtor rural: “Eu fui obrigado a mandar estas pessoas embora da fazenda, pois caso contrário poderia perder um pedaço da minha terra, já que eles (os parceiros, ocupantes) podiam requerer a usucapião. O grande culpado desta situação é o Governo, já que ele permitiu que o empregado rural tivesse os mesmos direitos que o empregado urbano, sem no entanto, olhar para as especificidades do trabalho rural” (FERREIRA; FILHO, 2003, p. 110).

Os que ficaram no campo – e que não possuíam um pedaço de terra para chamar de seu – tiveram que trocar suas roças por atividades bem mais especializadas. O camponês deixou de ser roceiro para se tornar vaqueiro, tirador de leite, tratorista, caseiro, trabalhador de

empreitadas e outras atividades. Muitas formas de solidariedade, costumes e formas de viver não resistiram aos avanços da forma de trabalho assalariado.

### **3.3 O campesinato e a agricultura familiar**

Segundo Wanderley (2003), as características das sociedades camponesas podem ser entendidas a partir de duas dimensões distintas. Uma forma de abordagem é considerar a unidade de produção gerida pela família, e a outra é partir dos elementos culturais que, apesar de marcantes, não significam ausência de laços de integração em relação aos vínculos mercantis. Nesta perspectiva, é simplório considerar que o campesinato saiu de uma situação de relativo isolamento social e de exclusão do mercado para outra de integração econômica e social.

É de se considerar, em termos latino-americanos gerais, que, diante de condições equivalentes, muitos atores sociais adotam modos de agir condizentes com o que lhes impõe o que é hegemônico, sem, no entanto, abandonar um estilo de vida singularizado pela cultura, diga-se, rústica. Por outro lado, é igualmente possível demonstrar que essas populações não foram ou são somente agentes passivos, transfigurados por forças externas. Eles se debateram com essas últimas, definindo dinâmicas próprias que interferiram no redimensionamento da vida social.

O campesinato não é um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. O que diferencia esse conjunto de produtores não é a questão da integração ou da ausência dela ao mercado, mas questões culturais ligadas a um tipo específico de sociedade. A relação da família na produção, os saberes e a visão de mundo constituem elementos chaves para a compreensão dessa classificação.

As mudanças profundas que ocorreram no campo brasileiro, nas últimas cinco décadas, impactaram diretamente as concepções teóricas de classificação dos moradores do rural. De um lado, há aqueles que afirmam que o campesinato estava condenado ao desaparecimento. Outros, contudo, defendem que houve uma transformação do camponês tradicional para o agricultor moderno. No entanto, as duas afirmações anteriores parecem não contemplar a complexidade das relações existentes no campo, deixando de perceber pontos de rupturas e elementos de continuidade nessas categorias sociais.

Para Wanderley (2009), a emergência de novos momentos políticos e a criação do Pronaf favoreceram a conceituação de agricultura familiar em detrimento do conceito de

camponês. Nesta perspectiva, o agricultor familiar seria aquele capaz de se adaptar às modernas exigências do mercado, em oposição aos “pequenos produtores”, incapazes de assimilar as mudanças. Esse conceito foi influenciado pelas políticas europeias da Política Agrícola Comum (PAC), que definiram como modelo de estabelecimento agrícola o familiar, composto por duas unidades de trabalho, em geral, o casal familiar.

O Decreto nº 1.946, de junho de 1996, que criou o Pronaf, e a Lei nº 11.326, de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, definem a perspectiva legal do conceito de agricultor familiar. A agricultura familiar é uma categoria social recente, mas abrangente, pois inclui conceitos genéricos e incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, assim como foi o campesinato algumas décadas atrás.

A agricultura familiar que se reproduz na sociedade atual deve se adaptar a um contexto socioeconômico próprio, que obriga modificações importantes na forma de produzir e em suas vidas sociais tradicionais. Algumas questões ajudam a entender a nova realidade da agricultura familiar sem, necessariamente, esconder os elementos camponeses. A primeira questão é entender que a integração ao mercado não leva, necessariamente, ao desaparecimento da produção para o autoconsumo e a subsistência familiar. Outra questão se refere à indivisibilidade do rendimento, como afirma Chayanov. Na atualidade, as famílias podem separar rendimentos para proporcionar o funcionamento da propriedade. Assim, esses recursos podem ser utilizados para o pagamento de insumos, máquinas, juros bancários e, eventualmente, da renda da terra e do trabalho assalariado complementar.

Duas outras questões estão relacionadas ao trabalho. Uma diz respeito à profissão do camponês, ou melhor, à sua “falta de profissão”. A ausência de uma especialidade profissional não significa desconhecimento do mundo do trabalho que o cerca. Esse ator consegue cultivar uma variedade enorme de plantas e manejar animais, além de conseguir realizar uma quantidade enorme de trabalhos relacionados à manutenção da sua área de cultivo, sítio ou propriedade. A construção de cercas, cordas, habitações e móveis é exemplo de conhecimentos que o camponês domina. Já na concepção moderna de agricultor, este deve dominar técnicas e conhecimentos científicos, muitas vezes adquiridos junto a instituições educacionais, além do serviço de profissionais especializados, como agrônomos, técnicos agropecuários, veterinários, contadores e outros.

Para Wanderley (2009), a pluriatividade é uma questão complexa e pode ser entendida como o primeiro passo para o processo de urbanização dos indivíduos. Todavia, há diferenças

significativas em relação a quem a exerce. Se for o filho adulto, a renda pode não ser utilizada na propriedade, significando uma futura independência e saída do círculo familiar. Quando a esposa trabalha, pode significar a independência da mulher, mas essa renda pode ser utilizada ou não na produção. A forma mais efetiva de reprodução e permanência do modelo familiar é quando o chefe do estabelecimento exerce atividade pluriativa.

A este respeito, julgo muito importante distinguir o significado da pluriatividade exercida pelos diversos membros da família. Com efeito, o trabalho externo do chefe do estabelecimento é a base da verdadeira pluriatividade. Um estabelecimento familiar é pluriativo se o seu chefe trabalha fora. Isto ocorre porque seu desempenho lhe assegura um tempo livre ou quando ocorre o contrário, o estabelecimento não é capaz de absorver plenamente sua força de trabalho (WANDERLEY, 2009, p. 193).

Certamente, a genérica categoria agricultura familiar compreende aqueles que possuem tradições, conhecimentos, estrutura familiar, relações com a terra, com os animais e com as plantas, próximos aos camponeses de outrora. Os desafios que afligiam o antigo camponês ainda estão presentes para grande parte dos pequenos proprietários de hoje. Esses desafios materializam-se, principalmente, na dificuldade de manter uma terra para ser chamada de sua, além de criar formas de produção que garantam renda para si e, para a sua família, além de garantir a sua própria reprodução.

O conceito de economia camponesa, utilizado por Chayanov para se referir à realidade do campesinato russo do final do século XIX e início do século XX, fornece diversos elementos que contribuem para mostrar características úteis para a identificação do campesinato brasileiro. Um dos pontos centrais das análises de Chayanov é que, a partir do trabalho familiar, a produção ocorre, mas sem as noções capitalistas de salário e lucro. A produção visa a satisfazer as necessidades da família, e, se estas estão satisfeitas, não há aumento da produção, buscando a acumulação de capitais.

Os termos camponês e o campesinato brasileiro, nas palavras de Martins (1990), importados para o Brasil como elementos unificadores das lutas dos trabalhadores rurais do campo. Variados grupos receberam a denominação de camponeses. Em Goiás, a denominação de caipira era também utilizada e incluía moradores do campo, lavradores, meeiros, posseiros e até mesmo pequenos proprietários. Contudo, essas pessoas quase sempre possuíam vínculos familiares de vizinhança, participavam do mesmo mundo do trabalho, das mesmas festas, além de terem baixa escolaridade formal e valores morais e religiosos semelhantes.

Com as mudanças provocadas pela industrialização na agricultura, a partir dos anos de 1960, foi possível identificar processos de descampenização atingindo de maneira intensa a

realidade rural e o sul do estado, onde estão localizados o município de Rio Verde e outros grandes produtores de grãos da atualidade. Muitos dos que não possuíam terras nessa etapa da agricultura foram expulsos. Wanderley (2009) faz afirmação semelhante: “A modernização sobre a égide da terra expulsou a maioria dos trabalhadores não-proprietários de suas terras”. Neste contexto, uma das principais alternativas para essas pessoas era a migração para a cidade.

Ao mesmo tempo em que ocorria o intenso êxodo rural, outros processos continuavam ocorrendo e atingindo algumas vezes as próprias fazendas, pois já não era mais possível “instalar” novas propriedades. Desta forma, descendentes empobrecidos de antigos fazendeiros, após sucessivas gerações, herdavam porções de terras cada vez menores. Assim, ocorreu uma aproximação sociocultural destes com os antigos camponeses, resultando no processo de campenização, que atingiu muitos desses pequenos proprietários.

A recampenização, apesar de pouco significativa no município, está representada pela criação de nove assentamentos no município. Entre 1997 e 2002, foram assentadas, aproximadamente, 377 famílias. Essas pessoas puderam voltar à terra e recriar formas de sobrevivência pessoal e familiar ligadas ao uso da terra, mesmo num lugar diferente da sua origem.

### **3.3.1 O pequeno agricultor no município: existência através da agricultura familiar**

Os pequenos agricultores do município de Rio Verde possuem diversas origens sociais, como de antigos fazendeiros que, por sucessivos processos de partilha das terras, foram transformando seus herdeiros em pequenos proprietários. Um dos entrevistados com quem tivemos a oportunidade de conversar, antes do impedimento da pandemia da Covid-19, afirmou que alguns vizinhos seus descendiam de um grande fazendeiro. Após sucessivas partilhas, empobreceram, podendo, agora, serem considerados pequenos agricultores. Há sitiantes que, por motivos de casamento ou mesmo compra, conseguiram acessar e manter as pequenas parcelas de terras. A distinção proposta por Cândido (1975) ainda pode ser útil para o entendimento das diferenças entre esses tipos, contudo, o termo *sítio* não é comum no município.

O dono de terras será sitiante ou fazendeiro, conforme empregue ou não mão de obra estranha à família. É difícil dizer mais que isto, embora em princípio a designação distinga a importância e a extensão da propriedade. Todavia, é costume em várias regiões do Estado chamar *sítio* a qualquer propriedade rural, grande ou pequena (CÂNDIDO, 1975, p. 59).

Há pessoas que já viviam nas cidades e, em razão do programa de distribuição de terras pela reforma agrária, conseguiram ter acesso a elas. Outra forma pela qual o campesinato ainda se manifesta é por meio de arrendamentos ou mesmo cessão de pequenas áreas para o cultivo de plantas e criação de animais. Outros tipos de camponeses são raros, como por exemplo, os agregados mas, ainda foi possível encontrar entre os entrevistados esse tipo de relação social no rural do município.

Chama-se *transitório* o morador que, não tendo títulos legais, pode a cada momento perder a terra onde mora. As origens da sua fixação podem ser muitas; em nossa formação, destaca-se o foragido das autoridades, por infrações quaisquer, e, por isso mesmo, interessado em se isolar. O agregado, como se sabe, distingue-se do posseiro porque tem permissão do proprietário para morar e lavrar a terra, sem qualquer paga, salvo alguma prestação eventual de serviço. O posseiro não tem permissão e frequentemente ignora a situação legal da terra que ocupa: pode ser terra sem proprietário, pode ser terra com proprietário, pode ser terra que virá a ter proprietário (CÂNDIDO, 1975, p. 59).

Para os entrevistados que vivem no campo, há uma preocupação em relação aos baixos rendimentos das atividades agrícolas que desenvolvem. A alternativa é quase sempre buscar trabalho em outras propriedades ou a prestação de outro tipo de serviço, como pedreiros, serviços domésticos (geralmente as mulheres), vaqueiros e caseiros. O trabalho da esposa de um dos entrevistados como auxiliar de serviços gerais na escola próxima, como forma de complementar a renda familiar, é um exemplo dessa situação.

Desde os anos de 1990, os pequenos agricultores passaram a ser classificados como agricultores familiares. Assim como nos anos de 1950 e 1960 o uso do termo camponês servia para abarcar todo um conjunto de populações do meio rural, a partir da criação de políticas públicas, como o Pronaf, o termo agricultura familiar passou a englobar também um conjunto muito heterogêneo de pequenos agricultores, pequenos proprietários e assentados.

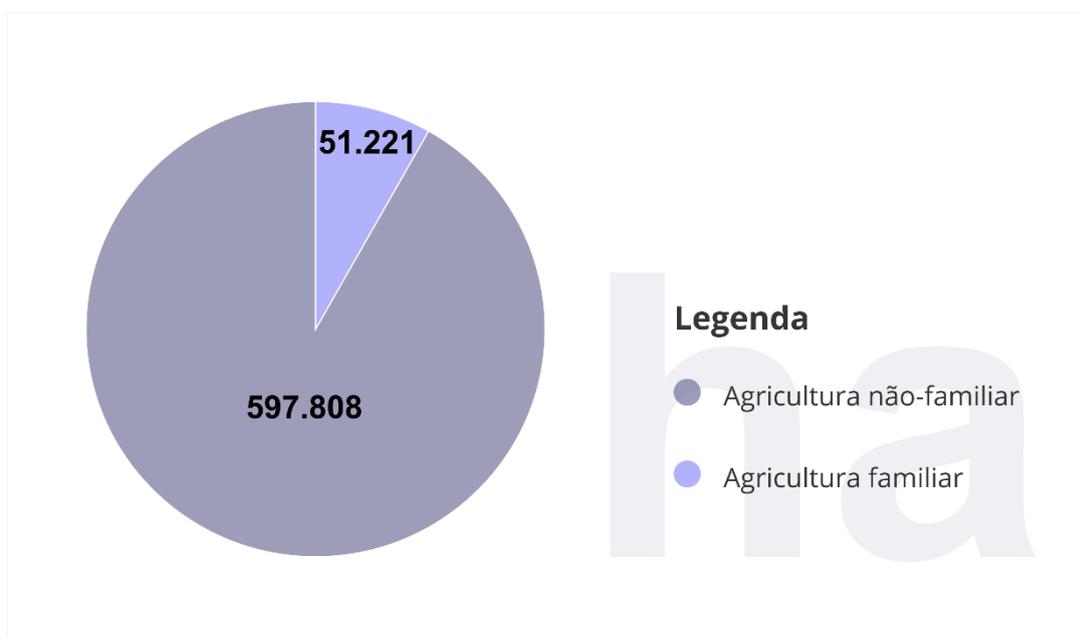
Nesse período, houve no município tentativas do poder público municipal e da EMATER em apoiar associações de produtores para facilitar o acesso a técnicas e créditos disponíveis para a nova categoria que surgia. De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura de Rio Verde, surgiram 18 associações ligadas à agricultura familiar. Passados mais de 20 anos dessa iniciativa, apenas uma associação está ativa com a documentação regular. Os problemas foram vários, desde a falta de uma cultura associativista até o estranhamento com as novas técnicas e as exigências para ampliar a produção.

A questão da produção do leite é representativa das dificuldades enfrentadas por esse grupo. Para se manter na atividade, foi exigida a utilização de resfriadores para conservar o

leite, e não mais o envio diário para a cidade em tambores. Os valores elevados do investimento desanimaram alguns que, praticamente, saíram da atividade. Os que investiram em resfriadores e ordenhas acabaram se endividando e, posteriormente, enfrentaram dificuldades para saldar os investimentos devido às oscilações do preço do leite.

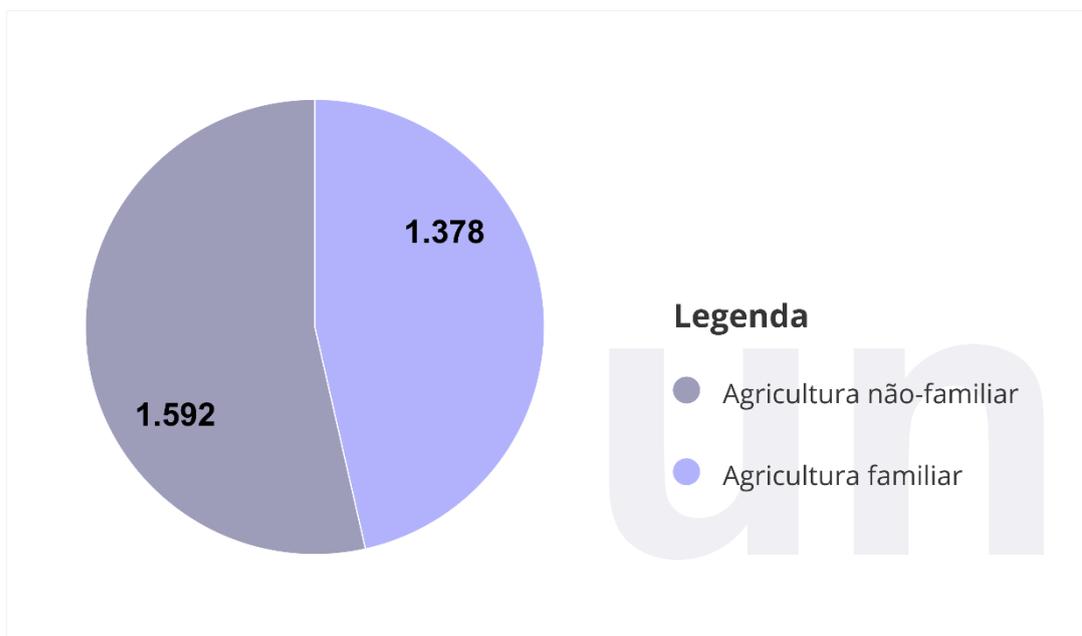
As formas ligadas ao modelo produtivista não podem ser alternativa para muitos dos chamados agricultores familiares. A quantidade de terra de que dispõem é pequena quando comparada à agricultura não familiar. No município, dos 649.030 hectares de terras agricultáveis (Gráfico 6), apenas 51.221 estão sob controle de agricultores familiares. Insistir no modelo da agricultura convencional é condená-los a enormes dificuldades, pois certamente, não atingirão a escala de produção que garanta rendimentos suficientes para a sua sobrevivência.

**Gráfico 6** – Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares) – Rio Verde (GO)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017

Apesar das muitas dificuldades para se desenvolverem atividades rentáveis na agricultura familiar, é necessário destacar o número expressivo de estabelecimentos agropecuários classificados como familiares. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, dos 2.970 estabelecimentos agropecuários identificados no município (Gráfico 7), 1.592 são de agricultura familiar. Esse número de propriedades ligadas às atividades de agricultura familiar demonstra que, apesar de todos os processos desestruturadores, eles ainda estão lá, no campo.

**Gráfico 7 – Estabelecimentos agropecuários (unidades) – Rio Verde (GO)**

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017

### 3.4 A atualidade dos pequenos agricultores no município de Rio Verde (GO)

Nas entrevistas realizadas, foram questionados elementos ligados a seus costumes, suas trajetórias de vida pessoal e familiar, o que produzem, para quem vendem a produção, como se identificam e como percebem a realidade rural. Também se buscou identificar a relação com a terra onde moram, seja por meio de títulos regulares, posse ou ocupação, e entender como processos de campesinização, descampesinização e recampesinização estiveram ou estão presentes na vida desses pequenos produtores. Na sequência, estão transcritas as quatro entrevistas realizadas de forma presencial, antes da pandemia de 2020 e, a entrevista feita por telefone.

O entrevistado I é um agricultor com 71 anos de idade, que mora com sua esposa na “Fazenda Talhada”, próximo ao córrego Irara, distante cerca de 60 km da cidade de Rio Verde. Sua propriedade de 64 ha hoje possui uma horta e pomar para consumo próprio. Comprou a propriedade em 1987 e, atualmente, a principal atividade está relacionada à criação de gado bovino de corte. Entretanto, isso não impede a produção de uma pequena quantidade de leite, que é utilizada para produzir queijos comercializados na cidade. Segundo ele, é a atividade que utiliza menos mão de obra, pois sua idade não permite mais atividades muito trabalhosas.

Apesar de ser proprietário da área há mais de três décadas, mora nesse local há apenas 13 anos, tendo, antes disso, uma vida ligada ao urbano. Oriundo do sul de Minas, morou por

um breve período em Goiânia, antes de se estabelecer em Rio Verde, no ano de 1964. Trabalhou em atividades diversas, estudou e conseguiu montar uma autoescola para condutores de automóveis. Neste período, casou-se e nasceram seus dois filhos. A atividade na autoescola possibilitou adquirir a propriedade nos anos de 1980. A intenção inicial era que esta fosse uma reserva financeira para quando os filhos fossem estudar. Mas, como a esposa trabalhava como servidora pública, conseguiu apoiar financeiramente os dois filhos no curso de Medicina da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Como a propriedade não precisou ser vendida, e o entrevistado se aposentou em 2004, finalmente retornou ao campo, onde passou sua infância até os 20 anos. Seus pais nasceram e viveram em fazendas. O pai foi meeiro, agregado e até professor rural; a mãe, dona de casa, mas ligada à vida rural, sempre esteve ao lado do marido. Depois de tantos anos de vida urbana e um diploma de Licenciatura em Estudos Sociais, voltar ao rural e cuidar da propriedade era desafiador. Entretanto, o entrevistado I buscou se adaptar à nova realidade. Filiou-se à Associação dos Pequenos Produtores Rurais de São João Talhada, sendo, posteriormente, seu presidente e se tornou cooperado da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO).

Obteve a Declaração de Aptidão (DAP) para conseguir financiamento via Pronaf e, conseguiu financiar a aquisição de vacas leiteiras para desenvolver a produção de leite. Infelizmente, a atividade apresentou baixa rentabilidade, e o foco da produção foi modificado para o gado de corte. Apesar dos contratempos, o entrevistado saldou os financiamentos do Pronaf e, desde 2012, não acessa mais a política pública. Atualmente, da propriedade, com a criação de gado de corte e, da venda de queijos artesanais feitos pela sua esposa, consegue uma rentabilidade média de R\$ 3.000,00 ao mês.

A esposa do entrevistado, aposentada pelo serviço público, não encontrou grandes dificuldades para se adaptar à realidade da vida rural, pois, do seu nascimento até os 12 anos, morou numa chácara próxima à cidade, que pertencia a seu pai. Para prosseguir seus estudos, transferiu-se definitivamente para a cidade, formou-se em Pedagogia, prestou concurso e tornou-se servidora pública até a sua aposentadoria.

Ambos os entrevistados se declararam católicos, afirmando que é realizado um terço todo mês nas residências dos vizinhos. Apesar de não considerarem os vizinhos solidários nas questões do trabalho, possuem relações de amizade com cerca de 20 deles, num raio aproximado de 5 km. O entrevistado afirma que a maioria dos que moram ali recebeu terras do avô, que era grande proprietário, mas que, após sucessivas gerações, passou por um agudo

processo de empobrecimento. Desta forma, muitos acabaram vendendo as próprias propriedades ou as mantiveram, mas mudaram-se para a cidade em busca de escolaridade e de empregos.

Na visão do entrevistado I, a pequena produção precisa estar ligada a uma associação ou cooperativa como forma de sobrevivência. Aqueles que não buscarem assistência técnica adequada não conseguirão rendas mínimas e, conseqüentemente, terão que abandonar o campo.

O entrevistado II tem 58 anos, mora na margem esquerda do Rio Monte Alegre, a uma distância de, aproximadamente, 70 km da cidade de Rio Verde. É divorciado, pai de um filho, que na época estava morando com ele e estudando na escola rural Monte Alegre. Nasceu próximo à Serra do Cargueiro (serra situada na margem direita do rio Monte Alegre) e sempre morou nas vizinhanças. Coursou até o 3º ano do antigo primário (3º ano do Ensino Fundamental) na Escola Monte Alegre. Professa o catolicismo e adora ajudar nos preparativos e participar da festa de São João. Seus pais tiveram 10 filhos. Na atualidade, apenas ele e um irmão continuam morando no rural.

Seu pai nasceu no município de Rio Verde, cujos pais são oriundos da Bahia. A mãe também descende de imigrantes baianos que vivem na região há mais de 90 anos e, hoje, está com 94 anos e reside na cidade de Rio Verde. O pai morou desde a década de 1960 até a sua morte em uma só fazenda. Nessa propriedade, ele arrendava o mato, tocava roças e pagava 20% do que colhia.

Quando se casou, em 2009, o entrevistado II mudou para uma “fazenda” de 62 ha, de uma comadre, que lhe permitiu construir uma casa e cercar um quintal. Sua renda vem de serviços prestados na vizinhança, e o valor mensal arrecadado com as diárias é de, aproximadamente, R\$1.500,00. Sua renda é complementada com os produtos de uma pequena roça que cultiva na propriedade de um vizinho. A relação de trabalho assemelha-se ao que Cândido (1975, p. 107) define como parceria, que é “uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com o direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro”, sendo que, após o fim da colheita, os produtos são repartidos.

Ele tem à sua disposição “6 litros de chão” (correspondendo a 0,363 ha). O litro é uma antiga medida de área usada no meio rural de Goiás, e 80 litros de chão correspondem a 48.400m<sup>2</sup>. Nessa área, cultiva amendoim, milho, arroz, feijão, quiabo e moranga. Não usa venenos, adubos industrializados e nem máquinas no cultivo. Os modos de cultivar e colher são bastante rudimentares, utilizando ferramentas, equipamentos manuais como mostrado na Foto 4, em que está retratada a colheita de sua roça de arroz, realizada em abril de 2021.

**Fotografia 4** – Colheita manual de arroz safra 2021 no Monte Alegre – Rio Verde (GO)



Fonte: Foto gentilmente cedida por um morador do Monte Alegre-Pindaíbas

O entrevistado II não é filiado a sindicato, não faz parte de associações de pequenos produtores e não é cooperado. Nunca acessou o Pronaf ou outro tipo de financiamento destinado à agricultura familiar. Ele adora ouvir rádios, tem internet na sua casa e possui telefone celular com WhatsApp.

Quando questionado sobre o passado e o futuro, afirmou: “Hoje, a comunicação e o transporte estão fáceis. A juventude de hoje não verá muitas coisas que nós vimos. Hoje não se passeia na casa dos outros”. Outra afirmação sua é que “a agricultura acredita demais nos venenos”.

O entrevistado III, ou melhor, os entrevistados III são moradores do sítio Nossa Senhora Aparecida. Ele tem 71, ela 66, são casados há quase 50 anos e têm três filhos. Ambos nasceram e cresceram na região do Cabeleira. Ele nasceu na sede velha da antiga fazenda de sua avó, que foi dividida várias vezes, possibilitando que os entrevistados adquirissem seus 3,6767 ha por herança e pela compra de direitos de outros herdeiros. Ela nasceu em Rio Verde, mas foi criada na própria região do Cabeleira, pois sua família sempre viveu em fazendas na localidade. Dos três filhos, apenas um mora com os pais, e os outros dois moram na cidade. Entretanto, um dos que mora na cidade sempre ajuda, nos fins de semana, nas atividades da propriedade.

**Fotografia 5 - Casa dos entrevistados III**

Fonte: trabalho de campo; fotografia: Emival Ribeiro (2018).

O casal, apesar de ser originário do campo, passou por muitas mudanças na vida, até que, em 2005, se fixou no sítio. Realizou cerca de 25 mudanças entre fazendas e a cidade de Rio Verde e morou cerca de 30 anos em Rio Verde, dos quais por 12 anos o entrevistado III trabalhou e foi dono de uma borracharia. A entrevistada III, no período em que morou na cidade, trabalhou como cabeleireira e manicure. O entrevistado conseguiu se aposentar e, ao mesmo tempo, recebeu uma parte, junto com quatro irmãos e três irmãs, das terras do pai, que, por sua vez, junto com outros nove irmãos, havia recebido uma parte da antiga fazenda da avó.

No sítio, a entrevistada é quem cuida dos animais (porcos e galinhas) e da horta. O filho a ajuda com as 18 vacas, que produzem o leite do qual são feitos queijos e requeijões. Há ainda o plantio de mandioca, da qual fazem o polvilho, e da cana-de-açúcar, da qual produzem rapaduras. Quando conseguem matérias-primas, ainda produzem geleias. As mercadorias são vendidas na cidade de Rio Verde, o que proporciona uma renda mensal à família de aproximadamente R\$1.000,00.

O casal estudou pouco. Ambos cursaram apenas o 2º ano do primário. Segundo o entrevistado, ele aprendeu a lidar no campo com o pai. A entrevistada III ficou órfã cedo, teve que aprender trabalhos domésticos com parentes e ajudou a cuidar dos irmãos. Atualmente, para complementar a renda familiar, ajuda a cuidar de algumas casas nas vizinhanças de proprietários que só vêm ao local aos finais de semana. Também faz faxina nas casas, trata de porcos e galinhas e coloca sal nos cochos para o gado.

Os entrevistados professam o catolicismo. Há uma igreja na região na qual se realizava uma festa do Divino Pai Eterno. Eles sentem falta das procissões, novenas e festas religiosas que havia no passado. A relação com os vizinhos é amistosa, mas a vizinhança, hoje, é muito diferente, pois muitos moram nas cidades e vêm apenas nos finais de semana.

Apontaram as dificuldades do passado, principalmente a questão do trabalho duro e braçal, mas estão preocupados com o futuro. “O futuro será complicado, estão desmatando tudo. Aqui próximo tem 600 alqueires, só roça, arrendados para a cana-de-açúcar”. Outra afirmação é a preocupação com a água. “Não teremos água para beber, pois, o povo está desmatando, só pensa em plantar cana-de-açúcar e eucalipto”.

O entrevistado IV, de 43 anos, dono de uma área de 10,82 ha na região do Rio Cabeleira, denominada “Fazenda Cabeleira”, é divorciado, pai de cinco filhos, mas nenhum mora no rural. Voltou a morar com os pais depois do divórcio. A antiga fazenda dos pais foi doada para o entrevistado IV e para seus irmãos. Cultiva cana-de-açúcar na sua propriedade e produz rapaduras, de vários sabores, como batata-doce, mamão, amendoim e castanha baru, que são vendidas em vários supermercados e mercearias da cidade de Rio Verde. Ainda não conseguiu realizar vendas para o PNAE.

Na sua propriedade, desde maio de 2018, mora um casal que está trabalhando em forma de parceria na produção da rapadura. Possui uma horta e um pequeno pomar para o consumo doméstico e não cria animais lá, exceto uma égua. Recentemente, plantou mudas de baru para melhorar o valor das suas rapaduras.

Participa da Associação Regional dos Produtores Rurais do Vale do Cabeleira e Adjacências e foi seu presidente. É filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Verde e cooperado na Cooperativa Mista Dos Agricultores Familiares Economia Solidária e Produção Agroecológica de Rio Verde e Região (Coopaf). Acessou várias vezes o Pronaf, mas está inadimplente com o programa há mais de 10 anos, o que lhe impede a abertura de novos créditos.

A escolaridade do entrevistado IV foi até o 4º ano primário. Aprendeu a trabalhar na

fazenda com os pais, que sempre moraram lá. Considera-se católico, mas não praticante. Tem bom relacionamento com os vizinhos, pois, segundo afirma, a maioria é formada por parentes. Todavia, não recebe ajuda destes no trabalho, apenas de seu pai. Destaca que não há mais mutirões como ocorria no passado, em que todos ajudavam uns aos outros.

Em relação à sociedade atual, afirma que não há mais respeito para com os pais, e muitos costumes estão desaparecendo, como pedir a “bênção”. “A geração atual é dependente de máquinas, os pais perderam a autoridade, e não há mais respeito com os professores”. Percebe que os agricultores que não buscarem parcerias com instituições de pesquisa e extensão rural não conseguirão sobreviver. Indica que a falta de escolas no campo contribuiu para afastar as crianças do próprio campo, pois, em sua maioria, são transportadas para as cidades e depois perdem a identificação com o rural.

O entrevistado V tem 48 anos e mora numa propriedade de 65 ha, denominada de Fazenda Pindaíbas, distante a 77 km de Rio Verde. Essas terras pertencem à sua mãe e lhe foram cedidas para que pudesse viver ali com a sua esposa. A posse das terras pela família foi resultado de herança e de compras. Ele e a esposa têm três filhas, sendo uma adolescente, uma criança e uma bebê recém-nascida. Usa a propriedade para criar gado bovino e também um cavalo, que é usado para manejar o gado. No quintal da casa, tem pomar e horta, cujos produtos são usados para o consumo familiar. Cria galinhas e, eventualmente, vende ovos e frangos.

Ele trabalha na propriedade, sem empregados ou outros trabalhadores, mas afirma que a filha mais velha ou a esposa, eventualmente, o ajudam em algum serviço que não consegue realizar sozinho. A mulher cuida dos afazeres domésticos e ainda trabalha com auxiliar de serviços gerais na escola rural próxima, como forma de complementar a renda, pois, nas suas palavras, os “rendimento são poucos”. A reclamação da falta de renda, ou baixa rentabilidade das atividades desenvolvidas na pequena agricultura (pecuária), não é só sua; os outros entrevistados também relataram situação semelhante. A esse respeito, Moreira (2007) afirma que há dificuldades para esses pequenos proprietários ou trabalhadores familiares apropriarem-se dos excedentes sobre forma de lucro ou renda da terra.

A situação do pequeno patrimônio produtivo na ordem capitalista e, em particular, na ordem capitalista contemporânea transnacional desqualifica a propriedade econômica de determinados patrimônios. Isso ocorre nos casos em que os proprietários formais de direito não vivenciam condições de apropriação monetária de excedentes sobre a forma de lucro e renda da terra, como parecem ser os casos em que os proprietários produtivos. Os pequenos e mini empresários, os trabalhadores autônomos e as formas familiares de trabalho, na cidade e no campo, tem sido retratados em pesquisas como setores sociais que operam com lucro e renda da terra de magnitude zero, bem como com altos índices de falências. Economicamente, isso significa que seus instrumentos de trabalho não funcionam como capital e sua terra não é propriedade econômica. Os excedentes gerados nessas instâncias como que se esvaem no ar, refletindo seu quase nulo poder na competição intercapitalista. Seus possíveis excedentes econômicos fluem para esfera de maiores poderes competitivos e, no final a acumulação financeira transnacionalizada (MOREIRA, 2007, p.159).

Esse entrevistado nasceu no meio rural, literalmente, pois sua mãe deu à luz na casa em que moravam, a poucos quilômetros da atual. Seus pais nasceram e sempre moraram nas proximidades. Ele morou pequenos períodos fora da propriedade, estudou em escola rural, atualmente extinta, e depois, por um curto período de tempo, prosseguiu os estudos na cidade de Rio Verde. Aprendeu com o pai como cuidar da propriedade e não recebe nenhum tipo de assistência técnica rural, além de nunca ter acessado os recursos do Pronaf.

Possui laços de parentesco com muitos vizinhos, mas, devido à sua conversão ao protestantismo, não participa mais de festividades na região, pois estas estão ligadas a manifestações religiosas de matriz católica. Nunca foi filiado a sindicato, cooperativa ou associação, gosta de assistir televisão e na sua casa há acesso à internet.

De acordo com suas palavras, “o passado foi um tempo difícil, é o que pessoal conta”. Considera que a situação dos pequenos agricultores/pecuaristas não é muito boa. Relatou “que os grandes estão ocupando o lugar dos pequenos, seja comprando ou arrendando suas áreas”. Gosta muito do lugar, mas afirmou que, se não houvesse a Escola Rural Monte Alegre, para suas filhas, já teria ido embora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos que viveram e/ou vivem no rural brasileiro apresenta uma grande diversidade técnica, formas de produzir, de morar, se divertir, visões de mundo e de relação de posse e uso da terra. Esses podem ter sido invasores, posseiros, lavradores, parceiros, colonos, sertanejos, jagunços, peões, vaqueiros, agregados e pequenos proprietários. Essas classificações, apesar de amplas, talvez ainda não consigam abarcar toda a variedade dos modos de vida desses moradores dos campos brasileiros. Buscar uma definição para cada um desses tipos não foi o objetivo deste trabalho, mas compreender trajetórias das populações rurais estabelecidas em Goiás, precisamente no município de Rio Verde.

Os primeiros a viverem em Goiás foram os povos indígenas, que não resistiram ao contato com os povos de cultura europeia. Foram perdendo sua língua, seus modos de vida e adotaram a cultura dos que chegavam. Contraditoriamente, ao mesmo tempo, muitas formas de sobreviver na mata, de caçar, de pescar, de cultivar, de falar dos indígenas também foram adotadas, principalmente pelos novos moradores que chegavam neste local. Houve forte miscigenação, seja por casamentos ou por relações sexuais consentidas ou forçadas contra as mulheres indígenas. No início do século XIX, essa situação foi descrita por Saint-Hilaire. Nesta época, o elemento negro também passou a contribuir tanto na cultura quanto na própria miscigenação.

As atividades agrícolas de subsistência conviveram com a extração de ouro em Goiás, e, após seu declínio, ainda no século XVIII, a criação de gado bovino começou a se desenvolver de maneira lenta, mas sempre crescente. A alternativa pelo gado se deu pelas dificuldades oriundas da falta de transportes de outros produtos para os principais centros urbanos do país. Assim, o gado, quando vendido, era transportado em boiadas, o que era uma forma menos complicada para acessar os centros consumidores.

No período colonial, passando pelo Império e pelos primeiros anos da República, não houve em Goiás produção agrícola significativa, como a de cana-de-açúcar e de café, voltadas ao mercado externo. A criação extensiva de gado, como atividade econômica viável, sempre necessitou de grandes áreas. O controle das terras era elemento vital para o desenvolvimento da atividade pecuária e controle político, principalmente durante a chamada República Velha. As sesmarias, a Lei de Terras e o controle sobre as terras devolutas pelo poder estadual após a Proclamação da República favoreceram a apropriação e o acúmulo de terras sob o controle de poucos.

No Brasil, não houve uma política efetiva de distribuição de terra para todos os que

desejassem praticar a agricultura. Assim, em muitos momentos históricos importantes, como a Abolição da Escravatura, as lutas camponesas dos anos de 1950 e 1960, o processo de redemocratização nos anos de 1980 e a elaboração da Constituição de 1988, os interesses dos grandes proprietários foram dominantes. A posse da terra continuou sob o controle de poucos. Aqueles que se dedicavam à agricultura de subsistência ficavam subordinados aos donos da terra ou ocupavam áreas distantes e de menor fertilidade.

Dois processos modernizantes impactaram a realidade do estado de Goiás, com reflexos sobre a forma de organizar os campos. Um era de cunho político, associado à construção da estrada de ferro em Goiás, ligando o sul do estado aos principais centros consumidores do país. Como consequência, houve contestação das oligarquias estabelecidas na cidade de Goiás e que controlavam a política estadual. Além disso, presenciou-se a ascensão de um novo grupo político, ligado ao desenvolvimento de atividades econômicas desenvolvidas a partir da estrada de ferro. Uma consequência direta dessa mudança política foi a construção de Goiânia como a nova capital do estado, para simbolizar a modernidade do estado. Este primeiro elemento modernizante provocou efeitos localizados na vida rural.

O outro processo que ocorreu de maneira intensa, a partir da década 1960, foi a industrialização da agricultura, com a utilização de máquinas, insumos agrícolas, utilização de créditos e conhecimentos agrônômicos como forma de alavancar a produção de cereais. Produtos que se destacavam na agricultura camponesa, como o arroz, o feijão e o milho, foram perdendo espaço para outros, como a soja e o próprio milho, agora cultivados sob novas técnicas. A antiga agricultura camponesa não resistiu aos processos modernizantes que se estabeleceram em Goiás e, diretamente no município de Rio Verde.

Esse trabalho também buscou compreender como eram organizados a produção e o trabalho antes dos efeitos modernizantes atingirem seu apogeu e destruírem os modos de vida camponeses. Foi possível fazer uma breve reconstituição do ano agrícola camponês a partir de relatos orais de moradores do local – Monte Alegre-Pindaíbas – e de como os pequenos produtores se socializavam e produziam seus gêneros alimentícios.

A forma de produzir da agricultura moderna exigiu a saída de grandes contingentes populacionais dos campos. Ainda assim, os pequenos produtores que permaneceram foram classificados pelas políticas públicas da década de 1990 como integrantes da agricultura familiar.

Esta pesquisa objetivava entrevistar 20 desses integrantes da agricultura familiar para identificar suas origens, sua cultura e seus modos de vida, contudo, devido ao avanço da

pandemia da Covid-19, a ida ao campo se tornou inviável. A partir de março de 2020, a ida aos locais de moradias no rural tornou-se desaconselhável e, em alguns momentos, até proibida pelas autoridades sanitárias. Antes desse período, foram entrevistados quatro agricultores de forma presencial e, posteriormente, um, a partir de contatos telefônicos. Esses entrevistados foram identificados juntamente com as ex-lideranças de associações de pequenos produtores e assentados no município de Rio Verde (GO), pesquisadores e poder público (Secretaria Municipal de Agricultura). Além desses, foram ouvidos, por telefone, outros moradores e ex-moradores do meio rural do município, principalmente do bairro Monte Alegre-Pindaíbas, para a descrição do ano agrícola camponês.

Apesar dos impedimentos, mas utilizando dados do Censo Agropecuários de 2017, é possível constatar que, no município de Rio Verde, o número de propriedades ligadas à agricultura familiar supera numericamente a agricultura não familiar. A questão é que a quantidade de terras que o agricultor ocupa é relativamente pequena, evidenciando a estrutura agrária extremamente concentradora que, historicamente, oprime esse pequeno agricultor. Mas ele está lá, com seus modos e meios de vida e cultura para serem mais bem desvendados quando for possível, passados esses tempos sombrios.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. 1 reimp. São Paulo: Edusp, 2012.
- ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XV, p. 84-89, jan./dez. 2011.
- BARBOSA, Altair Sales; NETO, Antônio Teixeira; GOMES Horieste. **Geografia: Goiás-Tocantins**. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora da UFG, 2005.
- BARTRA, Armando (Bartra Vergés). **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. Tradução de Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BORGES, Barsanulfo Gomides. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: Cegraf, 1990. (Coleção Documentos Goianos, 19).
- BORGES, Júlio César Pereira. **Fazenda-roça goiana: matriz espacial do território e do sertanejo goiano**. 2016. 195f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- BORGES, Ronan Eustáquio. **No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais**. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro (SP), 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. **Campesinato Goiano**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986. (Coleção Documentos Goianos, 16).
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Organizacional. **Decreto nº 5.949, de 28 de março de 1906**. Reconhece, sob a denominação de Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, a antiga Companhia Estrada de Ferro Alto Tocantins para os fins do respectivo contracto.. 1906. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br). Acesso em: 06 out. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. **Decreto nº 75.320, de 29 de Janeiro de 1975**. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br). Acesso em: 06 out. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. **Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963**. Dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural". Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br). Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 329, de 02 de setembro de 1985**. Disponível em: [Ministério da Saúde \(saude.gov.br\)](http://www.saude.gov.br). Acesso em: 05 out 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-1979. **Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF). Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854**. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 Disponível em: [DIM 1318 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: [L5764 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973**. Aprova o plano nacional de aviação e dá outras providências. Disponível em: [L4829 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: [D1946 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965**. Institucionaliza o crédito rural. Disponível em: [L4829 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [Lei nº 11.326 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Legislação. **Decreto-Lei nº 311 de 02/03/1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. 1938. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/523259/publicacao/15708163>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Senado Federal. Legislação. **Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865**. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/523259/publicacao/15708163>. Acesso em: 06 out. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CAMPOS, Itami Francisco. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1983.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 3. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. 4ª reimpr. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CASTRO, Hebe Maria Matos de. **Ao sul da História: Lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

DALL'AGNOL, Amélio *et al.* **O complexo agroindustrial da soja brasileira**. Londrina: Embrapa Soja, 2007. 11p. (Embrapa Soja. Circular técnica, 43).

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone Editora e Editora da Unicamp, 1985.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. 2007. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/168/152>. Acesso em: 15 ago. 2019.

EMBRAPA. Multimídia imagens. Disponível em: [Imagens - Portal Embrapa](#). Acesso em: 24 jul. 2020.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 14, p. 7-22, 1º abr, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 92).

FERREIRA, Débora Ferguson; FILHO, José Flores Fernandes. Análise das Transformações Recentes na Atividade Agrícola da Região do Sudoeste de Goiás. 1970/1995-6. *In*: PEREIRA, Sebastião Lázaro; XAVIER, Clésio Lourenço (Orgs.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: Editora da UFU, 2003. p. 101-138.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de; SILVA, Nancy Helena Ribeiro de Araújo e. 2013. Fazendas goianas. **Ateliê Geográfico**, v. 7, n. 3, p. 257-267. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/27819k>. Acesso em: 8 out. 2020

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOIÁS. **Lei nº 11 de julho de 1892**. Disponível em: [http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis\\_ordinarias/1892/lei\\_011.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1892/lei_011.pdf). Acesso em: 21 jul. 2020.

GONÇALES, Claudécir. **As políticas públicas, a modernização dos cerrados e o complexo soja no sul goiano: 1970-2005**. 2008. 245f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. 1979. 127 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=263&z=p&o=2&i=P>. Acesso em: 15 mar. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: 2013**. 2013. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/sintese-de-indicadores-sociais-uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populac-o-brasileira-2013.html>. Acesso em: 13 maio 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2014. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=521880&lang=\\_PT](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=521880&lang=_PT). Acesso em: 13 maio 2017.

INCRA. Superintendência Regional do INCRA em Goiás. Blog do INCRA Goiás. **Os assentamentos em Goiás**. Disponível em: <https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias>. Acesso em: 19 nov.2020.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. 3ª. reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEONÍDIO, Adalmir. O sertão e “outros lugares”: a idéia de nação em Paulo Prado e Manoel Bonfim. *In*: ALMEIDA, Angela Mendes; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (Orgs.).

**De sertões, desertos e espaços incivilizados.** Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001. p. 21-34.

LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. Euclides da Cunha e o Estado Novo. *In*: ALMEIDA, Angela Mendes; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (Orgs.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados.** Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001. p. 77-100.

LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? *In*: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais:** ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 41-63.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOBATO, Monteiro. **Urupês.** São Paulo: Editora Globo, 2007.

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ**, [s.l.], n. 3, mar. 2020. ISSN 1981-9021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/48984>. Acesso em: 25 jan. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/geouerj.1998.48984>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTEI, Lauro(Org.). **Reforma Agrária no Brasil:** Trajetória e dilemas. Florianópolis: Insular, 2017.

MELLO, Rodrigo de. Percepções de Saint-Hilaire sobre o Cerrado goiano e os avanços da ecologia nos últimos 200 anos. *In*: BARBO, Lenora de Castro (Org.). **Uma viagem pelo sertão:** 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás. Jundiá (SP) Paco Editorial, 2021.

MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE ET DE ALIMENTATION. **Henri Mendras:** retour sur La fin des paysans. Analyse n° 54 - Janvier 2013. Disponível em: <http://agriculture.gouv.fr/henri-mendras-retour-sur-la-fin-des-paysans-analyse-ndeg-54>. Acesso em: 3 maio 2017.

MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea:** as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 21).

MOREIRA, Roberto José. Assimetrias de poder, cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações. *In*: LIMA, Eli Napoleão de; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA,

Roberto José (Orgs.). **Mundo rural IV**: configurações rural-urbanas – poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p.143-168.

MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MUNHOS, Paula Daniela. **Sitiantes e chacareiros de Ribeirão Vermelho, Alvorada do Sul – PR**: sociabilidade, disputas e transformações de um bairro rural. 2007. 87 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

NETO, Oscar Cunha. **Rio Verde**: apontamentos para a sua história. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

OLESKO, Gustavo Felipe. **Geografia agrária**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás**. 6. ed. 2ª reimpr. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

PEREIRA, Sebastião Lázaro; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Alterações estruturais na economia goiana e do Sudoeste Goiano. In: PEREIRA, Sebastião Lázaro; XAVIER, Clésio Lourenço (Orgs.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: Editora da UFU, 2003. p. 9-58.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Cotidiano e história**: para falar de camponeses ocupantes. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2013. (Coleção Quíron, Série Educação, nº 2).

PESSÔA, V. L.; INOCÊNCIO, M. O prodecer (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no cerrado / (re)visiting the prodecer: the workings of the territorialization of capital in brazil's cerrado region. **Campo - território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 18, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26927>. Acesso em: 2 fev. 2018.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. (Coleção tudo é história, v.38).

PIZARRO, Roberto Eduardo Castillo. **O agronegócio e a produção do espaço da Região de Planejamento Sudoeste Goiano**. 2017. xviii,329 f., il. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. Entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

QUINTELA, Antón. Corbacho. Do Sertão ao Cerrado do planalto central: uma questão de nomenclatura. **Revista UFG**, v. 12, n. 9, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48342>. Acesso em: 21 ago. 2020.

RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e boiadas**. São José dos Pinhais (PR): Editora Estronho, 2020. (E-Book)

RIBEIRO, Emival da Cunha. **A contribuição do ensino de Geografia para a formação da cidadania nos alunos das escolas rurais no município de Rio Verde-GO**. 2015. 113f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Regional Jataí, Universidade Federal de Goiás, 2015.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. Fitofisionomias do bioma cerrado. *In*: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de (ed.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. p.89-166. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/554094>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SANTOS, Raimundo (Org.). **Caio Prado Jr.:** Dissertações sobre a Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. 2002. Tradução Lemuel Guerra e Marilda Aparecida de Menezes. Disponível em: [www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_86.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_86.pdf). Acesso em: 15 abr. 2017.

SCOTT, John (Org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. **Minidicionário da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007

SOUSA, Silvio Braz de; FERREIRA JÚNIOR, Laerte Guimarães; MIZIARA, Fausto; MORAIS, Hugo Arruda de. Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969 – 2016), **Confins** [En ligne], 45 | 2020, mis en ligne le 30 mai 2020, consulté le 08 janvier 2021. URL: <http://journals.openedition.org/confins/29836>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.29836>.

TAUNAY, Visconde de. **Inocência**. 4 ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. 2003. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e elaboração de políticas públicas. *In*: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 21, p. 413-472).

VEIGA, Jose Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2002.

WILKINSON, J. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**: o complexo agroindustrial [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, 103 p. ISBN 978-85-99662-64-9. Available from SciELO Books .

## ANEXOS

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

PESQUISA: Os pequenos agricultores no município de Rio Verde (GO)

Pesquisador: Emival da Cunha Ribeiro

Data da entrevista: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

- **Dados sobre a propriedade, fazenda, o sítio, a chácara, roça ou estância.**

Coordenadas geográficas (aferidas pelo GPS, não sendo necessário questionar o entrevistado)

Latitude

Altitude

Longitude

Qual o nome da propriedade (fazenda, sítio, chácara, estância, roça)?

Qual a área da propriedade?

- **Os produtores**

Como se adquiriu a propriedade (compra, herança, ocupação, assentamento, doação - procurar identificar origem da composição da área)?

Possui terras arrendadas? Ou arrenda terras?

Tipo de culturas plantadas ou animais criados (consumo e/ou mercado).

Estado civil.

Quem dirige o estabelecimento (produtor individual ou casal)?

Religião

- Há quanto tempo está na propriedade (aqui na fazenda)?

Há quanto tempo mora no meio rural (e se já morou no meio urbano)?

Morou em outras fazendas?

Morou na cidade?

Qual a relação com a terra onde mora (proprietário, arrendatário, meeiro, parceiro)?

Caso seja proprietário, há trabalhadores rurais? Quantos?

- **Características familiares e sociais**

Situação dos filhos (moram na propriedade ou não).

Onde moram os filhos?

Quantas pessoas moram aqui na propriedade?

Ajudam na propriedade?

Há empregados?

Agregados?

- **Saberes**

Qual sua escolaridade?

Como aprendeu a trabalhar nas atividades rurais, na fazenda?

Qual a origem dos pais (moradores de fazendas, sítios ou não)?

- **Sociabilidade**

Qual a relação com a vizinhança (se os vizinhos possuem relações entre si)?

Participa de alguma festa na região?

Participa de alguma organização coletiva: sindicato, associação ou cooperativa? Há quanto tempo?

Assiste televisão diariamente? Quais programas? Musicais, novelas, auditório, esporte e programas religiosos?

Ouve rádio? Quais rádios? Que programas gosta de ouvir?

Acessa a internet, redes sociais (whatsapp, facebook, instagram ou outro)?

- **Outras informações**

Já acessou o Pronaf ou outro tipo de financiamento?

Gosta de morar aqui?

Percepção do passado, presente e futuro.